

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE



RELATÓRIO DE RESULTADOS E IMPACTOS 2012

Banco do Nordeste do Brasil

***FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO
DO NORDESTE – FNE***

Relatório de Resultados e Impactos do FNE 2012

Fortaleza
Banco do Nordeste do Brasil
2014

**Presidente:**

Nelson Antonio de Souza

Diretores:

Francisco das Chagas Soares

Isaias Matos Dantas

Luiz Carlos Everton de Farias

Manoel Lucena dos Santos

Paulo Sérgio Rebouças Ferraro

Romildo Carneiro Rolim

Conselho Editorial

Tibério Rômulo Romão Bernardo

Angélica Albuquerque de Paiva

José Rubens Dutra Mota

Luíza Cristina de Alencar Rodrigues

Nívia de Oliveira Galindo Almeida

Francisco Raimundo Evangelista

Maria Odete Alves

Luciano Jany Feijão Ximenes

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE

Superintendente: Francisco José Araújo Bezerra

Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação

Tibério Rômulo Romão Bernardo

Célula de Avaliação de Políticas e Programas

Bruno Gabai

Superintendência de Marketing e Comunicação

Lúcia de Fátima Barbosa da Silva

Ambiente de Comunicação

Kelvia Carneiro de Linhares Fernandes Passos

Editor: Ademir Costa

Revisão Vernacular: Hermano José Pinho

Normalização Bibliográfica: Paula Pinheiro da Nóbrega

Diagramação: Deborha Rodrigues

Capa: Carminha Campos

Tiragem: 500 exemplares

Mais informações:

Cliente Consulta Banco do Nordeste

Capitais e Regiões Metropolitanas 4020.0004

Demais localidades 0800 033 0004

Depósito Legal junto à Biblioteca Nacional conforme a Lei 10.994 de 14/12/2004

B213f Banco do Nordeste do Brasil.

Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste: FNE: relatório de resultados e impactos: exercício de 2012 / Banco do Nordeste do Brasil. – Fortaleza : Banco do Nordeste do Brasil, 2014.

162 p.

ISBN 978-85-7791-225-4

1. FNE. 2. Relatório. I. Título.

CDD: 332.041 52

Equipe Técnica:

Bruno Gabai – Coordenador
Elizabeth Castelo Branco
Iracly Soares Ribeiro Maciel
Jane Mary Gondim de Souza
Luiz Fernando Gonçalves Viana
Renato Alves dos Santos
Felipe Pinto da Silva – Bolsista

Colaboradores:

Alan Coelho Silva
Antônio Ricardo de Norões Vidal
Antônio Rony Davi de Sousa
Cláudio Pereira Bentemuller
Cristiane Garcia Barbosa
Francisco Raimundo Evangelista
Francisco Ribeiro Barroso
João Bosco Ximenes Carmo
Luísa Maria Tessman
Pedro Pucci de Mesquita
Roberto Alves Gomes – Consultor Externo

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da Área de Atuação do Banco do Nordeste	19
Figura 2 – Agroamigo – Unidades de Atendimento	38
Figura 3 – Tipologia de Renda dos Municípios na Área de Atuação do BNB	80
Figura 4 – Mesorregiões na Área de Atuação do BNB	85

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – FNE – Ingressos Mensais (R\$ Mil) de Recursos – Exercícios de 2011 e 2012	27
Gráfico 2 – Agroamigo – Quantidade de Operações Contratadas por Ano	39
Gráfico 3 – Agroamigo – Valores Contratados por Ano	39
Gráfico 4 – Agroamigo – Número de Clientes Ativos	40
Gráfico 5 – Agroamigo – Carteira Ativa (R\$ Mil)	41
Gráfico 6 – Agroamigo – Distribuição por Setor – Dezembro de 2012	41
Gráfico 7 – Agroamigo – Distribuição por Atividade – Pecuária – Exercício de 2012	42
Gráfico 8 – Distribuição por Faixa de Valor Financiado – Dezembro de 2012	42
Gráfico 9 – Distribuição por Prazo Médio – Dezembro 2012	43
Gráfico 10 – Distribuição da Carteira por Gênero	43
Gráfico 11 – Clientes Agroamigo Beneficiários do Bolsa Família – Dezembro 2012	44
Gráfico 12 – Situação dos Empreendimentos Financiados pelo FNE no Exercício de 2012	95

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Indicadores de Eficácia – FNE 2012	97
Quadro 2 – Indicadores de Efetividade – FNE 2012	99

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Indicadores Demográficos do Brasil e do Nordeste, 1991 e 2010	20
Tabela 2 – Indicadores de Saneamento do Brasil e do Nordeste, 2000 e 2010	20
Tabela 3 – Taxa Média Anual de Crescimento do PIB – Nordeste e Brasil	21
Tabela 4 – FNE – Desempenho Operacional e Propostas em Carteira – Exercício de 2012	23
Tabela 5 – FNE – Prospecção de Negócios – Posição: 31.12.2012	25
Tabela 6 – FNE – Demonstrativo do Patrimônio Líquido – Posição em 31.12.2012	26
Tabela 7 – FNE – Ingressos Mensais de Recursos – Exercício de 2012	26
Tabela 8 – FNE – Demonstrativo das Variações das Disponibilidades – Exercício de 2012	27
Tabela 9 – FNE – Participação Setorial nas Contratações (1) – Período: 1998 a 2012	29
Tabela 10 – FNE – Contratações no Setor Rural – Exercício de 2012	29
Tabela 11 – FNE – Setor Rural Contratações Estaduais – Exercício de 2012	32
Tabela 12 – FNE – Contratações no Pronaf – Exercício de 2012	36
Tabela 13 – FNE – Contratações no Setor Agroindustrial – Exercício de 2012	46
Tabela 14 – FNE – Setor Agroindustrial – Contratações Estaduais – Exercício de 2012	47
Tabela 15 – FNE – Contratações no Setor Industrial – Exercício de 2012	48
Tabela 16 – FNE – Setor Industrial – Contratações Estaduais – Exercício de 2012	49
Tabela 17 – FNE – Contratações(1) no Setor Turismo – Exercício de 2012	50
Tabela 18 – FNE – Setor Turismo – Contratações Estaduais – Exercício de 2012	51
Tabela 19 – FNE – Contratações por Atividade nos Setores Comércio e Serviços – Exercício de 2012 ...	51
Tabela 20 – FNE – Contratações por Estado nos Setores Comércio e Serviços – Exercício de 2012	53
Tabela 21 – FNE – Contratações por Atividade no Setor de Infraestrutura – Exercício de 2012	54
Tabela 22 – FNE – Contratações por Região no Setor de Infraestrutura – Exercício de 2012	54
Tabela 23 – FNE – Contratações por Estado no Setor de Infraestrutura – Exercício de 2012	54
Tabela 24 – FNE – Valores Programados e Realizados por Estado – Exercício de 2012	54
Tabela 25 – FNE – Valores Programados e Realizados por Setor – Exercício de 2012	55
Tabela 26 – FNE – Contratações Programadas e Realizadas – Por Mesorregiões – Exercício de 2012	55
Tabela 27 – FNE – Contratações e Demanda de Recursos por Estado – Exercício de 2012	56
Tabela 28 – FNE – Contratações Acumuladas por Estado – Período: 1989 a 2012	57
Tabela 29 – FNE – Contratações em Relação ao Número de Beneficiários – Exercício de 2012	57
Tabela 30 – FNE – Contratações em Relação à População Residente – Exercício de 2012	58
Tabela 31 – FNE – Contratações em Relação ao PIB dos Estados – Exercício de 2012	59

Tabela 32 – FNE – Contratações Acumuladas por Região – Período: 1989 a 2012	59
Tabela 33 – FNE – Contratações por Região – Exercício de 2012	60
Tabela 34 – FNE – Contratações por Região (Realocando Contratações do Estado do Maranhão) – Exercício de 2012	61
Tabela 35 – FNE – Contratações Acumuladas por Porte de Beneficiários – Período: 1989 a 2012	62
Tabela 36 – FNE – Beneficiários por Porte e Setor – Exercício de 2012	63
Tabela 37 – FNE – Contratações por Porte dos Beneficiários e Setor – Exercício de 2012	63
Tabela 38 – FNE – Distribuição Territorial dos Recursos – Exercício de 2012	64
Tabela 39 – FNE – Distribuição Territorial e Setorial dos Recursos – Exercício de 2012	64
Tabela 40 – FNE – Distribuição Territorial dos Recursos por Faixa de Valor Contratado – Exercício de 2012	64
Tabela 41 – FNE – Contratações por Tipo de Município – Exercício de 2012	65
Tabela 42 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações – Exercício de 2012	66
Tabela 43 – FNE – Bancos Repassadores – Desempenho Operacional – Contratações Exercício de 2012 ...	66
Tabela 44 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações por Atividade no Setor Rural – Exercício de 2012	66
Tabela 45 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações por Atividade nos Setores Industrial e Turismo–Exercício de 2012.....	67
Tabela 46 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações por Atividade nos Setores Comercial e Serviços – Exercício de 2012	67
Tabela 47 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações por Região – Exercício de 2012	67
Tabela 48 – FNE – Bancos Repassadores – Beneficiários por Porte e Setor – Exercício de 2012 ...	68
Tabela 49 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações por Porte e Setor do Beneficiário – Exercício de 2012	68
Tabela 50 – FNE – Bancos Repassadores – Saldos Devedores e Inadimplência – Exercício de 2012 ...	68
Tabela 51 – FNE – Bancos Repassadores – Distribuição Territorial e Setorial dos Recursos – Exercício de 2012	69
Tabela 52 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações por Município – Exercício de 2012	69
Tabela 53 – FNE – Contratações em Arranjos Produtivos Locais – APLs – Exercício de 2012	70
Tabela 54 – FNE – Projetos Contratados para a Conservação, Preservação e Recuperação do Meio Ambiente – Exercício de 2012	71
Tabela 55 – FNE – Contratações com Empreendedores Individuais – Exercício de 2012	72
Tabela 56 – FNE – Contratações com Mini, Micro e Pequenos Produtores Rurais/Empresas – Exercício de 2012	72
Tabela 57 – FNE – Projetos da Indústria Automotiva – Exercício de 2012	73

Tabela 58 – FNE – Projetos da Indústria Química, Petroquímica e Biocombustíveis – Exercício de 2012 ...	74
Tabela 59 – FNE – Projetos da Indústria Metal-Mecânica e Siderúrgica – Exercício de 2012 ...	74
Tabela 60 – FNE – Projetos Contratados no Setor da Indústria Extrativa de Minerais – Exercício de 2012 ...	75
Tabela 61 – FNE – Projetos Relacionados ao Turismo – Exercício de 2012	75
Tabela 62 – FNE – Projetos Voltados para a Produção de Alimentos Básicos – Exercício de 2012 ...	76
Tabela 63 – FNE – Projetos das Indústrias de Calçados, Mobiliários e Vestuário e Acessórios – Exercício de 2012	77
Tabela 64 – FNE – Projetos Contratados no Setor de Exportação – Exercício de 2012	78
Tabela 65 – FNE – Contratações no Segmento de Informática e Medicamentos – Exercício de 2012 ...	78
Tabela 66 – FNE – Projetos Contratados na Tipologia PNDR – Exercício de 2012	76
Tabela 67 – FNE – Contratações por Tipo de Município e Porte (Áreas Prioritárias) – Exercício de 2012	82
Tabela 68 – FNE – Contratações por Tipo de Município e Setor (Áreas Prioritárias) – Exercício de 2012	82
Tabela 69 – FNE – Contratações por Tipo de Município e Estado (Áreas Prioritárias) – Exercício de 2012	83
Tabela 70 – FNE – Contratações por Tipo de Município e Região (Áreas Prioritárias) – Exercício de 2012	84
Tabela 71 – FNE – Projetos Contratados nas Mesorregiões – Exercício de 2012	84
Tabela 72 – FNE – Contratações em Mesorregiões por Porte – Exercício de 2012	86
Tabela 73 – FNE – Contratações em Mesorregiões por Estado – Exercício de 2012	87
Tabela 74 – FNE – Contratações em Mesorregiões – Região Semiárida e Outras Regiões – Exercício de 2012	88
Tabela 75 – FNE – Contratações em Mesorregiões por Setor – Exercício de 2012	89
Tabela 76 – FNE – Contratações na RIDE Petrolina-Juazeiro – Por Município – Exercício de 2012 ...	90
Tabela 77 – FNE – Contratações na RIDE Petrolina-Juazeiro – Por Setor – Exercício de 2012	90
Tabela 78 – FNE – Contratações na RIDE Grande Teresina – Timon – Por Município – Exercício de 2012 ...	91
Tabela 79 – FNE – Contratações na RIDE Grande Teresina – Timon – Por Setor – Exercício de 2012	91
Tabela 80 – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Porte dos Beneficiários – Posição: 31.12.2012	92
Tabela 81 – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Setor – Posição: 31.12.2012	92
Tabela 82 – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Data de Contratação – Posição: 31.12.2012	93
Tabela 83 – FNE – Recuperação de Dívidas – Exercício 2012	93
Tabela 84 – FNE – Liquidações pelo Equivalente Financeiro – Resolução 55/2012 do CONDEL – Posição 31.12.2012	94

Tabela 85 – Indicadores de Eficácia – Contratação por Estado – FNE 2012	98
Tabela 86 – Indicadores de Eficiência Operacional	99
Tabela 87 – Índice de Eficiência na Geração de Empregos em Empresas Beneficiadas pelo FNE – Análise para um Diferencial de Juros de 10% e Multiplicador de Emprego de 50 para cada R\$1.000.000,00.....	106
Tabela 88 – Repercussões Econômicas das Contratações do FNE – 2012	111
Tabela 89 – Repercussões Econômicas das Contratações do FNE por Porte da Empresa (Micro, Mini, Pequena e Média) – 2012	112
Tabela 1A – FNE – Contratações por Estados e Setores na Região Semiárida – Exercício de 2012	122
Tabela 2A – FNE – Contratações por Estados e Setores na Região Fora do Semiárido – Exercício de 2012	123
Tabela 3A – FNE – Contratações por Estado e Zona Climática – Exercício de 2012	124
Tabela 4A – FNE – Ativo, Comprometimentos e Disponibilidades por Zona Climática – Posição: 31.12.2012	124
Tabela 5A – FNE – Contratações em Relação ao PIB Rural dos Estados – Exercício de 2012	125
Tabela 6A – FNE – Contratações em Relação ao PIB Industrial dos Estados – Exercício de 2012	125
Tabela 7A – FNE – Saldos das Aplicações e Inadimplência por Risco (1) – Posição: 31.12.2012	126
Tabela 8A – FNE – Saldos de Aplicações por Unidade Federativa da Agência e Programa (1) – Posição: 31.12.2012	127
Tabela 9A – FNE – Saldos de Aplicações por Unidade Federativa da Agência e Porte de Tomadores (1) – Posição: 31.12.2012	128
Tabela 10A – FNE – Saldos de Aplicações por Porte de Tomadores e Programa – Posição: 31.12.2012 ...	129
Tabela 11A – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Município da Agência e Tipologia – Posição: 31.12.2012.....	129
Tabela 12A – FNE – Saldos das Aplicações e Atraso por Programa e Zona Climática do Município do Empreendimento (1) – Posição: 31.12.2012	130
Tabela 13A – FNE – Contratações em Mesorregiões – Exercício 2012	137
Tabela 14A – FNE – Contratações em Mesorregiões – Região Semiárida e Outras Regiões – Exercício 2012	137
Tabela 15.A – FNE – Contratações por Mesorregiões – Setor Rural – Exercício de 2012	138
Tabela 16A – FNE – Contratações em Mesorregiões – Setor Agroindustrial – Exercício de 2012	138
Tabela 17A – FNE – Contratações em Mesorregiões – Setor Industrial – Exercício de 2012	139
Tabela 18A – FNE – Contratações em Mesorregiões – Setor Turismo – Exercício de 2012	141
Tabela 19A – FNE – Contratações em Mesorregiões – Setor Comercial/Serviços – Exercício de 2012	142
Tabela 20A – FNE – Contratações com Clientes que Obtiveram Empréstimos do FNE pela Primeira Vez – Exercício de 2012	144

Tabela 21A – FNE – Contratações de Valor Superior a R\$ 10 Milhões – Exercício 2012	146
Tabela 22A – FNE – Contratações em Apoio à Copa do Mundo de Futebol de 2014 – Valores em R\$ 1,00 ...	148
Tabela 23A – FNE – Contratações Destinadas a Custeio, Comercialização e Capital de Giro – Exercício 2012	148
Tabela 24A – FNE – Contratações por Tipo de Município – Exercício 2012	149 VIDE CD-ROOM
Tabela 25A – FNE – Contratações por Município – Setor Rural – Exercício 2012 ...	149 VIDE CD-ROOM
Tabela 26A – FNE – Contratações por Município – Setor Não Rural – Exercício 2012 ...	149 VIDE CD-ROOM
Tabela 27A – FNE – Contratações por Município – Porte do Tomador – Exercício 2012 ...	149 VIDE CD-ROOM
Tabela 28A – FNE – Setor Rural – Contratações por Programa e Faixa de Valor – Exercício de 2012 ...	150
Tabela 29A – FNE – Não Rural – Contratações por Programa e Faixa de Valor Exercício 2012	151
Tabela 30A – FNE – Saldos das Aplicações e Inadimplência – Operações com Risco Compartilhado – Exercício de 2012	152
Tabela 31A – FNE – Saldos das Aplicações e Inadimplência – Operações de Risco Integral do FNE – Exercício de 2012	153
Tabela 32A – FNE – Saldos das Aplicações e Inadimplência – Operações de Risco do PROCERA – Exercício de 2012	154
Tabela 33A – Saldos das Aplicações e Inadimplência – Operações de Risco Integral do BNB – Exercício de 2012	155
Tabela 34A – FNE – Renegociações de Operações e Recuperação de Dívidas – Período: 2003 a 2012 ...	156
Tabela 35A – FNE – Renegociações de Operações por Risco – Exercício 2012	156
Tabela 36A – FNE – Cobranças Judiciais Ajuizadas por Risco – Exercício 2012	157
Tabela 37A – FNE – Ressarcimento dos Valores de Risco do BNB – Exercício 2012	158
Tabela 38A – FNE – Recursos Previstos X Realizados – Exercício 2012	159
Tabela 39A – FNE – Ressarcimentos Efetuados pelo BNB ao Fundo Decorrentes de Perdas em Operações com Risco Compartilhado – Exercício 2012	160
Tabela 40A – FNE – Projetos Contratados Destinados ao Financiamento dos Produtores Atingidos pela Estiagem/Seca – Exercício de 2012	161

SUMÁRIO

PREFÁCIO	15
1 – INTRODUÇÃO	17
2 – POLÍTICAS REGIONAIS E O DESEMPENHO DA ECONOMIA DO NORDESTE	18
3 – A EXECUÇÃO DO FNE	23
3.1 – Contratações Setoriais	28
3.1.1 – Setor rural	29
3.1.1.1 – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)	32
3.1.2 – Setor agroindustrial	45
3.1.3 – Setor industrial	47
3.1.4 – Setor turismo	50
3.1.5 – Setor comércio e serviços	51
3.1.6 – Setor infraestrutura	53
3.2 – Valores Programados e Valores Realizados	54
3.3 – Impactos Redistributivos das Aplicações do FNE	56
3.3.1 – Contratações por Estado	56
3.3.2 – Contratações no Semiárido e fora do Semiárido	59
3.3.2.1 – Ações desenvolvidas para incremento das aplicações no Semiárido	61
3.3.3 – Contratações por porte de beneficiário	62
3.3.4 – Municípios atendidos pelo FNE	64
3.4 – Repasses do FNE a Outras Instituições	65
3.5 – Prioridades Definidas pelo Ministério da Integração Nacional para a Aplicação do FNE	70
3.5.1 – Prioridades espaciais	70
3.5.2 – Prioridades setoriais	72
3.6 – O FNE no Contexto da PNDR	78
4 – GESTÃO DO ATIVO OPERACIONAL	91
4.1 – Inadimplemento das Operações	91
4.2 – Recuperação de Crédito	93
4.3 – Operações Renegociadas com Base no Art. 15-D, da Lei nº 7.827, de 27.09.1989	94
5 – RESULTADOS DOS ACOMPANHAMENTOS E FISCALIZAÇÕES DOS EMPREENDIMENTOS FINANCIADOS	94

5.1 – Síntese das Visitas de Acompanhamento Realizadas no Ano de 2012	95
5.2 – Principais Ocorrências	96
6 – AVALIAÇÃO DE RESULTADOS E IMPACTOS DO FNE	96
6.1 – Síntese dos Indicadores Utilizados na Avaliação de Resultados e Impactos do FNE – Exercício 2012	96
6.1.1 – Indicadores de eficácia	96
6.1.2 – Indicadores de efetividade	98
6.1.3 – Indicadores de eficiência operacional	99
6.2 – Avaliação da Eficiência Microeconômica dos Empreendimentos Financiados pelo FNE	100
6.2.1 – Introdução	100
6.2.2 – Metodologia	101
6.2.2.1 – O diferencial de taxa de juros ($r - r^s$)	102
6.2.2.2 – A contribuição do FNE para o crescimento do estoque de emprego (α_E)	103
6.2.2.3 – O coeficiente técnico do emprego (ω_L)	103
6.2.2.4 – Base de dados	104
6.2.3 – Resultados da avaliação de eficiência do FNE	104
6.2.3.1 – Determinação dos valores dos parâmetros	105
6.2.3.2 – Simulações para o índice de eficiência na geração de empregos	106
6.2.4 – Conclusões e recomendações	107
6.3 – Matriz de Insumo-Produto do Nordeste – Impacto das Contratações Realizadas pelo FNE no Exercício de 2012.....	107
6.3.1 – Considerações sobre a matriz de insumo-produto	107
6.3.2 – Impactos socioeconômicos do FNE: contratações no ano de 2012	109
6.3.2.1 – Os efeitos transbordamento do FNE	111
6.3.2.2 – Impactos socioeconômicos previstos dos financiamentos do FNE para mini/micro, pequenos, pequeno-médio e médios empreendimentos	112
7 – RECOMENDAÇÕES DO OFÍCIO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	113
REFERÊNCIAS	117
ANEXOS	121

PREFÁCIO

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) encaminha ao Ministério da Integração Nacional e à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) o Relatório de Resultados e Impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), referente ao ano de 2012.

Além de informações sobre a execução do Fundo, estão incorporados neste relatório os resultados e impactos do FNE, objeto das avaliações concluídas no referido período. Estas avaliações foram realizadas em conformidade com a Metodologia de Avaliação do FNE, desenvolvida pelo BNB.

O BNB contratou, desde o início da operacionalização do FNE, em 1989, até dezembro de 2012, o montante de R\$ 113,8 bilhões¹. Tais financiamentos foram direcionados a empreendimentos predominantemente de mini, pequeno e médio portes dos setores rural, industrial e agroindustrial, comércio e serviços, turismo e de infraestrutura localizados nos onze estados da área de atuação do BNB.

Diante da magnitude dos recursos aplicados, da abrangência espacial da ação e da natureza de política pública que assumem as operações no âmbito do FNE, ressalta-se a importância da elaboração deste Relatório. Ele permite dar transparência à execução das ações, monitorar e avaliar sistematicamente o desempenho operacional e, à luz dos resultados alcançados, rever continuamente o processo de financiamento, sob a perspectiva da conjuntura socioeconômica da Região Nordeste.

Assim, esperamos que este Relatório seja um instrumento que contribua para o aperfeiçoamento do processo de financiamento produtivo, no âmbito do FNE, com foco na geração de emprego e renda.

Francisco José Araújo Bezerra

Superintendente do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene)

¹ Exercícios de 1989 a 1990 – valores atualizados pelo Bônus do Tesouro Nacional (BTN) até 31.12.1990 e, em seguida, pelo Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI), até 31.12.1995. Exercício de 1991 – valores atualizados pelo US\$ (comercial venda) até 31.12.1991. Exercícios de 1992 em diante – valores atualizados pelo IGP-DI, até 31.12.2012

1 – INTRODUÇÃO

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) foi criado através do artigo 159 da Constituição Federal de 1988 e regulamentado por força da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, tendo como objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Nordeste.

O presente Relatório apresenta os principais resultados e impactos do FNE no ano de 2012, tendo por base as contratações realizadas nesse período.

Assim, observa-se que as operações contratadas com recursos do FNE, no período considerado, alcançaram o montante de R\$ 11,97 bilhões, representando 510.398 operações de crédito.

Em termos de demanda por recursos, no fim do ano de 2012, tinha-se um estoque de propostas em carteira no valor de R\$ 3,4 bilhões e ainda uma prospecção de negócios da ordem de R\$ 1,6 bilhão.

Setorialmente, os recursos do FNE foram distribuídos da seguinte forma: as atividades relacionadas ao meio rural absorveram R\$ 4,9 bilhões ou 40,6% do total contratado pelo FNE no ano de 2012, enquanto o Setor Industrial contratou R\$ 3,6 bilhões (30,4% do total contratado). O Setor Comércio e Serviços obteve R\$ 2,7 bilhões (22,3% do total contratado), o Setor de Turismo recebeu R\$ 359,6 milhões (3,0% do total contratado), o Setor de Infraestrutura contratou R\$ 307,5 milhões (2,6% do total) e o Setor Agroindustrial 133,5 milhões (1,1%).

As contratações no semiárido, por sua vez, totalizaram R\$ 4,7 bilhões, de modo que mais de 1,0 milhão de produtores, agricultores familiares e empreendimentos foram beneficiados com recursos do FNE nesse território do Nordeste, no ano de 2012.

Os mini, os micros, os pequenos e os pequeno-médios empreendedores receberam recursos da ordem de R\$ 5,7 bilhões. Quase 1,5 milhão de beneficiários do FNE, no período, pertenciam a essa categoria.

À agricultura familiar, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), foram destinados recursos do Fundo no total de R\$ 2,0 bilhões. Os financiamentos do FNE beneficiaram mais de 1,4 milhão de pessoas pertencentes a esse programa.

O FNE contratou recursos em todos os estados de sua área de atuação e em todos os 1.990 municípios que formam esta área.

Utilizando-se a Matriz de Insumo-Produto, acredita-se que as contratações realizadas no exercício de 2012 pelo FNE possam gerar para a Região, por meio de efeitos diretos, indiretos e de renda, acréscimo de produção bruta regional de aproximadamente R\$ 27,7 bilhões; valor adicionado estimado em R\$ 15,7 bilhões; geração de aproximadamente 952,0 mil ocupações (considerando-se empregos diretos, indiretos e induzidos); pagamento de salários por volta de R\$ 4,6 bilhões e geração de impostos estimada em R\$ 3,9 bilhões. Ressalte-se que os impactos acima não consideram os efeitos de transbordamento refletidos pelo Fundo.

O presente Relatório está dividido em sete capítulos. Esta Introdução faz uma síntese dos principais resultados das aplicações do FNE no período analisado.

O segundo capítulo, Políticas Regionais e o Desempenho da Economia do Nordeste, apresenta um panorama da economia nordestina, que serve de subsídio para a compreensão da dinâmica do Fundo.

A Execução do FNE discrimina a aplicação do Fundo, analisando em consonância com os cortes por setor, estado, região climática (dentro e fora do semiárido), porte dos empreendimentos, mesorregiões e tipologias da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), além das prioridades definidas pelo Ministério da Integração Nacional.

A Gestão do Ativo Operacional analisa o comportamento da adimplência do FNE no período e o processo de gerenciamento de crédito, enquanto o Resultado dos Acompanhamentos e Fiscalizações

dos Empreendimentos Financiados faz uma síntese das visitas ao longo do ano de 2012, as principais ações e ocorrências.

Em sequência, o capítulo Avaliação dos Resultados e Impactos do FNE apresenta uma síntese dos indicadores utilizados, bem como faz uma análise das externalidades provocadas na economia regional e brasileira, utilizando-se da Matriz de Insumo-Produto Regional, além dos resultados preliminares da Avaliação da Eficiência Microeconômica do FNE.

Finalizando, são apresentadas as Recomendações do Ministério da Integração Nacional.

2 – POLÍTICAS REGIONAIS E O DESEMPENHO DA ECONOMIA DO NORDESTE

O Nordeste brasileiro ocupa uma área de 1,5 milhão de km², o equivalente a 18,3% do território nacional². A Região possui uma expressiva área semiárida (Figura 1), com 877,3 mil km², que se estende do Piauí à Bahia³. De acordo com os dados do Censo 2010, o Nordeste conta com uma população de 53,1 milhões de habitantes, o que representa 27,8% da população brasileira. Registrou-se, na última década, uma taxa de crescimento populacional anual de 1,07%, na comparação com o Censo 2000, inferior à da população brasileira, que foi de 1,17%. (IBGE, 2012a).

A redução do ritmo de crescimento da população nordestina, dentre outros fatores, tem ocorrido em função da queda na taxa de fecundidade, que passou de uma média de 3,7 filhos por mulher, em 1991, para 2,0 filhos por mulher em 2010, segundo dados

cenitários. Esse comportamento representou uma redução de 45,8% na taxa nordestina frente a uma redução de 34,7% no mesmo período para o Brasil.

A esperança de vida ao nascer no Nordeste ainda está abaixo daquela verificada nas demais regiões do País, mas o seu crescimento tem acompanhado o ritmo nacional a partir de 1991, representando uma média de 95,7% do indicador brasileiro. Dessa forma, sendo a esperança de vida ao nascer do Brasil de 73,5 anos, conforme o Censo 2010, espera-se⁴ que o mesmo indicador, para o Nordeste, seja de 70,4 anos. A taxa de mortalidade infantil, em 2009⁵, estava em 33,2 por mil, frente a 22,5 para o Brasil, cabendo o destaque de que a Região a fez diminuir em 53,6%, de 1991 para 2009, enquanto a redução registrada para o País foi menor: 50,2%. Em relação à taxa bruta de mortalidade (frequência com que ocorrem os óbitos em uma população), o progresso nordestino foi ainda mais notável: a Região reduziu-a em 30,2%, passando de 9,4%, em 1991, para 6,6% em 2009, enquanto o indicador nacional reduziu-se em apenas 13,8%, passando de 7,3% para 6,3% em 2009.

A razão de dependência total do Nordeste, medida que expressa o peso da população considerada inativa (0 a 14 anos e 65 anos ou mais de idade) sobre a população potencialmente ativa (15 a 64 anos de idade), segundo dados do Censo 2010, era de 51,0% enquanto a do Brasil era de 45,9%. Vê-se, portanto, que existiam 51 inativos para cada 100 ativos no Nordeste. Em 1991, aqueles percentuais eram de 80,1% e 65,4%, respectivamente. A razão de dependência diminuiu mais no Nordeste (-36,4%) do que no Brasil (-29,8%) de 1991 para 2010. (Tabela 1).

2 Não é demais lembrar que a Região Nordeste e seus problemas justificaram a criação do FNE. Entretanto, posteriormente, áreas de estados não nordestinos foram incorporadas à área de atuação do Banco do Nordeste (e da Sudene), e, por consequência, do FNE, de forma que as preocupações do BNB e os objetivos do Fundo estendem-se a um território de quase 1,8 milhão de km².

3 A área total do semiárido é de 979,8 mil km² (incluindo a sua porção mineira, ou seja, fora do Nordeste), sendo 877,3 km² na Região Nordeste.

4 O IBGE já divulgou a estatística para o Brasil, mas não liberou as informações regionais.

5 Fonte: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibd2003/a16uft.htm>, com base na PNAD 1991.



Figura 1 – Mapa da Área de Atuação do Banco do Nordeste⁶

Fonte: Elaboração de BNB/ Etene/ Central de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas, a partir de Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

⁶ Inclui o município de Barrocas/ BA como integrante do semiárido, segundo o IBGE. O Ministério da Integração Nacional considera apenas 1.133 municípios como integrantes do semiárido.

Tabela 1– Indicadores Demográficos do Brasil e do Nordeste, 1991 e 2010

Indicadores	Brasil			Nordeste		
	1991	2010	Var %	1991	2010	Var %
Taxa de Fecundidade	2,9	1,9	- 34,7	3,7	2,0	-45,8
Esperança de Vida	65,8	73,5	11,7	62,9	70,4	12,0
Taxa de Mortalidade Infantil	45,2	22,5*	-50,2	71,5	33,2*	-53,6
Taxa Bruta de Mortalidade	7,3	6,3*	-13,8	9,4	6,6*	-30,2
Razão de Dependência	65,4	45,9	-29,8	80,1	51,0	-36,4

Fontes: IBGE (1991, 2010) e PNAD (2009).

(*) Dados de 2009.

A existência de uma menor carga de dependência (como se descortina para o Brasil e para o Nordeste) se traduzirá em oportunidades, na medida em que existem expectativas de aumento da poupança doméstica e, portanto, de crescimento da oferta de capital, que aliada a uma oferta maior de trabalho (projetada pela queda na razão de dependência) pode traduzir-se em aceleração do crescimento econômico. Esse fenômeno é denominado bônus demográfico e deverá acontecer primeiro para o Brasil e, depois (mas não muito depois, posto que a razão de dependência vem diminuindo mais rapidamente na Região do que no País) para o Nordeste. Tal defasagem permite ao Nordeste planejar melhor e realizar investimentos para que essa oportunidade não seja desperdiçada.

O Nordeste obteve também melhorias em outros indicadores sociais no período recente. De acordo com o IBGE, a taxa de analfabetismo na Região diminuiu de 37,6% para 19,1%, entre 1991 e 2010. Apesar desse avanço, é, ainda, a região brasileira com o maior número de analfabetos: 53,3% das pessoas analfabetas de 15 anos ou mais de idade do Brasil estão no Nordeste. Entretanto, a taxa de escolarização regional praticamente alcançou a nacional (96,9% para o Brasil e 96,8% para o Nordeste).

No saneamento básico, destaca-se também o avanço regional mais rápido do que o nacional, no período recente, significando redução das disparidades. (Tabela 2).

Tabela 2 – Indicadores de Saneamento do Brasil e do Nordeste, 2000 e 2010

Indicadores	Brasil			Nordeste		
	1991	2010	Var%	1991	2010	Var%
Com Canalização Interna de Água	77,8	82,9	6,5	66,4	76,6	15,4
Urbanos com Coleta de Lixo	92,1	97,4	5,7	82,4	93,7	13,7
Ligados à Rede Coletora de Esgoto e Sanitários	47,2	55,5	17,5	25,1	34,0	35,4

Fontes: IBGE (1991, 2010) e IBGE (2009).

(*) Dados de 2009.

Essas mudanças no quadro social nordestino evidenciam a importância de estratégias públicas adequadas à Região, tais como o fortalecimento de projetos estruturantes, principalmente no que diz respeito a investimentos em estradas, distribuição de energia elétrica, telecomunicações, qualidade da educação, moradia, saneamento, água tratada, coleta de lixo, hospitais e equipamentos de lazer.

No âmbito econômico, o Nordeste apresentou expressivo crescimento entre 1970 e 1980, período em que o Produto Interno Bruto (PIB) regional obteve um crescimento médio de 8,7% a.a., tendo acompanhado a taxa de crescimento média do Brasil para esse mesmo período (8,6%). A partir da década de 1980, contudo, as taxas de crescimento declinaram, por conta das grandes dificuldades econômicas vivenciadas pelo Brasil, a exemplo da crise da dívida externa e dos elevados índices de inflação, com rebatimentos na crise fiscal e financeira do País e a consequente adoção de políticas restritivas ao crescimento. (ALBUQUERQUE, 2002).

No período das chamadas décadas perdidas (1980-1990 e 1990-2000), a economia nordestina apresentou, pelo menos na primeira década, cres-

cimento econômico superior à média brasileira. A partir de 2003, o desempenho do PIB do Nordeste retomou um razoável patamar de crescimento, superando o desempenho do País, embora ainda inferior aos números obtidos na década de 1970. Em virtude da crise econômico-financeira mundial de 2008, as taxas de crescimento do PIB reduziram-se significativamente no Brasil e no Nordeste, em 2009. (Tabela 3). Entretanto, as estimativas do PIB para os próximos períodos indicam recuperação econômica.

No que se refere aos grandes setores produtivos do Nordeste, verificou-se nos últimos 50 anos um intenso processo de modernização. Em 1970, o Setor Comércio/Serviços representava 59,3% do PIB regional, seguido do Setor Agropecuário (22,4%) e Industrial (18,3%). Em 2009, por sua vez, a composição do produto regional passou a ser: Comércio/Serviços (68,9%), Indústria (23,7%) e Agropecuária (7,4%). (BRASIL, 2006; IBGE, 2012a). Nesse sentido, a estrutura econômica nordestina aproximou-se da nacional, onde as participações setoriais são: Comércio/Serviços (67,5%); Indústria (26,8%) e Agropecuária (5,6%).

Tabela 3 – Taxa Média Anual de Crescimento do PIB – Nordeste e Brasil

Período	Nordeste (%)	Brasil (%)
1970-1980	8,7	8,6
1980-1990	2,3	1,6
1990-2000	2,0	2,5
2000-2005	4,1	2,8
2006	4,8	4,0
2007	4,8	6,1
2008	5,5	5,1
2009	1,0	-0,3
2010(1)	8,3	7,5
2011-2020(1)	5,3	4,9

Fontes: Fundação Getúlio Vargas (FGV) / Dados de 1970 a 1984 do Centro de Contas Nacionais – Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) para o Brasil; Dados de 1970 a 1984 da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) para o Nordeste; IBGE, 1985 a 2010 para o Brasil e 1985 a 2009 para o Nordeste.

Nota (1): Estimativas do BNB-Etene: 2010 para o Nordeste e projeções 2011 a 2020 para o Brasil e Nordeste.

Esse aumento da participação da Indústria no PIB do Nordeste teve como destaque os segmentos químico e petroquímico, papel e celulose, veículos, material elétrico, metalomecânico, telecomunicações, têxteis e confecções, calçados, extração de minerais, produtos alimentícios e bebidas, além da siderurgia, atividades que praticamente inexistiam no Nordeste até meados do século XX, conforme já assinalado por Albuquerque (2002).

Quanto aos serviços, cabe registrar o surgimento de segmentos complexos e/ou dinâmicos, a exemplo de comunicações, tecnologia da informação, educação, saúde, turismo, atividades culturais e de lazer, transporte e armazenagem, além da expansão das atividades de alojamentos e alimentação, estabelecimentos comerciais modernos (hiper e supermercados, lojas de conveniência, *shopping centers* e lojas de departamento), serviços de logística, de planejamento e consultorias, arquitetura, engenharia e construção civil e instituições financeiras. (BRASIL, 2005).

A infraestrutura do Nordeste expandiu-se e foi aperfeiçoada, especialmente no que se refere à geração e distribuição de energia elétrica, telecomunicações, rodovias, terminais aeroportuários, sistemas de armazenamento, tratamento e distribuição de água, redes de esgotos sanitários, centros hospitalares, universidades, sistemas de coleta de lixo e equipamentos de lazer.

Importantes mudanças ocorreram também na pauta de exportação do Nordeste. Embora a Região responda por somente 8% das exportações brasileiras, a participação de produtos industrializados cresceu em comparação com os chamados produtos básicos. Ocorreram, ainda, mudanças na tipologia dos produtos industrializados exportados, pois a Região passou a exportar itens tecnologicamente mais avançados, a exemplo de veículos, produtos

petroquímicos, metalúrgicos, material elétrico e de telecomunicações, além de *softwares* e demais produtos de tecnologia da informação.

A combinação dos comportamentos da população e do PIB, é importante mencionar, fizeram com que a Região registrasse um aumento de 35,6% no PIB *per capita*, em termos reais, no período 1991-2009. O PIB *per capita* do Nordeste, de R\$ 6.025,00 em 1991, passou para R\$ 8.168,00 em 2009 (a preços de 2009), representando 48,3% do PIB *per capita* nacional.

O Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene) estima que, em função de alguns fatores conjunturais favoráveis, como a política de crédito expansionista maior no Nordeste do que no resto do País; a valorização do Salário Mínimo (SM), a evolução regional do emprego formal e da qualidade do trabalho; e o processo de ascensão social recente, associados aos programas sociais do Governo Federal e aos investimentos públicos e privados em implantação na Região, a renda da economia nordestina continuará crescendo e se aproximando, em termos *per capita*, da média do País, pelo menos nos próximos anos.

A mudança nos indicadores sociais e econômicos propiciou uma melhoria na principal medida regional de desenvolvimento humano. Assim, o IDH do Nordeste que era de 0,601 em 1991, passou para 0,749 em 2007 (EVOLUÇÃO DO IDH, 2013), registrando um crescimento de 24,6%, ao passo que o Brasil, no mesmo período, cresceu 15,6% (passou de 0,706 em 1991 para 0,816 em 2007⁷). Mas apesar desse crescimento, os estados nordestinos continuam com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) inferior ao dos demais estados do Brasil, ocupando as nove últimas posições no *ranking* nacional.

7 Ressalte-se que o cálculo do IDH dos estados e municípios depende da divulgação dos PIB estaduais e municipais, o que só ocorreu no fim de 2011, pelo que ainda não se dispõe do IDH 2009. Para 2007, utilizam-se as projeções do Banco Central do Brasil. (EVOLUÇÃO..., 2013).

Desse modo, em decorrência da persistência das desigualdades intra e inter-regionais e do elevado nível de pobreza ainda existente no Nordeste, a Região demanda políticas que contribuam para avançar no processo de desenvolvimento sustentável, como ampliação da geração de empregos, investimentos em infraestrutura física e consolidação de uma rede de proteção social. Referidas transformações estruturais precisam ser acompanhadas por ampliação da oferta de crédito e de financiamentos para o setor produtivo regional, de modo a garantir a ampliação da oferta de bens e serviços, postos de trabalho e renda, aumentando a relevância do FNE nos anos vindouros.

3 – A EXECUÇÃO DO FNE

As contratações do FNE, no ano de 2012, somaram R\$ 11,97 bilhões, registrando incremento de 7,9% em relação ao ano de 2011, quando foram contratados R\$ 11,09 bilhões.

Observa-se que o Setor Industrial apresentou um incremento de 90,4% em relação ao ano de 2011, seguido do Setor Rural, que cresceu 24,4%. Entretanto, os setores de Infraestrutura, Agroindustrial e Turismo apresentaram decréscimo no volume de contratações entre o ano de 2011 e o ano de 2012, de 84,3%, 60,4% e 27,6%, respectivamente. (Tabela 4).

Tabela 4 – FNE – Desempenho Operacional e Propostas em Carteira – Exercício de 2012

Valores em R\$ Mil

Setores e Programas	Contratações (1)				Valor das Propostas em Carteira (2)
	Nº de Operações	Quant. Benef.	Valor	%	
RURAL	483.570	1.449.052	4.861.477	40,6	758.247
FNE Rural – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural do Nordeste	15.283	45.201	2.696.365	22,5	569.040
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf – Grupo A)	3.119	9.303	59.607	0,5	2.784
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf – Grupo B)	375.475	1.126.419	917.214	7,7	30.216
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf – Grupo C)	866	2.598	2.679	0,0	-
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf – Demais Grupos)	88.439	264.378	1.052.737	8,8	85.514
FNE Aquipesca – Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca	149	438	41.430	0,4	10.744
FNE Verde – Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental	26	78	17.112	0,1	7.004
FNE Profrota Pesqueira – Programa de Financ. da Ampl. e Modernização da Frota Pesqueira Nacional	-	-	-	-	-
FNE Irrigação – Programa de Financiamento à Agropecuária Irrigada	209	625	73.584	0,6	52.883
FNE Inovação – Programa de Financiamento à Inovação	4	12	749	0,0	62
AGROINDUSTRIAL	285	287	133.454	1,1	53.148
FNE Agrin – Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste	90	90	113.850	0,9	42.846
FNE MPE – Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas	194	194	19.596	0,2	10.302

(continua)

(conclusão)

Tabela 4 – FNE – Desempenho Operacional e Propostas em Carteira – Exercício de 2012

Valores em R\$ Mil

Setores e Programas	Contratações (1)				Valor das Propostas em Carteira (2)
	Nº de Operações	Quant. Benef.	Valor	%	
FNE EI – Programa FNE Empreendedor Individual	1	3	8	-	-
INDUSTRIAL	2.897	2.897	3.640.920	30,4	686.018
FNE Industrial – Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste	389	389	3.295.223	27,5	622.741
FNE Verde – Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental	2	2	109.373	0,9	-
FNE MPE – Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas	2.386	2.386	234.716	2,0	60.403
FNE Inovação – Programa de Financiamento à Inovação	2	2	584	-	2.763
FNE EI – Programa FNE Empreendedor Individual	118	118	1.024	0,0	111
TURISMO	292	292	359.618	3,0	314.391
FNE Proatur – Programa de Apoio ao Turismo Regional	29	29	272.440	2,3	289.797
FNE MPE – Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas	253	253	87.094	0,7	24.581
FNE EI – Programa FNE Empreendedor Individual	10	10	84	-	13
INFRAESTRUTURA	3	3	307.508	2,6	373.173
FNE Proinfra – Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste	3	3	307.508	2,6	366.383
FNE Verde – Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental	-	-	-	-	6.790
COMÉRCIO E SERVIÇOS	23.351	23.351	2.667.210	22,3	1.210.343
FNE Comércio e Serviços – Programa de Financiamento para os Setores Comercial e de Serviços	1.630	1.630	1.294.558	10,8	989.687
FNE Verde – Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental	2	2	2.907	0,0	-
FNE Inovação – Programa de Financiamento à Inovação	5	5	200	-	21.718
FNE MPE – Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas	20.547	20.547	1.359.269	11,4	197.896
FNE EI – Programa FNE Empreendedor Individual	1.167	1.167	10.276	0,1	1.042
Total	510.398	1.475.882	11.970.187	100,0	3.395.320

Fontes: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB – Ambiente de Coordenação Executiva e Institucional.

Notas: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Valor do estoque das propostas em carteira ao final do período.

O decréscimo no Setor de Infraestrutura, notadamente caracterizado pelas grandes inversões, pode ser explicado pela adequação do BNB às novas diretrizes do Governo Federal na condução dessa política pública, priorizando os recursos para os mini, micro e pequenos empreendimentos.

Quanto aos setores Agroindustrial e Turismo, carece de aprofundamento de estudo para potencializar setores que podem, respectivamente, contribuir para agregar valor aos produtos primários regionais e alavancar ações dos grandes eventos esportivos programados para o biênio 2013/2014.

Ainda sobre as contratações setoriais, vale lembrar que de acordo com a Resolução do Condelsudene nº 50, de 27 abril de 2012, foi criado o Programa Emergencial para a Seca (FNE Seca). Trata-se de um programa multisetorial que visa à recuperação ou preservação das atividades produtivas dos agentes afetados pela estiagem, mediante a concessão de crédito específico, destinado aos investimentos que contribuam para a convivência sustentável do agente produtivo com os efeitos decorrentes dos períodos de seca. Dessa forma, no âmbito do FNE Seca foram contratados cerca de R\$ 1,8 bilhão de reais, o que representa 14,9% do valor contratado pelo FNE em 2012. (Tabela 4 e 40A).

Com relação à demanda por recursos do Fundo, ao final do ano de 2012, o estoque de propostas em carteira (em fase de análise e/ou em fase de contratação) totalizou R\$ 3,4 bilhões. Referidas propostas estão distribuídas da seguinte forma: 35,6% do Setor de Comércio e Serviços; 22,3% do Setor Rural; 20,2% do Setor Industrial; 11,0% do Setor Infraestrutura; 9,3% do Setor Turismo; e 1,6% do Setor Agroindustrial. (Tabela 4).

Além das propostas em carteira, a prospecção de negócios registrou uma demanda da ordem de R\$ 1,6 bilhão, destacando-se com maiores volumes de prospecções os estados de Pernambuco (R\$ 698,0 milhões) e Espírito Santo (R\$ 203,2 milhões). (Tabela 5).

Tabela 5 – FNE – Prospecção de Negócios – Posição: 31.12.2012

Valores em R\$ Mil

Estados	Projetos em Negociação (1) (2)
Alagoas	123.813
Bahia	-
Ceará	64.875
Espírito Santo	203.226
Minas Gerais	16.400
Maranhão	103.902
Paraíba	11.682
Pernambuco	698.032
Piauí	-
Rio Grande do Norte	55.440
Sergipe	-
Extra Regionais	309.356
Total	1.586.726

Fonte: BNB – Área de Negócios.

Notas: (1) Referem-se a valores a financiar, por projeto, acima de R\$ 3,0 milhões; (2) Cartas-Consulta aprovadas, não contratadas.

O patrimônio líquido do Fundo aumentou de R\$ 37,7 bilhões em 31.12.2011, para R\$ 42,8 bilhões em 31.12.2012, apresentando crescimento nominal de 13,5%. Referido acréscimo líquido (R\$ 5,1 bilhões) decorreu, basicamente, dos ingressos de recursos oriundos da Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Integração Nacional. (Tabelas 6 e 7).

No Gráfico 1 verifica-se que os repasses mensais de recursos oscilaram bastante em 2012, acompanhando a tendência do ano de 2011, em virtude da Política Fiscal adotada pelo Governo Federal no período analisado.

Tabela 6 – FNE – Demonstrativo do Patrimônio Líquido – Posição em 31.12.2012

	Valores em R\$ Mil
(1) Até 31.12.2011	37.747.462
. Recebido da STN/Ministério da Integração Nacional	37.969.173
. Resultados Acumulados	-221.711
(2) No Exercício de 2012	5.100.668
. Provisões para Pagamentos a Efetuar	4
. Recebido da STN/Ministério da Integração Nacional	5.186.981
. Resultado do Exercício	-73.322
. Ajustes de Resultados de Exercícios Anteriores	-12.995
Patrimônio Líquido em 31.12.2012 (1) + (2)	42.848.130

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria.

Tabela 7 – FNE – Ingressos Mensais de Recursos – Exercício de 2012

	Valores em R\$ Mil	
Mês	Ingressos	Ingressos Acumulados
Janeiro	454.519	454.519
Fevereiro	549.809	1.004.328
Março	373.408	1.377.736
Abril	470.617	1.848.353
Maio	526.351	2.374.704
Junho	449.162	2.823.866
Julho	335.419	3.159.285
Agosto	370.127	3.529.412
Setembro	323.856	3.853.268
Outubro	343.788	4.197.056
Novembro	464.686	4.661.742
Dezembro	525.239	5.186.981

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria.

O reembolso dos recursos emprestados aumentou de R\$ 7,0 bilhões no exercício de 2011, para R\$ 7,3 bilhões em 2012, com incremento nominal de 3,4%. As disponibilidades do FNE apresentaram acréscimo ao final do exercício de 2012, de 42,7% em relação ao final do exercício de 2011. Mencio-

nadas disponibilidades totalizaram R\$ 6,5 bilhões ao final do ano de 2012, dos quais R\$ 5,5 bilhões representados por valores a liberar por conta de operações já contratadas, e R\$ 990,4 milhões para contratação de novos financiamentos. (Tabela 8).

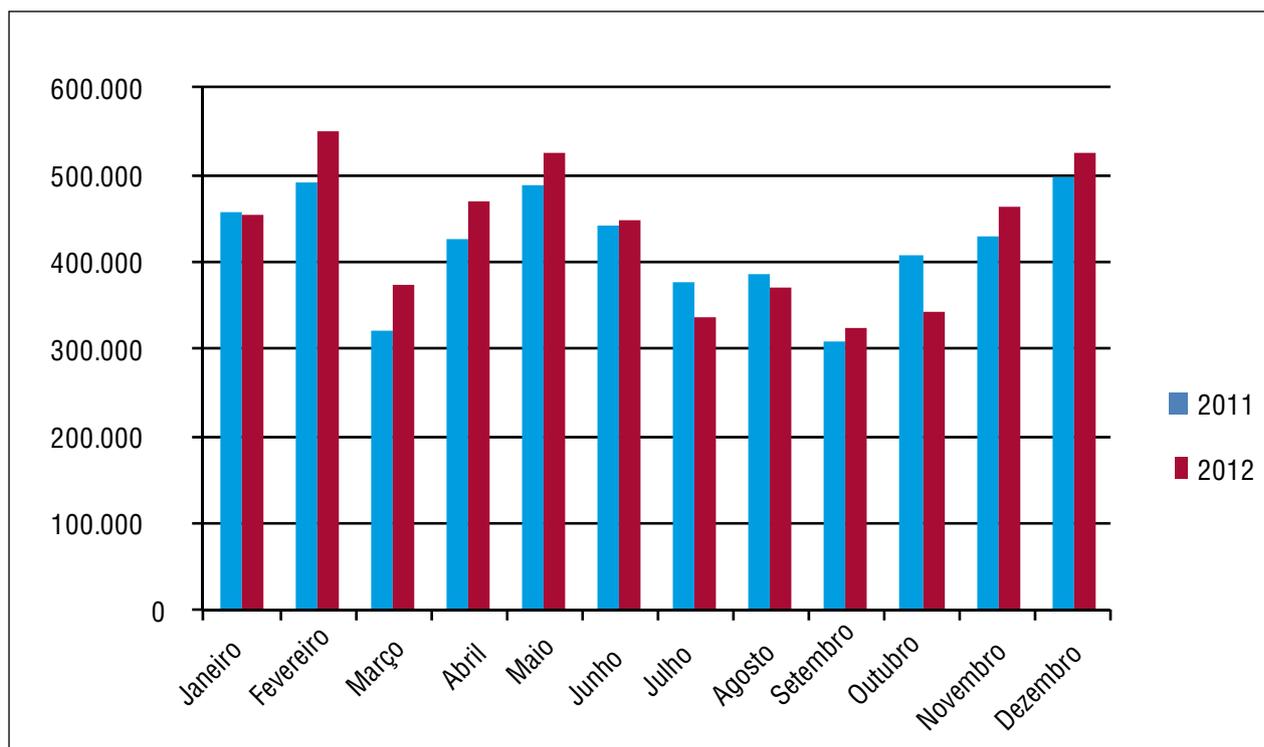


Gráfico 1 – FNE – Ingressos Mensais (R\$ Mil) de Recursos – Exercícios de 2011 e 2012

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria.

Tabela 8 – FNE – Demonstrativo das Variações das Disponibilidades – Exercício de 2012

	Valores em R\$ Mil
Disponibilidades em 31.12.2011	4.576.207
Disponibilidades para Novas Contratações	1.593.026
Recursos a Liberar por Conta de Financiamentos Contratados	2.983.181
Disponibilidades em 31.12.2012	6.532.248
Disponibilidades para Novas Contratações	990.358
Recursos a Liberar por Conta de Financiamentos Contratados	5.541.890
Variação das Disponibilidades	1.956.041
– Transferências da STN/Ministério da Integração Nacional	5.186.981
– Remuneração das Disponibilidades	437.196
– Reembolsos Ops. Crédito/Repasses (Líquido Bônus Adimplência)	7.272.135
– Ressarcimento Parcelas de Risco pelo BNB	266.411
– Recebimento de Valores Baixados como Prejuízo	62.164
– Cobertura Ops. p/Fundos de Aval	1.662
– Cobertura Ops. Programa da Terra p/INCRA	0

(continua)

(conclusão)

Tabela 8 – FNE – Demonstrativo das Variações das Disponibilidades – Exercício de 2012

	Valores em R\$ Mil
– Cobertura de Ops. pelo PROAGRO	10.066
– Recebimentos/Amortizações TDA/Títulos PROAGRO	445
– Dispensa/Remissão/Rebate Ops FNE – Lei 12.249 – Ônus BNB	6.337
– Transferências da Parcela de Alienação de Bens Vinculados Ops FNE	394
– Desembolsos de Ops. Crédito/Repasse Outras Instituições	-9.148.225
– Taxa de Administração	-1.037.396
– Del credere do BNB – Repasses Lei 7.827 Art. 9º A	-54.571
– Del credere do BNB – Demais Operações	-868.448
– Del credere Instituições Operadoras	-3.761
– Remuneração do BNB sobre Operações PRONAF	-100.201
– Prêmio de Performance do BNB sobre Operações PRONAF	-193
– Despesa Auditoria Externa	-97
– Rebate de Principal de Ops. Lei 10.193/2001 – FAT/BNDES -Estiagem 98	-13
– Bônus/Dispensas Ops. PJ-Parcela Risco BNB-Reneg. Leis 11.322/11.775	-49
– Conversão de Ops. para o FNE – Lei 10.464/10.696	-2.180
– Aquisição de Ops. pelo FNE – Lei 11.322	-204
– Reclassificação Ops. Outras Fontes para FNE – Lei 11.775	-3.400
– Devolução ao BNB Ops. PJ Renegociadas – Parcela Risco BNB	-23.735
– Bônus Adimplência Ops. Repasses BNB – Art. 9º A Lei 7.827	-14.244
– Dispensa/Remissão/Rebate Ops FNE – Lei 12.249 – Ônus FNE	-16.436
– Dispensa/Remissão/Rebate Outras Operações – Lei 12.249 – Ônus FNE	-11.523
– Outros Eventos	-3.074
Total	1.956.041

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria.

3.1 – Contratações Setoriais

As contratações setoriais do FNE, em 2012, sofreram importantes alterações quando comparadas com o ano de 2011. Variações positivas significativas foram observadas no Setor Rural, que aumentou sua participação de 35,3% para 40,6% em 2012, gerando um acréscimo de 5,3 p.p., e no Setor Industrial e Turismo, com acréscimo de 11,7 p.p.. Por outro lado, os setores Agroindustrial e de Infraestrutura sofreram importantes reduções em suas contratações no ano de 2012. (Tabela 9).

O fortalecimento do meio rural é fundamental para o desenvolvimento sustentável das economias

do Nordeste, norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo, objetivando, sobretudo, a implantação de empreendimentos bem-sucedidos, que contribuam para a melhoria da qualidade de vida rural, possibilitando a permanência das pessoas no campo, reduzindo-se as migrações para as cidades.

No caso do setor de infraestrutura, a redução se deve, em parte, à estratégia do Governo Federal de limitar a atuação do BNB para grandes empreendimentos, por esse preponderante dentro do setor pela característica de ser intensivo em capital.

Nos itens seguintes será analisado o desempenho de cada setor.

Tabela 9 – FNE – Participação Setorial nas Contratações (1) – Período: 1998 a 2012

Em Porcentagem

Exercício	Rural	Agroindustrial	Industrial/Turismo	Infraestrutura	Comércio e Serviços	Total
1998	85,8	1,2	13,0	-	-	100,0
1999	78,3	0,9	20,8	-	-	100,0
2000	69,6	1,0	29,4	-	-	100,0
2001	48,6	2,1	47,6	-	1,7	100,0
2002	76,3	0,6	13,7	-	9,4	100,0
2003	45,1	2,1	43,4	-	9,4	100,0
2004	40,4	1,4	16,9	23,8	17,5	100,0
2005	50,4	3,4	23,4	13,2	9,6	100,0
2006	50,5	2,7	22,5	9,3	15,0	100,0
2007	48,6	3,0	17,0	10,3	21,1	100,0
2008	36,2	3,5	22,8	16,9	20,6	100,0
2009	32,4	4,2	20,2	19,3	23,9	100,0
2010	34,0	2,1	26,7	18,8	18,4	100,0
2011	35,3	3,0	21,7	17,7	22,3	100,0
2012	40,6	1,1	33,4	2,6	22,3	100,0

Fonte: BNB – Ambiente Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.1.1 – Setor Rural

As contratações do FNE Setor Rural, no ano de 2012, totalizaram cerca de R\$ 4,9 bilhões, representando 40,6% do volume de contratações com recursos do FNE (Tabela 10), com incremento de

24,4% em relação ao ano de 2011 (R\$ 3,9 bilhões). O incremento verificado refletiu-se no aumento da participação relativa do setor no período em análise, em relação ao exercício de 2011, que passou de 35,3% para 40,6%. (Tabela 9).

Tabela 10 – FNE – Contratações (1) no Setor Rural – Exercício de 2012

Valores em R\$ Mil

Atividades	Valor	% Setor	% FNE
PECUÁRIA	2.536.277	52,2	21,2
Bovinocultura	1.844.817	38,0	15,4
Avicultura	108.651	2,2	0,9
Ovinocaprinocultura	277.537	5,7	2,3
Suinocultura	84.499	1,7	0,7
Apicultura	11.800	0,2	0,1
Equinocultura	1.235	0,0	0,0
Bubalinocultura (Búfalo)	1.312	0,0	0,0

(continua)

(conclusão)

Tabela 10 – FNE – Contratações (1) no Setor Rural – Exercício de 2012

Valores em R\$ Mil

Atividades	Valor	% Setor	% FNE
Outras Atividades (2)	206.426	4,3	1,7
AQUICULTURA E PESCA	53.363	1,1	0,4
Carcinicultura	28.807	0,6	0,2
Piscicultura	24.556	0,5	0,2
AGRICULTURA DE SEQUEIRO	1.518.716	31,2	12,7
Grãos	944.984	19,4	7,9
Fibras e Têxteis	322.934	6,6	2,7
Fruticultura	94.065	1,9	0,8
Gramíneas	81.429	1,7	0,7
Raízes e Tubérculos	21.111	0,4	0,2
Bebidas e Fumos	52.224	1,1	0,4
Outras Atividades (3)	1.969	0,0	0,0
AGRICULTURA IRRIGADA	382.544	7,9	3,2
Fruticultura	139.088	2,9	1,2
Bebidas e Fumo	100.441	2,1	0,8
Gramíneas	63.894	1,3	0,5
Grãos	21.611	0,4	0,2
Fibras e Têxteis	14.577	0,3	0,1
Olericultura	16.787	0,4	0,1
Raízes e Tubérculos	17.481	0,4	0,1
Flores	2.619	0,1	0,0
Oleaginosas	466	0,0	0,0
Mudas e Sementes	769	0,0	0,0
Cactáceas	3.374	0,1	0,0
Outras Atividades (4)	1.437	0,0	0,0
OUTRAS ATIVIDADES RURAIS	370.577	7,6	3,1
Process. e Benef Cana-de-açúcar	10.490	0,2	0,1
Process.e Benef Castanha de Caju	36	0,0	0,0
Process.e Benef Frutas e Hortaliças	690	0,0	0,0
Florestamento e Reflorestamento	16.315	0,3	0,1
Extração Vegetal	16.281	0,3	0,1
Atividades não Agrícolas no Rural (5)	326.765	6,7	2,7
Total	4.861.477	100,0	40,6

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Outras atividades pecuárias referem-se à criação de animais, sericicultura, avestruz, ranicultura e microcrédito rural (diversos). (3) Outras atividades agrícolas de sequeiro referem-se a olericultura, extração vegetal, oleaginosa, especiarias e leguminosas. (4) Outras atividades agrícolas irrigadas referem-se a plantas ornamentais, especiarias e leguminosas. (5) As atividades não agrícolas no rural referem-se a serviços auxiliares à agropecuária, à pesca, à intermediação financeira, ecologia, silvicultura, dentre outras.

A quantidade de beneficiários atingiu 1,4 milhão, equivalente a 98,2% dos beneficiários de recursos do FNE, mantendo proporção semelhante à observada em 2011. (Tabela 36).

No que tange aos valores contratados por atividades no período em análise, a pecuária obteve recursos da ordem de R\$ 2,5 bilhões, respondendo por 52,2% das contratações do FNE Setor Rural e por 21,2% das aplicações do FNE. Observou-se aumento de 41,2% em relação ao exercício de 2011, quando foram aportados R\$ 1,8 bilhão em valores nominais.

Nas agriculturas de sequeiro e irrigada, o volume de recursos contratados foi em torno de R\$ 1,9 bilhão, respondendo por 39,1% das contratações do setor e por 15,9% das contratações realizadas pelo Fundo, no ano de 2012. Esse resultado corresponde a um incremento de 8,7% em relação ao valor de aplicação observado em 2011 (R\$ 1,7 bilhão).

A principal atividade pecuária financiada no âmbito do FNE continua sendo a bovinocultura, com valor contratado de R\$ 1,8 bilhão, respondendo por 38,0% das contratações do Setor Rural e por 15,4% do FNE no período sob análise. Em relação ao ano de 2011, a atividade apresentou incremento de 29,1%, quando contratou R\$ 1,4 bilhão.

As atividades agrícolas que obtiveram os maiores volumes de recursos aplicados no Setor Rural, em 2012 foram Grãos (19,8%), Fibras e Têxteis (6,9%), Fruticultura (4,8%) e Gramíneas (3,0%). Juntas, essas atividades responderam por 88,5% das contratações na agricultura, totalizando R\$ 1,7 bilhão. (Tabela 10).

A agricultura de sequeiro aumentou seu volume de contratação em 15,9%, contratando R\$ 1,5 bilhão em 2012 contra 1,3 bilhão de 2011, destacando-se as atividades de Grãos (R\$ 945,0 milhões), Fibras e Têxteis (R\$ 322,9 milhões) e Fruticultura (R\$ 94,1 milhões), que obtiveram, em conjunto,

28,0% das aplicações do FNE no Setor Rural. (Tabela 10). As três atividades foram responsáveis por cerca de 90,0% dos recursos destinados à agricultura de sequeiro.

Participando com 7,9% e 3,2% das contratações do FNE Setor Rural e do FNE total, respectivamente, a agricultura irrigada totalizou, em 2012, R\$ 382,5 milhões, 13,0% inferior ao volume de recursos aplicados em 2011, o qual totalizou R\$ 439,6 milhões. As atividades que receberam os maiores volumes de recursos neste segmento, no período, foram Fruticultura (R\$ 139,1 milhões); Bebidas e Fumo⁸ (R\$ 100,4 milhões) e Gramíneas (R\$ 63,9 milhões). Mencionadas atividades responderam no período por 2,9%, 2,1% e 1,3% das aplicações do Setor Rural, respectivamente. (Tabela 10).

Os financiamentos do FNE Setor Rural dirigidos ao semiárido totalizaram R\$ 2,4 bilhões no ano de 2012, contra R\$ 1,6 bilhão no exercício anterior, representando incremento de 51,6% nas contratações. Registre-se, ainda, que do total de recursos contratados na região semiárida, no exercício de 2012, a participação do FNE Setor Rural foi de 50,0%. (Tabela 1A).

O FNE Setor Rural destinou R\$ 3,6 bilhões aos mini/micro, pequenos e pequenos-médios produtores em 2012, representando 73,8% dos recursos desse setor, atendendo a 1,4 bilhão de beneficiários (99,9%). Aos médios produtores foram destinados R\$ 533,2 milhões ou 11,0% dos recursos contratados no âmbito do FNE Setor Rural. (Tabelas 36 e 37).

Esse resultado reflete a capilaridade do Setor Rural e o cumprimento pelo BNB da diretriz do Governo Federal em espriar seus recursos pelos empreendimentos de menor porte.

Os onze estados da área de atuação do Fundo Constitucional receberam recursos do FNE Setor Rural. Assim, dos 1.990 municípios da área de atuação do FNE, 1.912 foram beneficiados com recur-

8 Aproximadamente 100,0% das contratações refere-se a Café.

dos do FNE Setor Rural, representando 96,1% dos municípios da área de atuação do Fundo. (Tabelas 11 e 39).

Os estados que obtiveram os maiores volumes de recursos do FNE Setor Rural foram Bahia (R\$ 1,4 bilhão); Piauí (R\$ 768,8 milhões) e Maranhão (R\$ 651,2 milhões). Juntos, referidos estados

obtiveram 57,1% do volume de recursos contratados no Setor Rural. (Tabela 11). O Estado do Piauí foi o que apresentou maior crescimento na contratação de recursos entre o ano de 2011 e o exercício de 2012, 117,3%, enquanto o Espírito Santo e o Maranhão tiveram sua participação reduzida em respectivos 19,3% e 11,6%, entre os dois períodos.

Tabela 11 – FNE – Setor Rural Contratações (1) Estaduais – Exercício de 2012

Estado	Valores em R\$ Mil	
	Valor	%
Alagoas	142.353	2,9
Bahia	1.356.120	27,9
Ceará	457.487	9,4
Espírito Santo	50.588	1,0
Maranhão	651.163	13,4
Minas Gerais	420.502	8,7
Paraíba	171.760	3,5
Pernambuco	422.698	8,7
Piauí	768.766	15,8
Rio Grande do Norte	194.140	4,0
Sergipe	225.900	4,7
Total	4.861.477	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entenda-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.1.1.1 – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foi criado em 1995, inicialmente como uma linha de crédito de custeio e, em 1996, adquiriu características de programa governamental, passando a integrar o Orçamento Geral da União. Criado através do Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, teve suas normas consolidadas na Resolução nº 2.310, de 29 de agosto de 1996

estando vinculado institucionalmente ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

As diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais foram estabelecidas pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, passando a agricultura familiar a ser reconhecida como segmento produtivo, o que garantiu a institucionalização das políticas públicas para ela voltadas.

O Pronaf tem como finalidade promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural cons-

tituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda, por meio do apoio financeiro às atividades agropecuárias e não-agropecuárias exploradas mediante o emprego direto da força de trabalho da família produtora rural.

Entendem-se como atividades não-agropecuárias os serviços relacionados com turismo rural, produção artesanal, agronegócio familiar e outras prestações de serviços no meio rural, que sejam compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão de obra familiar.

O público-alvo do Pronaf é classificado por grupos ou modalidades, com especificidades próprias no que se refere às taxas de juros, aos limites de financiamento, ao bônus de adimplência, ao público-alvo e às finalidades, dentre outros aspectos. Para efeito de classificação dos agricultores familiares nos grupos do Pronaf, são excluídos da composição da renda familiar os benefícios sociais e os proventos da Previdência Rural.

O BNB, na qualidade de principal agente financeiro do Pronaf na Região, operacionaliza o programa com uma proposta de desenvolvimento rural. Essa proposta tem como objetivo contribuir para melhorar a articulação das ações do Governo Federal, visando criar e fortalecer as condições objetivas para o aumento da capacidade produtiva no meio rural, a melhoria da qualidade de vida desses agricultores e o pleno exercício da cidadania no campo.

Como forma de maximizar suas ações para o processo de operacionalização, acompanhamento e orientação técnica aos agentes produtivos, o BNB desenvolve parcerias com empresas públicas e privadas, com destaque para a existente com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

São discriminadas, abaixo, as modalidades, o público-alvo e as finalidades de crédito de acordo com os grupos classificados pelo Governo Federal:

Pronaf Grupo A – Crédito na modalidade de investimento para agricultores familiares beneficiados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que não foram contemplados com operação de investimento sob a égide do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera) ou que ainda não foram contemplados com o limite do crédito de investimento para estruturação no âmbito do Pronaf.

Pronaf Grupo A/C – Refere-se ao crédito de custeio, isolado ou vinculado, a agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

Microcrédito Produtivo Rural (Pronaf Grupo B) – É a linha de microcrédito estabelecida para combater a pobreza rural. Os recursos de investimentos são destinados a agricultores com renda anual familiar bruta até R\$ 10,0 mil (dez mil reais). Os créditos destinam-se às atividades agropecuárias e não-agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, assim como à implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços, atividades não-agropecuárias como turismo rural, produção de artesanato ou outras atividades compatíveis com o melhor emprego da mão de obra familiar no meio rural. Os financiamentos para custeio agrícola para os agricultores do Grupo “B” são permitidos para a aquisição de matérias-primas e outros insumos destinados à produção artesanal, gastos de custeio da atividade de turismo rural e da prestação de serviços no meio rural e com o processo de beneficiamento e industrialização da produção própria.

Pronaf Linha de Crédito para Custeio (Comum) e Linha de Crédito para Investimento (Mais Alimentos) – É uma linha de investimento destinada a agricultores que tenham obtido renda bruta familiar nos últimos 12 (doze) meses que antecedem a solicitação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)

de até R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente da família, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais. As taxas de juros são definidas pelo valor financiado. Este grupo foi criado da fusão dos Grupos C, D e E. As faixas, limites e juros para o custeio e investimento são os seguintes:

Custeio – Limites e Taxas

Para a operação cujo valor proposto, somado ao valor contratado de outras operações de custeio realizadas pelo proponente no mesmo ano-safra:

- Faixa I Até R\$ 10.000,00 juros de 1,5% ao ano.
- Faixa II Mais de R\$ 10.000,00 até R\$ 20.000,00, juros de 3% ao ano.
- Faixa III Mais de R\$ 20.000,00 até R\$ 80.000,00, juros de 4% ao ano para empreendimentos localizados fora do semiárido; 5% com bônus de adimplemento de 25% sobre os juros, para empreendimentos localizados no semiárido.

Investimento – Limites e Taxas

Para a operação cujo valor proposto, somado ao valor contratado de outras operações de investimento realizadas pelo proponente no mesmo ano-safra

- Faixa I Até R\$ 10.000,00, juros de 1% ao ano.
- Faixa II Mais de R\$ 10.000,00, juros de 2% ao ano.

Modalidades Especiais de Crédito:

Custeio do Beneficiamento, Industrialização de Agroindústrias Familiares e de Comercialização da Agricultura Familiar (Pronaf Agrinf) – Linha de crédito de apoio financeiro às atividades agropecuárias e não-agropecuárias de agricultores familiares, mediante financiamento das necessidades de custeio do beneficiamento e industrialização da produção própria e/ou de terceiros, inclusive aquisição de embalagens, rótulos, condimentos, conservantes, adoçantes e outros insumos, formação de estoques de insumos, formação de estoques de matéria-prima, formação de estoque de produto final e serviços de apoio à comercialização, adiantamentos por conta do preço de produtos entregues para venda, financiamento da armazenagem e conservação de produtos para venda futura em melhores condições de mercado.

Crédito de Investimento para Agregação de Renda à Atividade Rural (Pronaf Agroindústria) – Trata-se de crédito de apoio a atividades agropecuárias e não-agropecuárias de agricultores familiares, mediante o financiamento de investimentos, inclusive em infraestrutura, que visem ao beneficiamento, ao processamento e à comercialização da produção agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e à exploração de turismo rural.

Crédito de Investimento para Silvicultura e Sistemas Agroflorestais (Pronaf Floresta) – Estimula a implantação de projetos de sistemas agroflorestais, exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo e manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas, para o cumprimento de legislação ambiental e enriquecimento de áreas que já apresentam cobertura florestal diversificada, com o plantio de uma ou mais espécies florestais, nativas do bioma.

Crédito de Investimento para Obras Hídricas e Produção para Convivência com o Semiárido (Pronaf Semiárido) – Trata-se de investimento em projetos de convivência com o semiárido, focado na sustentabilidade dos agroecossistemas, priorizando projetos de infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não-agropecuários.

Crédito de Investimento para Mulheres (Pronaf Mulher) – Linha de crédito dirigida às mulheres agricultoras integrantes de unidades familiares de produção enquadradas no PRONAF, independentemente de sua condição civil. A mesma unidade familiar de produção pode contratar até dois financiamentos ao amparo do PRONAF Mulher.

Crédito de Investimento para Jovens (Pronaf Jovem) – Refere-se à linha de investimento para jovens agricultores e agricultoras familiares maiores de 16 anos e com até 29 anos, que tenham concluído ou estejam cursando o último ano em centros familiares rurais de formação por alternância, ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio, que atendam à legislação em vigor para instituições de ensino, ou que tenham participado de curso ou estágio de formação profissional que preencha os requisitos definidos pela Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Crédito de Investimento para Agroecologia (Pronaf Agroecologia) – Financiamento dos sistemas de produção agroecológicos e/ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento. É destinado à modalidade Pronaf Agricultores Familiares (Comum), Grupo A, Grupo A/C e Grupo B”.

Crédito para Investimento em Energia Renovável e Sustentabilidade Ambiental (Pronaf ECO) – Destina-se a investimento para implantação, utilização ou recuperação de tecnologias de energia renovável, tecnologias ambientais, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos, silvicultura, adoção de práticas conservacionistas e de correção da acidez e fertilidade do solo. É destinado à modalidade Pronaf Agricultores Familiares (Comum) Grupo A, Grupo A/C e Grupo B”.

É importante observar que as regras para o Pronaf são as definidas nos Planos Safra. O Plano Safra 2012/2013 disponibilizou crédito da ordem de R\$ 18 bilhões, valor 12,5% maior do que os R\$ 16 bilhões disponibilizados no Plano Safra 2011/2012.

As contratações realizadas pelo BNB no Pronaf, por intermédio dos recursos do FNE, no ano de 2012, foram de aproximadamente R\$ 2,0 bilhões. Vale ressaltar que deste total, R\$ 951,4 milhões foram contratados no âmbito do Pronaf Semiárido/Seca 2012. (Tabela 40A). Criado pela Resolução Condrel/Sudene N° 050/2012, esta linha especial de crédito beneficia os agricultores familiares de todos os grupos do Pronaf, afetados pela seca ou estiagem na área de atuação do Banco.

Foram beneficiadas 1.402.698 pessoas neste período, representando 95,0% do total de beneficiários do FNE e 96,8% do Setor Rural. Considera-se como beneficiário do Pronaf o agricultor tomador do empréstimo e sua família, estimando-se, em média, três pessoas por família. O valor financiado pelo FNE no Pronaf totalizou 17,1% dos recursos investidos pelo FNE (R\$ 11,97 bilhões) no ano de 2012 (Tabelas 4 e 12). Em relação ao ano de 2011, as contratações do Pronaf pelo FNE tiveram incremento de 53,1% nos valores contratados.

Tabela 12 – FNE – Contratações (1) no Pronaf – Exercício de 2012

Valores em R\$ Mil

Grupo	Nº de Beneficiários	%	Valor	%
Pronaf-Grupo A	9.303	0,7	59.607	2,9
Pronaf-Grupo B	1.126.419	80,3	917.214	45,1
Pronaf-Grupo C	2.598	0,2	2.679	0,1
Pronaf-Grupo A/C	2.937	0,2	3.894	0,2
Pronaf-Semiárido	7.653	0,5	25.765	1,3
Pronaf-Mulher	1.200	0,1	4.616	0,2
Pronaf-Comum	24.762	1,8	82.414	4,1
Pronaf-Mais Alimentos	19.374	1,4	165.621	8,2
Pronaf-Demais Grupos	208.452	14,9	770.427	37,9
Total	1.402.698	100,0	2.032.237	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

No que se refere ao volume de recursos contratado nos grupos do Pronaf, observa-se que o Grupo B tem a maior participação (45,1%), contratando R\$ 917,2 milhões e beneficiando 1,1 milhão de agricultores, ou 80,3% dos beneficiários do programa.

O segundo grupo mais representativo (8,2%) no âmbito foi o Pronaf-Mais Alimentos com volume total de contratações da ordem de R\$ 165,6 milhões, que beneficiaram 19.374 pessoas.

O Grupo Pronaf-Comum contratou 4,1% dos recursos do FNE destinados ao Pronaf, beneficiando 24.762 pessoas. Em seguida, aparece o Grupo A, representando 2,9% das contratações (R\$ 59,6 milhões) e 0,7% dos beneficiários (9.303 pessoas).

Os quatro grupos acima referidos receberam 60,3% dos recursos do FNE destinados ao Pronaf, peso inferior ao observado no ano anterior (74,2%). Os valores contratados e os beneficiários pertencentes aos demais grupos estão detalhados na Tabela 12.

Em conformidade com o Art. 7º da Lei nº 9.126/95⁹, complementada pela Lei 12.249/2010, o Banco do Nordeste aplicou R\$ 1,5 bilhão, em 2012, o que corresponde a 29,0% do montante de recursos transferidos à instituição pela União, no referido período (R\$ 5.187 milhões). Percentual esse que representa quase três vezes o mínimo exigido pela referida legislação, relativamente aos grupos e linhas ali contemplados¹⁰.

Com o objetivo de manter a boa qualidade no atendimento aos agricultores, o Banco implementou em 2012 várias ações, dentre as quais se destacam:

- Apoio à realização de pesquisas tecnológicas voltadas para a Agricultura Familiar com difusão dos resultados, objetivando incorporação de novas tecnologias, melhoria da produtividade e, em consequência, elevação da renda desse segmento;

9 As Leis estabelecem a destinação de 10% do montante dos Recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) transferido pela União ao Banco para aplicação no Pronaf Grupo A, Grupo A/C, Pronaf Floresta, Pronaf Agroecologia, Pronaf Eco, Pronaf Semiárido, demais programas Pronaf aplicados na região semiárida, bem como valores correspondentes a obras de recuperação e proteção do solo, pagamento de assistência técnica e remuneração da mão de obra para implantação das atividades.

10 Ambiente de Gerenciamento do Pronaf e de Programas de Crédito Fundiário.

- Capacitação para técnicos das empresas estaduais de assistência técnica e elaboradores de projetos das empresas privadas da Região;
- Disponibilização para as empresas elaboradoras de projetos, Agências e Centrais de Análise do Banco, do Caderno de Indicadores Técnicos e Índices de Produtividades da Agricultura Familiar;
- Atualização da ferramenta Analisador Virtual do Pronaf;
- Implantação do sistema de monitoração à distância das operações do Pronaf e do Agroamigo;
- Incentivo à bancarização dos agricultores familiares, com abertura de contas correntes e fornecimento do cartão agricultura familiar;
- Realização do trabalho de sensibilização para a necessidade de formação de poupança, junto aos agricultores familiares;
- Atualização cadastral dos agricultores familiares;
- Continuidade da ação de comunicação com os agricultores familiares, por meio do Centro de Relacionamento com Clientes e de Informação ao Cidadão;
- Treinamentos de natureza presencial e virtual para os Gerentes de Negócios Pronaf;
- Divulgação do Pronaf e Agroamigo para a captação de novos clientes e cumprimento das metas;
- Celebração de acordos com empresas estaduais de assistência técnica dos estados de Alagoas, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco e Sergipe, com a finalidade de expandir, de forma qualificada, a contratação de financiamentos no âmbito do Pronaf Semiárido;
- Implantação da parametrização dos preços de diversas inversões financiadas pelo Banco no âmbito do Pronaf;
- Aplicação de pesquisa para verificar o grau de satisfação dos clientes do Pronaf em relação ao Banco do Nordeste.

Agroamigo

Em 2004, o Banco do Nordeste iniciou a implantação do Agroamigo, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e com o Instituto Nordeste Cidadania (Inec), através de um projeto-piloto em duas agências, com dois assessores em cada uma.

A partir dessa experiência, nos anos de 2005 e 2006, o Agroamigo foi ampliado para todas as agências do Banco do Nordeste, constituindo-se em um programa de microcrédito rural que visa à concessão de financiamento para agricultores familiares classificados no Pronaf Grupo “B”, utilizando metodologia própria de atendimento, cujos principais objetivos são:

- Orientação para o crédito e acompanhamento;
- Maior agilidade no processo de concessão do crédito;
- Expansão de atendimento aos agricultores familiares; e
- Maior proximidade com os clientes da área rural através do atendimento ao agricultor na sua própria comunidade pelo assessor de microcrédito.

Em relação ao programa Pronaf B tradicional, o Agroamigo apresenta as seguintes inovações operacionais:

- Atendimento ao cliente por profissional especializado, o assessor de microcrédito rural;

- Uso de metodologia adequada para as atividades de microcrédito rural;
- Promoção e atendimento no local;
- Acompanhamento sistemático;
- Identificação das necessidades financeiras do cliente; e
- Orientação para transformar a agricultura de subsistência em agricultura sustentável.

O assessor de microcrédito rural do Agroamigo presta orientação para o crédito e faz o seu acompanhamento. Assim, o Agroamigo tem como objetivo

geral qualificar o atendimento aos agricultores familiares do Grupo B do Pronaf mediante a concessão de microcrédito produtivo e orientado. Nesse Programa, o Banco conta com a parceria do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA).

O Agroamigo estava presente em 2012, em 160 agências, atendendo a 1.945 municípios do Nordeste brasileiro e norte de Minas Gerais, contando com 782 Assessores de Microcrédito, todos funcionários do Inec, parceiro na operacionalização do programa. (Figura 2).

Perfil de Atuação	Qtde.
Estados Atendidos	10
Unidades de Atendimento	160
Municípios Atendidos	1.945
Coordenadores	158
Assistentes de Coordenação	122
Assessores de Crédito	738
Funcionários do Banco	53

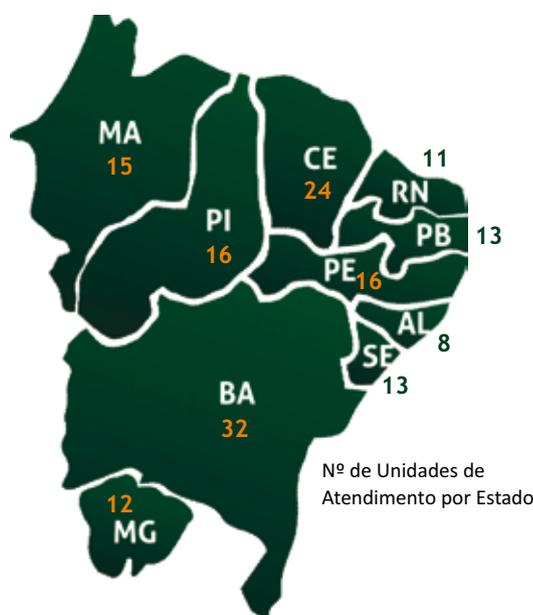


Figura 2 – Agroamigo – Unidades de Atendimento

Fonte: Ambiente de Gerenciamento do Pronaf e Programas de Crédito

A concessão de crédito orientado, de forma gradativa e sequencial, possibilita a educação financeira e o fortalecimento econômico do cliente. Aliado a isto, foram simplificados os processos, objetivando promover maior velocidade na aprovação e libera-

ção dos créditos, sem perder de vista os riscos inerentes à concessão de um financiamento.

Em 2012, o programa contratou 375,1 mil operações em toda a área de atuação do Banco, correspondendo a um montante de R\$ 916,4 milhões

(Gráficos 2 e 3), sendo que 65,0% dos financiamentos concedidos estão localizados na região semiárida. Desse montante contratado, R\$ 549,6

milhões corresponde a operações no Pronaf Grupo B, enquanto que o restante são operações da linha especial do Pronaf, destinada a amenizar os efeitos da seca de 2012.

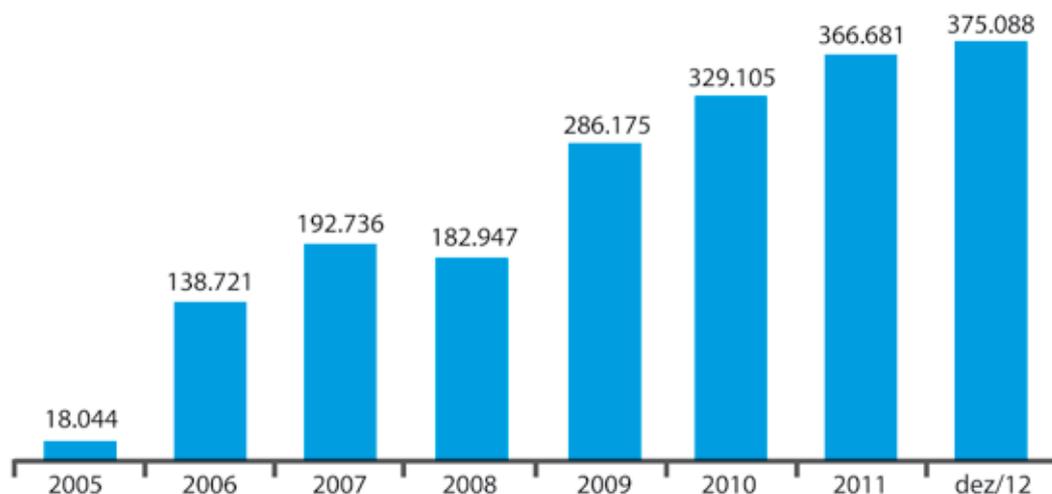


Gráfico 2 – Agroamigo – Quantidade de Operações Contratadas por Ano

Fonte: Ambiente de Gerenciamento do Pronaf e de Programas de Crédito Fundiário.

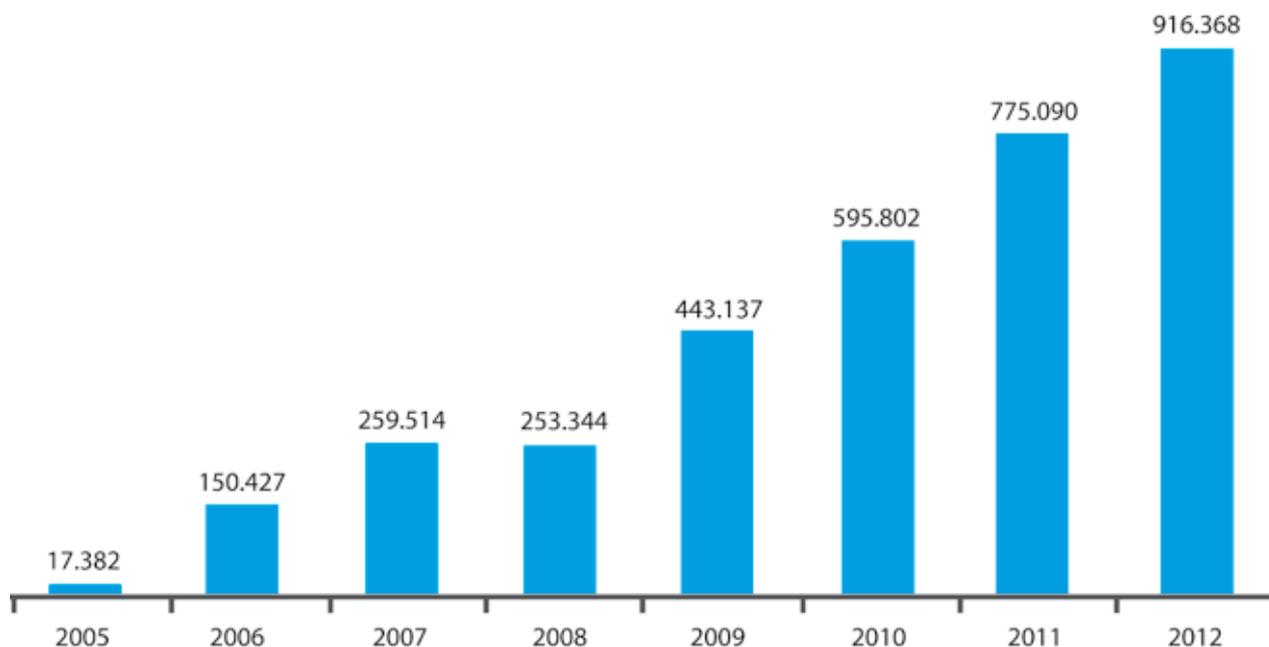


Gráfico 3 – Agroamigo – Valores Contratados por Ano

Fonte: Ambiente de Gerenciamento do Pronaf e de Programas de Crédito Fundiário.

Na posição de dezembro de 2012, o Agroamigo detinha em sua carteira 797.012 clientes ativos e mais de R\$ 1,3 bilhão aplicado, conforme Gráficos 4 e 5.

Quanto à distribuição dos recursos por atividade econômica, a carteira ativa com posição em dezembro de 2012, apresenta a pecuária com 81,0% dos recursos do Agroamigo, seguido da agricultura (12,0%), serviços (6,0%) e extrativismo (1,0%). (Gráfico 6).

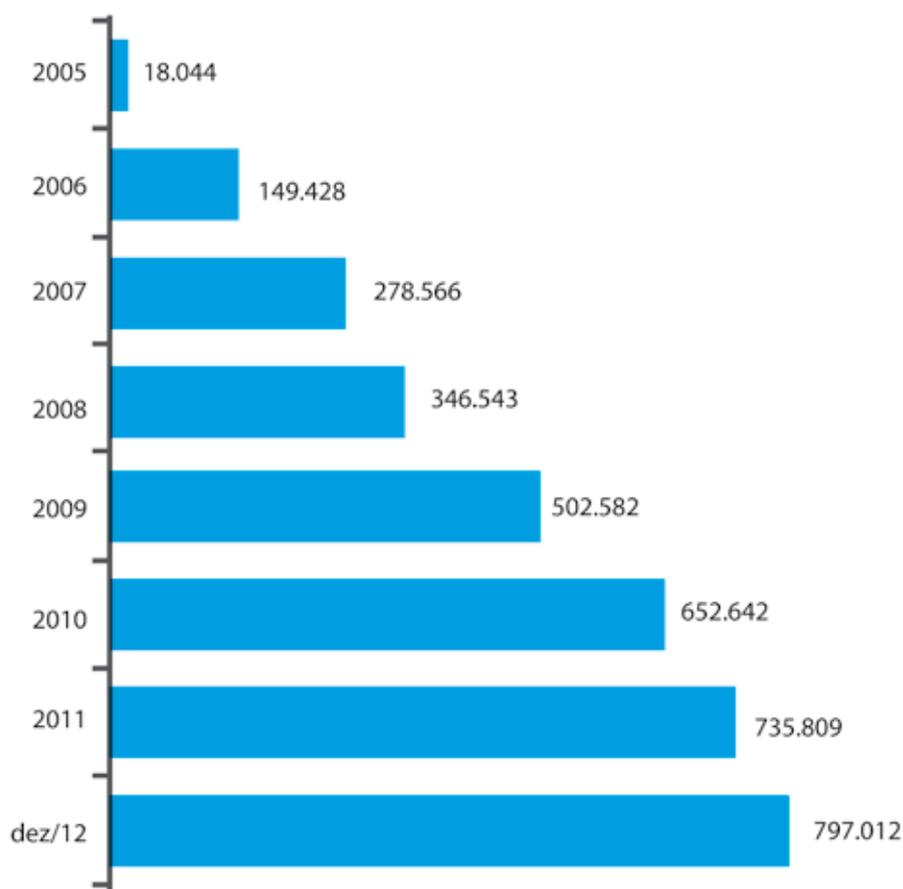


Gráfico 4 – Agroamigo – Número de Clientes Ativos

Fonte: Ambiente de Gerenciamento do Pronaf e de Programas de Crédito Fundiário.

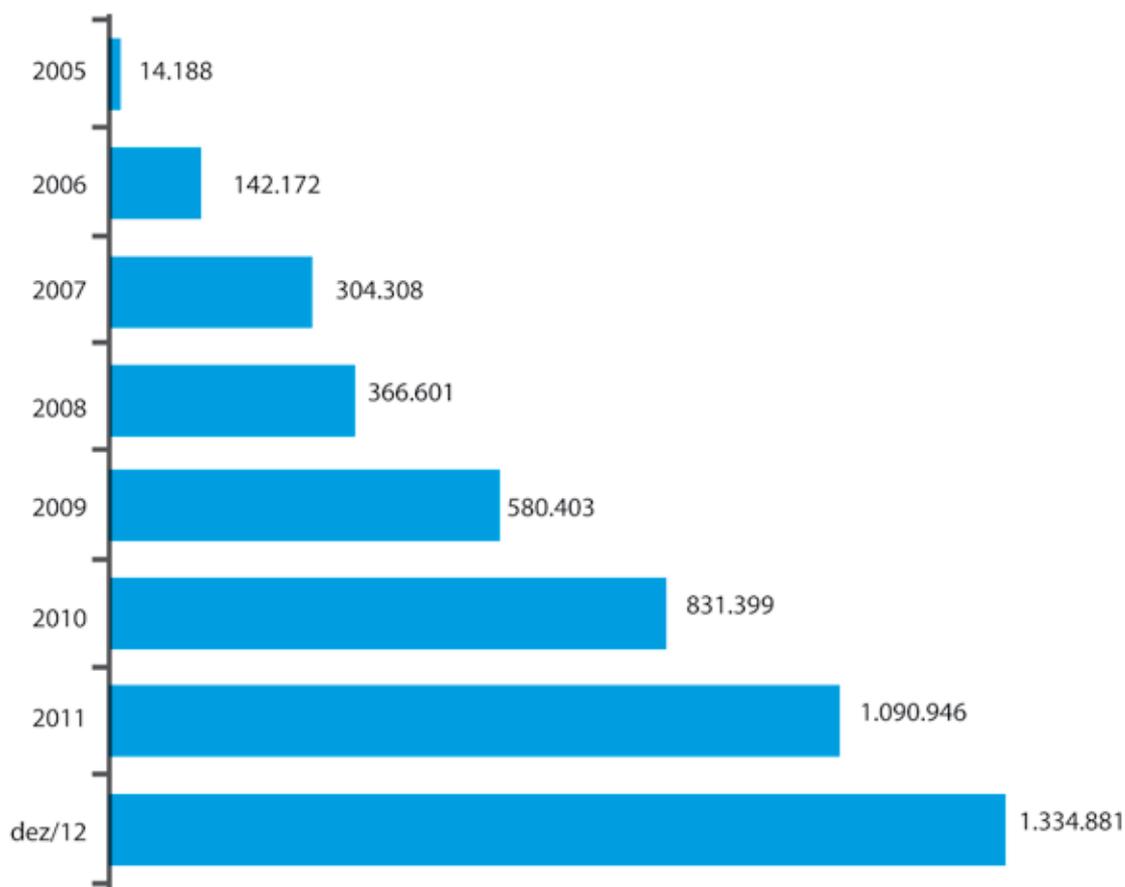


Gráfico 5 – Agroamigo – Carteira Ativa (R\$ Mil)

Fonte: Ambiente de Gerenciamento do Pronaf e de Programas de Crédito Fundiário.

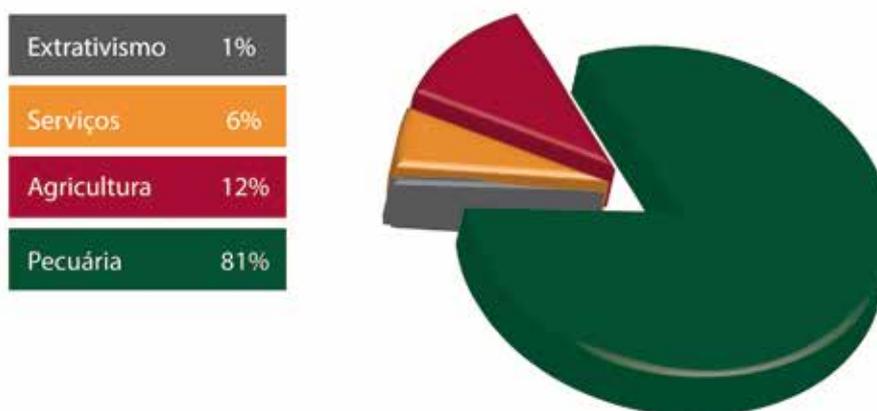


Gráfico 6 – Agroamigo – Distribuição por Setor – Dezembro de 2012

Fonte: Ambiente de Gerenciamento do Pronaf e Programas de Crédito Fundiário.

Esse fato pode ser explicado pela própria estrutura econômica da região, bastante influenciada pela pecuária, em particular a bovinocultura. Quando se analisa o volume de recursos destinados à pecuária, verifica-se que 59,0% foram para bovinocultura. Contudo, há um estímulo à diversificação da carteira. Outras atividades contempladas são a suinocultura (11,0%), a ovinocultura (10,0%), a avicultura (7,0%) e a caprinocultura (6,0%). (Gráfico 7) .

Quanto as contratações efetuadas no âmbito do Agroamigo, a estratégia é a concessão de crédito gradual e sequencial, destacando-se que o maior percentual situa-se entre os valores de R\$ 2,0 mil e R\$ 2,5 mil, que representa 59,5% das operações contratadas. (Gráfico 8).

No que tange ao prazo de financiamento, 90,7% possui prazo entre 1,5 a 2,0 anos. (Gráfico 9).

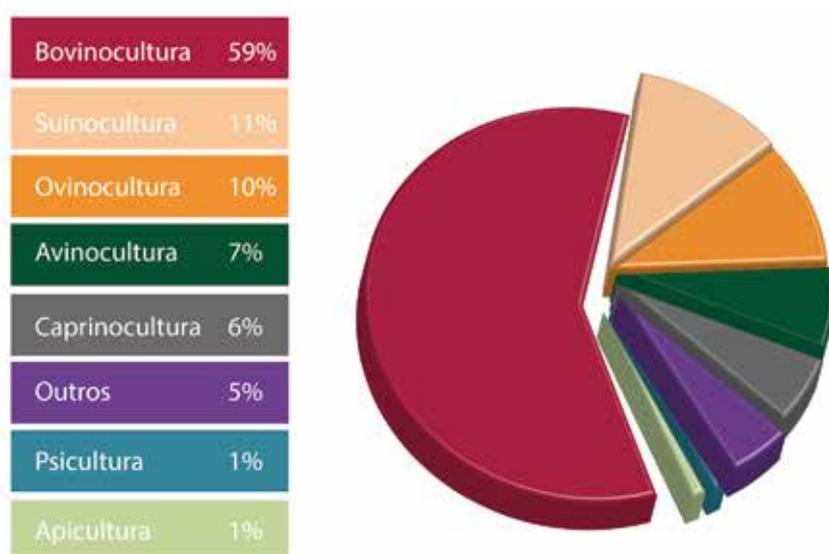


Gráfico 7 – Agroamigo – Distribuição por Atividade – Pecuária – Exercício de 2012

Fonte: Ambiente de Gerenciamento do Pronaf e Programas de Crédito Fundiário.

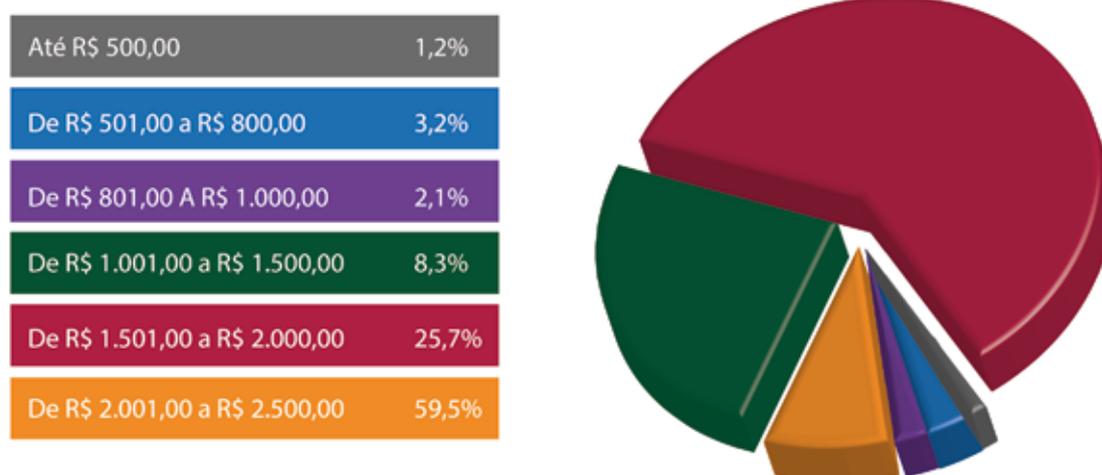


Gráfico 8 – Distribuição por Faixa de Valor Financiado – Dezembro de 2012

Fonte: Ambiente de Gerenciamento do Pronaf e Programas de Crédito Fundiário.

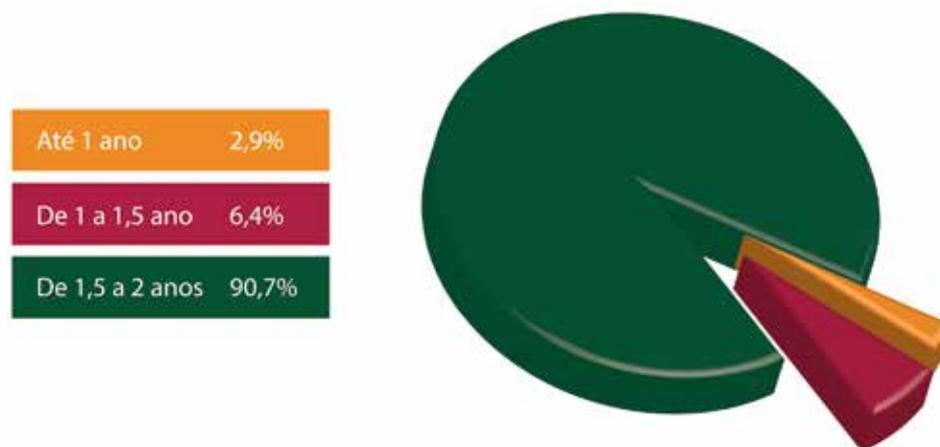


Gráfico 9 – Distribuição por Prazo Médio – Dezembro 2012

Fonte: Ambiente de Gerenciamento do Pronaf e Programas de Crédito Fundiário.

Outra estratégia do Agroamigo é a política de inserção econômica do gênero feminino. Assim, em 2005, quando o programa foi criado, o número de financiamentos concedidos às mulheres, em rela-

ção à carteira ativa representava 43,0% e, em 2012, já somam 47,0%. (Gráfico 10). Isto representa mais de 350,0 mil mulheres desenvolvendo atividades produtivas.

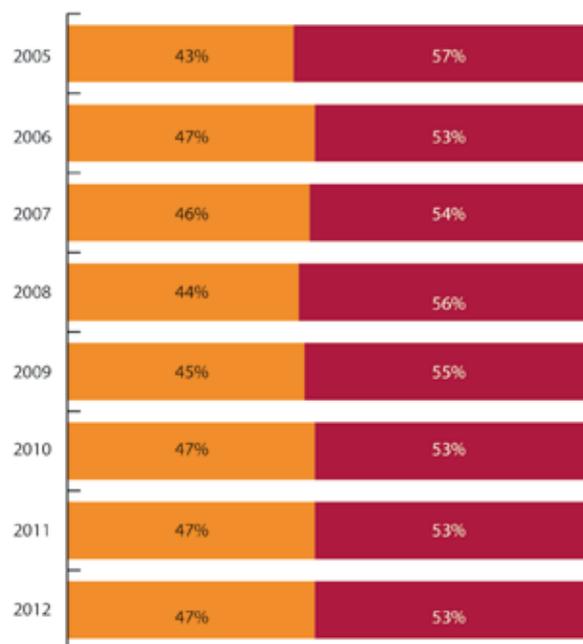


Gráfico 10 – Distribuição da Carteira por Gênero

Fonte: Ambiente de Gerenciamento do Pronaf e Programas de Crédito Fundiário.

No âmbito do Programa Brasil sem Miséria, lançado pelo Governo Federal, o Banco do Nordeste tem atuado, por meio do Agroamigo, proporcionando atendimento aos beneficiários dos programas abaixo citados e de ações integradas com os mesmos, com o objetivo de contribuir para assegurar possibilidades de inclusão produtiva e social, bem como se constituindo em uma oportunidade de crescimento e de diminuição da dependência em relação aos programas sociais do Governo:

- Programa Bolsa Família, operacionalizado pelo MDS; e
- Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, operacionalizado pelo MDA.

Nessa perspectiva, em dezembro de 2012, cerca de 454.297 clientes do Agroamigo eram também beneficiados pelo programa Bolsa Família, o que representa 57,0% da carteira ativa de clientes. (Gráfico 11).

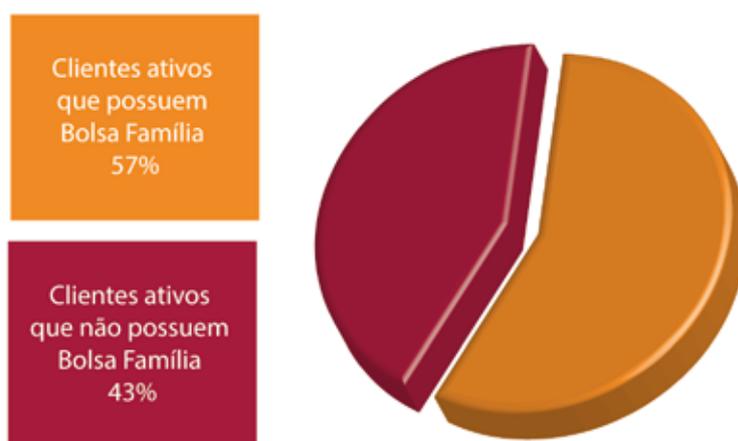


Gráfico 11 – Clientes Agroamigo Beneficiários do Bolsa Família – Dezembro 2012

Fonte: Ambiente de Gerenciamento do Pronaf e Programas de Crédito Fundiário.

Em 2012, com vistas ao aperfeiçoamento administrativo e fortalecimento institucional, destacam-se as seguintes ações no âmbito do Agroamigo:

- Elaboração e atualização de material de apoio à capacitação, como as cartilhas: Administrando a Adimplência, Conta-Corrente Simplificada, Elaborando Laudos de Visitas, Meio Ambiente, Educação Financeira, destinadas a clientes do

Agroamigo e as cartilhas Realizando o Planejamento e Elaborando a Proposta de Crédito;

- Capacitação dos assessores de microcrédito através dos cursos: Elaboração do Plano de Negócios, Planejamento e Administração do Crédito, com destaque para o Curso de Formação de Assessor de Microcrédito Rural;
- Realização do Prêmio BNB de Microcrédito, objetivando a promoção do Programa Agro-

amigo e o reconhecimento às boas práticas desenvolvidas pelos clientes;

- Organização de eventos locais em comemoração a datas significativas como Dia do Agricultor e Dia do Microempreendedor Rural;
- Divulgação do relatório de pesquisa realizada pela Fipe-USP em parceria com o Etene;
- Seminário Internacional de Microfinanças do Banco do Nordeste, realizado em Salvador, no período de 30/05 a 01/06/2012.

Em 2012, teve início a operacionalização do Agroamigo Mais, que é a expansão do Agroamigo, idealizado pelo Banco do Nordeste em conjunto com o Governo Federal, passando a atender, além dos agricultores familiares do Grupo B, os demais grupos de Pronaf, exceto os grupos A e A/C, por meio da metodologia de microcrédito rural orientado e acompanhado, desenvolvida pelo Banco, em propostas de valor até R\$ 15,0 mil, considerando os seguintes aspectos:

- Elevar a qualidade das propostas e planos simplificados de financiamentos no âmbito do Pronaf;
- Permitir elevação da quantidade de financiamentos de custeio;
- Imprimir maior agilidade ao processo de concessão do crédito;
- Permitir acompanhamento sistemático aos empreendimentos financiados;

- Expandir o atendimento à agricultura familiar, com melhoria qualitativa;
- Elevação da adimplência da carteira;
- Proporcionar elevação da renda e melhoria da qualidade de vida dos(as) agricultores(as) familiares e de suas famílias.

No exercício de 2012 foram contratadas 1.622 operações no âmbito Agroamigo Mais, totalizando R\$ 16,0 milhões.

3.1.2 – Setor agroindustrial

O Setor Agroindustrial aplicou, no decorrer do ano de 2012, R\$ 133,5 milhões, o que representou 1,1% do volume contratado pelo FNE no período (Tabela 13). Considerando o volume de recursos contratados pelo Setor no exercício de 2011, no valor de R\$ 336,9 milhões, observa-se uma redução de 60,4% entre os dois períodos.

Dentre as atividades agroindustriais financiadas, a de processamento e beneficiamento de cana-de-açúcar foi responsável pelo maior volume de recursos, tendo sido contratados, nesta atividade, R\$ 71,7 milhões, representando 53,7% das contratações no Setor. Esta atividade, juntamente com a indústria de laticínios (R\$ 13,8 milhões), a atividade de processamento e beneficiamento de frutas e hortaliças (R\$ 9,5 milhões) e a indústria de combustíveis nucleares, refino de petróleo e álcool (R\$ 8,8 milhões) foram responsáveis por 77,8% das contratações do Setor. (Tabela 13).

Tabela 13 – FNE – Contratações (1) no Setor Agroindustrial – Exercício de 2012

Valores em R\$ Mil

Atividades	Valor	% Setor	% FNE
Abate e Prepar.Prod.Carne, Aves e Pescado	8.243	6,2	0,1
Alimentação	30	0,0	-
Avicultura	60	0,0	-
Bebidas e Fumo	198	0,2	-
Benef. Fibras	2.992	2,2	0,0
Bovinocultura	32	0,0	-
Com.Atacadista	108	0,1	-
Com.Varejista	48	0,0	-
Curtume	33	0,0	-
Ind.Bebidas, exceto Agroindústria	34	0,0	-
Ind. de Transformação	213	0,2	-
Ind.Prod.Alimentícios	3.863	2,9	0,0
Laticínios	13.773	10,3	0,1
Moagem e Benef.	7.842	5,9	0,1
Mudas e Sementes	150	0,1	-
Proces. Benef. Cana-de-açúcar	71.695	53,7	0,6
Proces.Benef.Castanha de Caju	2.400	1,8	0,0
Proces.Benef.Frutas e Hortaliças	9.541	7,2	0,1
Proces.Benef.Mel de Abelha	751	0,6	0,0
Proces.Benef.Óleos e Gorduras Vegetais e Anim	1.509	1,1	0,0
Plantas Aromáticas e Medicinais	1.000	0,8	0,0
Ind.Combust.Nucleares, Refino Petróleo e Álcool	8.818	6,6	0,1
Ind. de Gelo	121	0,1	-
Total	133.454	100,0	1,1

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota (1): Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

O Setor Agroindustrial contratou, na região do semiárido nordestino, o montante de R\$ 25,4 milhões, representando 19,0% das contratações realizadas por esse segmento e 0,5% do total contratado na região semiárida. (Tabelas 4 e 1A).

No que se refere à quantidade de beneficiários, o Setor Agroindustrial beneficiou 287 empreendimentos, sendo 247 de mini/micro, pequeno e pequeno-médio portes, abrangendo 86,1% das agroindústrias financiadas. (Tabela 36). Para tais empreendimentos, o Setor Agroindustrial destinou R\$ 29,0 milhões, per-

fazendo 21,8% do total das contratações do Setor, em 2012. Para os grandes empreendimentos foram destinados R\$ 80,8 milhões, totalizando 60,5% das contratações do Setor. (Tabelas 4 e 37).

Os contratos realizados com recursos do FNE no Setor Agroindustrial beneficiaram todos os estados da área de atuação do BNB, num total de 126 municípios, que representam 6,3% dos municípios da área de atuação do Fundo. (Tabela 39). O Estado de Alagoas foi responsável pela maior parte do volume de recursos contratados, com quase R\$ 61,1 milhões, o

que representa 45,8% do total de recursos destinados ao Setor, seguido por Sergipe, R\$ 14,6 milhões

(10,9%) e Pernambuco R\$ 13,3 milhões (9,9%) no ano de 2012. (Tabela 14).

Tabela 14 – FNE – Setor Agroindustrial – Contratações(1) Estaduais – Exercício de 2012

Estado	Valores em R\$ Mil	
	Valor	%
Alagoas	61.064	45,8
Bahia	10.094	7,6
Ceará	6.980	5,2
Espírito Santo	6.633	5,0
Maranhão	945	0,7
Minas Gerais	842	0,6
Paraíba	3.142	2,4
Pernambuco	13.253	9,9
Piauí	8.897	6,7
Rio Grande do Norte	7.005	5,3
Sergipe	14.599	10,9
Total	133.454	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota (1): Por “Contratações” entenda-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Os estados de Alagoas e Rio Grande do Norte apresentaram os maiores incrementos no volume de recursos em relação ao ano de 2011. No caso de Alagoas as contratações passaram de R\$ 31,7 milhões em 2011, para R\$ 61,1 milhões no ano de 2012, o que significa incremento de 92,8%, sendo que a maior parte desse incremento se deve ao financiamento da agroindústria da cana-de-açúcar. O Estado de Rio Grande do Norte elevou em cerca de 69,7% os valores financiados no Setor Agroindustrial, passando de R\$ 4,1 milhões em 2011 para R\$ 7,0 milhões em 2012. Já o Estado do Piauí elevou suas contratações em cerca de 36,7% em comparação a 2011. Os demais estados apresentaram decréscimo em relação ao ano anterior.

Ressalte-se aqui a importância da Agroindústria para agregação de valor aos produtos primários regionais. Como foi observado, o Setor Rural continua preponderante no volume financiado pelo FNE, constituindo potencial oferta para a Agroindústria.

Permanece, então, a necessidade de adoção de políticas específicas para esse Setor.

3.1.3 – Setor Industrial

No período referente ao ano de 2012, o FNE Setor Industrial contratou R\$ 3,6 bilhões, correspondendo a 30,4% das contratações totais do FNE no período (Tabela 15), representando um acréscimo no volume de contratações de 90,4% em relação ao exercício de 2011.

As contratações com bens de consumo intermediários destacaram-se, totalizando R\$ 2,1 bilhões, ou seja, participação de 57,9% nas contratações do Setor e de 17,6% no total contratado no âmbito do FNE. As atividades da indústria de minerais não metálicos, principalmente as relacionadas à indústria da construção civil, foram as grandes responsáveis pelo bom desempenho do Setor Industrial, nesse exercício, contratando R\$ 1,5 bilhão.

Tabela 15 – FNE – Contratações(1) no Setor Industrial – Exercício de 2012

Valores em R\$ Mil

Atividades	Valor	% Setor	% FNE
BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEIS	471.132	13,0	3,9
Calçados	167.639	4,6	1,4
Produtos Alimentícios	57.791	1,6	0,5
Têxteis	57.000	1,6	0,5
Gráfica	34.545	1,0	0,3
Cosméticos	7.791	0,2	0,1
Celulose e Papel	22.619	0,6	0,2
Bebidas	49.111	1,4	0,4
Eletroeletrônica	31.193	0,9	0,3
Vestuários e Acessórios	37.773	1,0	0,3
Ind.Prod.Farmacêuticos e Defensivos Agrícolas	2.196	0,1	0,0
Outras Atividades	3.474	0,1	0,0
BENS DE CONSUMO INTERMEDIÁRIO	2.106.095	57,9	17,6
Indústria Siderúrgica	265.297	7,3	2,2
Produtos Químicos	72.488	2,0	0,6
Produtos Plásticos	11.868	0,3	0,1
Tintas, Vernizes e Esmaltes	1.661	0,1	0,0
Minerais não Metálicos (Incluis Extr. Min. Não Metal.)	1.473.226	40,5	12,3
Metal-mecânica	16.844	0,5	0,1
Madeira, exceto Mobiliário	7.301	0,2	0,1
Extração de Minerais Metálicos	244.879	6,7	2,0
Produtos de Borracha	1.840	0,1	0,0
Resinas e Elastômeros	5.300	0,2	0,0
Outras Atividades	5.391	0,2	0,0
BENS DE CAPITAL E DE CONSUMO DURÁVEIS	959.533	26,2	8,0
Mobiliário	27.647	0,8	0,2
Transportes	892.036	24,5	7,5
Outros	34.637	1,0	0,3
PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	109.373	3,0	0,9
Total	3.640.920	100,0	30,4

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota(1): Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

O segmento de bens de consumo não duráveis obteve participação de 13,0% no total contratado no Setor Industrial, o que representou um volume de recursos de R\$ 471,1 milhões em 2012, ou seja,

3,9% das contratações efetivadas no FNE. A atividade de maior destaque nesse segmento foi a indústria de calçados (R\$ 167,6 milhões), conforme Tabela 15.

No que se refere às contratações no segmento de bens de capital e de consumo duráveis, registram-se contratações no valor de R\$ 959,5 milhões no ano de 2012, o que corresponde a 26,2% do total contratado no Setor Industrial e 8,0% dos valores contratados no âmbito do FNE. (Tabela 15). Neste segmento vale destacar o volume de contratações na atividade da indústria de transportes que atingiu R\$ 892,0 milhões, e respondeu por 24,5% das contratações do Setor e 7,5% do total de contratações do FNE.

A região semiárida foi beneficiada com R\$ 1,1 bilhão dos recursos do FNE Setor Industrial no ano de 2012, correspondendo a 31,3% das contratações desse Setor. Registre-se, ainda, que do total de recursos destinados ao semiárido, o FNE Setor Industrial contribuiu com 24,2%. (Tabela 1A). No que se refere às contratações fora do semiárido, o FNE Setor Industrial foi responsável por cerca de R\$ 2,5 bilhões, o que representa 68,7% do total con-

tratado nesse Setor e 34,5% do total de recursos destinados à Região fora do semiárido. (Tabela 2A).

O FNE beneficiou 2.897 empreendedores/empresas no Segmento Industrial no ano de 2012. Em relação ao porte dos empreendimentos, 94,4% dos beneficiários situaram-se nas categorias mini/micro, pequeno e pequeno-médio portes. (Tabela 36).

Quanto ao volume de recursos nas contratações do Setor, a categoria de beneficiários de grande porte foi responsável pela contratação de R\$ 3,2 bilhões, o que corresponde a 87,0% dos recursos. (Tabela 37).

O FNE Setor Industrial atendeu a todos os estados da área de atuação do Banco, beneficiando 533 municípios no ano de 2012, o que representa 26,8% dos municípios da área de atuação do FNE. (Tabela 39). Os estados de Pernambuco, Ceará e Bahia receberam a maior parcela dos recursos e, juntos, foram responsáveis por 76,6% das contratações do FNE no Setor Industrial. (Tabela 16).

Tabela 16 – FNE – Setor Industrial – Contratações (1) Estaduais – Exercício de 2012

Estado	Valores em R\$ Mil	
	Valor	%
Alagoas	130.527	3,6
Bahia	488.453	13,4
Ceará	728.225	20,0
Espírito Santo	5.072	0,1
Maranhão	44.518	1,2
Minas Gerais	146.739	4,0
Paraíba	286.476	7,9
Pernambuco	1.572.568	43,2
Piauí	47.492	1,3
Rio Grande do Norte	107.984	3,0
Sergipe	82.866	2,3
Total	3.640.920	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota(1): Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.1.4 – Setor Turismo

O Setor Turismo contratou R\$ 359,6 milhões no período em análise, representando 3,0% das contratações totais do FNE no período. (Tabela 17). Ressalte-se que o total contratado nesse segmento decresceu 27,6% em relação ao ano anterior, quan-

do foram contratados R\$ 496,5 milhões. O item hospedagem (hotéis e pousadas) absorveu 80,5% dos recursos desse Setor (R\$ 289,4 milhões), participação atribuída à característica de capital intensivo da atividade. (Tabela 17). No ano de 2012, foram realizadas 292 operações no Setor Turismo com recursos do FNE. (Tabela 4).

Tabela 17 – FNE – Contratações(1) no Setor Turismo – Exercício de 2012

Atividades	Valor	% Setor	Valores em R\$ Mil	
			% FNE	
TURISMO	359.618	100,0	3,0	
Hospedagem	289.376	80,5	2,4	
Imobiliárias e Aluguéis	51.340	14,3	0,4	
Transportes	10.531	2,9	0,1	
Alimentação	6.928	1,9	0,1	
Entretenimento	398	0,1	0,0	
Outras Atividades	1.045	0,3	0,0	
Total	359.618	100,0	3,0	

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito

Nota(1): Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

A região semiárida foi beneficiada com R\$ 29,2 milhões dos recursos do FNE Setor Turismo em 2012, correspondendo a 8,1% das contratações desse Setor. Registre-se, ainda, que do total de recursos destinados ao semiárido, o FNE Setor Turismo contribuiu com 0,6%. (Tabela 1A). No que se refere às contratações fora do semiárido, o FNE Setor Turismo foi responsável por cerca de R\$ 330,4 milhões, o que representa 91,9% do total contratado nesse Setor e 4,6% do total de recursos destinados à Região fora do semiárido. (Tabela 2A).

Em relação ao porte dos empreendimentos, 95,5% dos beneficiários no FNE Setor Turismo situaram-se nas categorias mini/micro, pequeno e pequeno-médio portes. (Tabela 36).

Quanto ao volume de recursos nas contratações do Setor, a categoria de beneficiários de médio porte foi responsável pela contratação de 68,7% dos recursos do Setor (R\$ 247,0 milhões), conforme Tabela 37.

O FNE Setor Turismo atendeu a dez dos onze estados da área de atuação do Banco, beneficiando 131 municípios em 2012, o que representa 6,6% dos municípios da área de atuação do FNE. (Tabela 39). O Estado de Pernambuco recebeu a maior parcela dos recursos (55,5%) e, somados à Bahia, a Sergipe e ao Ceará, foram responsáveis por 86,9% das contratações do FNE no Setor. (Tabela 18).

**Tabela 18 – FNE – Setor Turismo – Contratações
(1) Estaduais – Exercício de 2012**

Valores em R\$ Mil

Estado	Valor	%
Pernambuco	199.461	55,5
Bahia	66.653	18,5
Sergipe	26.600	7,4
Ceará	19.829	5,5
Maranhão	14.864	4,1
Paraíba	11.029	3,1
Alagoas	7.333	2,0
Rio Grande do Norte	6.651	1,9
Piauí	4.691	1,3
Minas Gerais	2.507	0,7
Espírito Santo	-	-
Total	359.618	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota (1): Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.1.5 – Setor Comércio e Serviços

O FNE Setor Comércio e Serviços contratou no ano de 2012 cerca de R\$ 2,7 bilhões, representando 22,3% do total do FNE. (Tabela 19). Em relação ao número de operações, observa-se no período a contratação de 23.351 operações. (Tabela 4). A grande demanda por recursos nesse segmento está relacionada com a importância desse Setor para a economia do Nordeste, tanto no que se refere à geração de empregos quanto no que diz respeito ao valor adicionado à produção.

No contexto do Setor, as atividades relacionadas ao Setor Comércio obtiveram participação de 55,5% (R\$ 1,5 bilhão), enquanto o segmento de Serviços obteve 44,5%, com R\$ 1,2 bilhão dos valores contratados. Observou-se incremento de 26,5% das contratações no Setor Comércio e decréscimo de 9,2% nos Serviços, em relação ao exercício de 2011.

No segmento de Serviços, as principais atividades financiadas foram imobiliárias e aluguéis, serviços auxiliares de administração de empresas e saúde. Em relação ao Comércio, destaca-se o comércio varejista, com participação de 45,2% dos recursos do setor, totalizando R\$ 1,2 bilhão. (Tabela 19).

Tabela 19 – FNE – Contratações(1) por Atividade nos Setores Comércio e Serviços – Exercício de 2012

Valores em R\$ Mil

Atividade	Valor	% Setor	% FNE
COMÉRCIO	1.480.627	55,5	12,4
Comércio Varejista	1.206.264	45,2	10,1
Comércio Atacadista	210.994	7,9	1,8
Alimentação	38.464	1,4	0,3
Intermediários do Comércio	2.997	0,1	0,0
Outros	21.908	0,8	0,2
SERVIÇOS	1.186.583	44,5	9,9
Imobiliárias e Aluguéis	346.452	13,0	2,9
Saúde	143.271	5,4	1,2
Serv. Auxiliar à Indústria	4.519	0,2	0,0

(continua)

(conclusão)

Tabela 19 – FNE – Contratações(1) por Atividade nos Setores Comércio e Serviços – Exercício de 2012

Valores em R\$ Mil

Atividade	Valor	% Setor	% FNE
Telecomunicações	2.362	0,1	0,0
Educação	59.035	2,2	0,5
Transporte Rodoviário	85.003	3,2	0,7
Reparação e conservação	21.080	0,8	0,2
Serviços Pessoais	22.170	0,8	0,2
Edifícios e Obras de Eng.Civil	101.748	3,8	0,9
Entretenimento e Lazer	32.302	1,2	0,3
Informática	1.461	0,1	0,0
Aluguel Máq. e Equipamento	44.120	1,7	0,4
Ativ. Aux. Transportes	44.688	1,7	0,4
Serv. Aux. Adm. Empresas	175.114	6,6	1,5
Outros	103.258	3,9	0,9
Total	2.667.210	100,0	22,3

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota(1): Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Na distribuição dos recursos por região climática, o semiárido foi beneficiado com R\$ 1,2 bilhão dos recursos do FNE Setor Comércio e Serviços no ano de 2012, correspondendo a 43,4% dos valores contratados pelo Setor. (Tabela 1A).

Vale ressaltar que na área de abrangência do Banco, as capitais dos estados são as maiores demandantes de recursos deste Setor, e estão situadas fora do semiárido, podendo justificar a diferença percentual entre as duas regiões.

Em relação ao porte dos empreendimentos beneficiados (Tabela 37), o FNE Setor Comércio e Serviços destinou 62,0% das contratações, ou seja, R\$ 1,7 bilhão, para empreendimentos de mini/micro, pequeno e pequeno-médio portes. Esse resultado sinaliza o esforço do BNB em priorizar os clientes de menor porte.

Tradicionalmente, o Setor de Comércio no Nordeste brasileiro é marcado por empreendimentos de menor porte, daí a importância de financiamento ao Setor como medida para reduzir a concentração de

recursos, dinamizando a economia, principalmente em pequenos municípios.

Em relação à distribuição espacial, o FNE Setor Comércio e Serviços esteve presente em todos os estados pertencentes à área de atuação do Banco. As unidades federativas que obtiveram maior volume de contratações foram: Pernambuco, 23,6% (R\$ 629,0 milhões) e Ceará, 13,6% (R\$ 362,3 milhões), seguidos de Bahia 12,6% (R\$ 336,2 milhões) e Rio Grande do Norte 12,0% (R\$ 320,6 milhões). Juntos, estes estados participaram com 61,8% do total dos valores contratados. (Tabela 20).

Vale ressaltar que dois estados tiveram expressivos crescimentos nos valores contratados, em relação ao ano de 2011: Rio Grande do Norte (134,9%) e Pernambuco (61,4%). Em relação aos municípios atendidos, o FNE Setor Comércio e Serviços esteve presente em todos os estados pertencentes à área de atuação do Banco e em 1.412 municípios, representando 71,0% dos municípios da área de atuação do FNE. (Tabela 39).

Tabela 20 – FNE – Contratações(1) por Estado nos Setores Comércio e Serviços – Exercício de 2012

Valores em R\$ Mil

Estado	Quantidade	%	Valor	%
Pernambuco	3.156	13,5	628.995	23,6
Ceará	4.039	17,3	362.328	13,6
Bahia	4.035	17,3	336.215	12,6
Rio Grande do Norte	2.475	10,6	320.550	12,0
Maranhão	1.743	7,5	260.428	9,8
Piauí	1.900	8,1	173.376	6,5
Alagoas	758	3,3	172.704	6,5
Paraíba	1.994	8,5	155.182	5,8
Sergipe	1.324	5,7	125.703	4,7
Minas Gerais	1.794	7,7	113.051	4,2
Espírito Santo	133	0,6	18.678	0,7
Total	23.351	100,0	2.667.210	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota(1): Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.1.6 – Setor infraestrutura

O Setor Infraestrutura, através do FNE, contratou cerca de R\$ 307,5 milhões no ano de 2012, o que correspondeu a 2,6% do total contratado pelo FNE no mesmo período (Tabela 21), apresentando substancial decréscimo de 84,3% em relação ao ano 2011.

Ressalte-se que o decréscimo de contratações realizados pelo Setor, deve-se a uma diretriz do Banco do Nordeste, no sentido de apoiar prioritariamente o segmento de pequenos e médios empreendimentos, o que vai de encontro aos financiamentos para infraestrutura, que em geral requerem um substancial volume de recursos e são realizados por empreendedores de grande porte.

As atividades do Setor que obtiveram a maior participação no volume de recursos foram as atividades auxiliares de transporte representando

61,3% das contratações no período. A atividade de produção e distribuição de energia elétrica, gás e água contratou os 38,7% dos recursos restantes, direcionados ao Setor. (Tabela 21).

É importante salientar que quase R\$ 303,0 milhões (98,5%) do valor contratado neste Setor foram destinados à região fora do semiárido. (Tabela 22). Contudo, os efeitos das contratações desse Setor se espraiam em todo tecido econômico e social da Região.

Os recursos contratados no Setor de Infraestrutura foram destinados a três estados da área de atuação do FNE. Em 2012, da mesma forma que em 2011, destaca-se o Estado da Bahia, com a contratação de 61,3% dos recursos (R\$ 188,4 milhões), destinados principalmente a transporte e energia¹¹. Em seguida vem o Estado do Maranhão (37,3%) e o Ceará (1,5%), conforme a Tabela 23.

11 Base do Ativo

Tabela 21 – FNE – Contratações(1) por Atividade no Setor de Infraestrutura – Exercício de 2012

Valores em R\$ Mil

Atividade	Valor	% Setor	% FNE
Ativs. Aux. Transportes	188.435	61,3	1,6
Prod. e Distrib. Eletricidade, Gás e Água (2)	119.073	38,7	1,0
Total	307.508	100,0	2,6

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito

Notas (1): Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Contratações somente para atividade de Produção e Distribuição de Energia Elétrica.)

Tabela 22 – FNE – Contratações(1) por Região no Setor de Infraestrutura – Exercício de 2012

Valores em R\$ Mil

Região	Valor	% Setor
Semiárida	4.516	1,5
Outras Regiões	302.992	98,5
Total	307.508	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito

Nota(1): Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Tabela 23 – FNE – Contratações(1) por Estado no Setor de Infraestrutura – Exercício de 2012

Valores em R\$ Mil

Estado	Valor	%
Bahia	188.435	61,3
Ceará	4.516	1,5
Maranhão	114.557	37,3
Total	307.508	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.2 – Valores Programados e Valores Realizados

No exercício de 2012, foram contratados aproximadamente R\$ 11,97 bilhões no âmbito do FNE, o que corresponde a 107,4% do montante projetado para o exercício deste ano (Tabela 24), da ordem de R\$ 11,15 bilhões.

Observa-se que os estados de Pernambuco, Paraíba, Piauí, Alagoas e Bahia realizaram mais de 100,0% das respectivas programações. Os demais estados contrataram, em média, valores próximos a 90,0% do programado, exceção feita ao Estado do Espírito Santo.

Tabela 24 – FNE – Valores Programados e Realizados por Estado – Exercício de 2012

Valores em R\$ Mil

Estado	Programação (A)	Contratações (1) (B)	(%) B/A
Alagoas	511.000	513.981	100,6
Bahia	2.441.000	2.445.970	100,2
Ceará	1.607.000	1.579.365	98,3
Espírito Santo	135.000	80.971	60,0
Maranhão	1.137.000	1.086.475	95,6
Minas Gerais	802.000	683.641	85,2
Paraíba	561.000	627.589	111,9
Pernambuco	1.645.000	2.836.975	172,5
Piauí	930.000	1.003.222	107,9
Rio Grande do Norte	798.000	636.330	79,7
Sergipe	583.000	475.668	81,6
Total	11.150.000	11.970.187	107,4

Fontes: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB – Ambiente de Coordenação Executiva Institucional.

Nota (1): Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Ressalta-se que os esforços empreendidos pelas unidades operadoras do BNB foram efetivos no sentido de estimular a demanda por investimentos nos vários setores produtivos, em consonância com as políticas e programas dos governos estaduais e municipais.

Neste sentido, a programação elaborada para o exercício de 2012 foi revista, realocando-se recursos para o FNE Emergencial para Seca, programa especial multissetorial, criado de acordo com a Resolução do Condol nº 50, de abril de 2012, visando recuperar ou preservar as atividades produtivas dos agentes afetados pela estiagem, mediante a concessão de crédito específico, destinado, notadamente, a financiar aqueles investimentos que contribuam para a convivência sustentável do agente produtivo com os efeitos decorrentes dos períodos de seca.

Além disso, registram-se aumentos nas projeções de aplicações para segmentos dos setores primário bem como de comércio e serviços, reduzindo-se a programação para os setores de infraestrutura e de turismo.

Tabela 25 – FNE – Valores Programados e Realizados por Setor – Exercício de 2012

Valores em R\$ Mil

Setor	Programação (A)	Contratações (1) (B)	(%) B/A
Rural	4.456.000	4.861.477	109,1
Agroindustrial	312.000	133.454	42,8
Industrial	2.906.000	3.640.920	125,3
Turismo	582.000	359.618	61,8
Infraestrutura	240.000	307.508	128,1
Comercial e Serviços	2.654.000	2.667.210	100,5
Total	11.150.000	11.970.187	107,4

Fontes: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB – Ambiente de Coordenação Executiva Institucional.

Nota (1): Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

A média de contratações por setor foi de aproximadamente 95,0% do programado, neste exercício de 2012. Nos setores Infraestrutura, Industrial, Rural e Comercial e Serviços, as contratações atingiram mais de 100,0% da respectiva meta para o mesmo exercício. Para os demais setores, a média de contratações foi de 52,3%. (Tabela 25).

No âmbito das mesorregiões definidas pelo MI, atendendo às prioridades estabelecidas pela Política

Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), os valores reprogramados representaram um acréscimo de 3,7% em relação à programação inicial. Observa-se que em 2012, as contratações alcançaram 131,0% do valor programado para o exercício. (Tabela 26).

Na mesorregião de Xingó a atividade de bovinocultura absorveu R\$ 117,7 milhões, e, além desta, destacam-se as atividades de produção de grãos com R\$ 64,7 milhões¹² e de comércio varejista com R\$ 45,5 milhões¹³. No Vale do Jequitinhonha/Mucuri o montante financiado foi destinado predominantemente à bovinocultura (R\$ 80,5 milhões¹⁴) e ao comércio varejista (R\$ 26,3 milhões¹⁵). Na mesorregião de Águas Emendadas os maiores volumes de contratações foram realizados nas atividades de bovinocultura (R\$ 11,1 milhões¹⁶) e na produção de grãos (R\$ 7,6 milhões¹⁷), bem como na Chapada das Mangabeiras que as atividades de produção de grãos absorveram R\$ 524,0 milhões¹⁸.

Tabela 26 – FNE – Contratações (1) Programadas e Realizadas – Por Mesorregiões – Exercício de 2012

Valores em R\$ Mil

Mesorregiões	Programação FNE 2012 (A)	Valor Contratado (B)	B/A (%)
Chapada das Mangabeiras	527.000	669.638	127,1
Chapada do Araripe	320.000	408.342	127,6
Vale do Jequitinhonha/Mucuri	195.500	266.373	136,3
Xingó	237.000	347.092	146,5
Bico Papagaio	149.500	185.046	123,8
Seridó	97.000	123.191	127,0
Águas Emendadas	20.000	25.719	128,6
Total	1.546.000	2.025.401	131,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota (1): Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

12 Base do Ativo do BNB.

13 Base do Ativo do BNB.

14 Base do Ativo do BNB.

15 Base do Ativo do BNB.

16 Base do Ativo do BNB.

17 Base do Ativo do BNB.

18 Base do Ativo do BNB.

3.3 – Impactos Redistributivos das Aplicações do FNE

3.3.1 – Contratações por Estado

No que tange às contratações do FNE pelos estados da área de atuação do BNB, os valores mais expressivos foram aplicados nos estados de Pernambuco (R\$ 2,8 bilhões) e da Bahia (R\$ 2,4 bilhões) que juntos representaram 44,1% dos recursos contratados. (Tabela 27).

As propostas em carteira totalizaram R\$ 3,4 bilhões no final do exercício de 2012, apresentando acréscimo de 63,4% em relação ao exercício de 2011. Os maiores volumes em carteira estão nos estados da Bahia (R\$1,0 bilhão) e do Ceará (R\$ 654,7 milhões), conforme Tabela 27.

A demanda total de recursos pelos estados no exercício de 2012 (R\$ 15,4 bilhões) apresentou

acréscimo de 16,7% sobre a demanda total do exercício de 2011 (R\$ 13,2 bilhões). Praticamente todos os estados apresentaram acréscimo na demanda por recursos, com exceção do Ceará, do Maranhão e do Rio Grande do Norte. As maiores demandas foram dos estados da Bahia, Pernambuco, Ceará, Maranhão e Piauí, que juntos resumem 75,0% da demanda total por recursos do FNE, de acordo com a Tabela 27.

Em relação aos percentuais de participação dos estados no total das contratações do FNE, no exercício de 2012, verifica-se que somente três unidades federativas não atingiram o piso, estabelecido internamente, de 4,5% do total de contratações do Fundo: Alagoas (4,3%), Sergipe (4,0%) e Espírito Santo (0,7%). No que se refere ao limite máximo, observa-se que, a exemplo de anos anteriores, nenhum estado obteve volume de contratações superior a 30,0%, conforme recomendações internas do BNB. (Tabela 27).

Tabela 27 – FNE – Contratações e Demanda de Recursos por Estado – Exercício de 2012

Valores em R\$ Mil

Estado	Contratações (1)	%	Propostas em Carteira (2)	Demanda Total	%
Alagoas	513.981	4,3	299.451	813.432	5,3
Bahia	2.445.970	20,4	1.023.202	3.469.172	22,6
Ceará	1.579.365	13,2	654.650	2.234.015	14,5
Espírito Santo	80.971	0,7	53.905	134.876	0,9
Maranhão	1.086.475	9,1	379.517	1.465.992	9,5
Minas Gerais	683.641	5,7	89.304	772.945	5,0
Paraíba	627.589	5,2	198.376	825.965	5,4
Pernambuco	2.836.975	23,7	319.921	3.156.896	20,6
Piauí	1.003.222	8,4	198.794	1.202.016	7,8
Rio Grande do Norte	636.330	5,3	94.069	730.399	4,8
Sergipe	475.668	4,0	84.131	559.799	3,6
Total	11.970.187	100,0	3.395.320	15.365.507	100,0

Fontes: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB – Ambiente de Coordenação Executiva Institucional.

Notas: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Valor do estoque das propostas em carteira ao final do período

Considerando-se o período acumulado de 1989 a 2012, todos os estados atingiram o piso de 4,5%, com exceção do Estado do Espírito Santo (1,0%), cuja região norte, composta por 28 municípios de um total de 78 do Estado, foi integrada à área de atuação do Banco do Nordeste no ano de 1999, iniciando-se, a partir desse ano, o atendimento pelo FNE, com dez anos de defasagem em relação aos demais estados da área de atuação do Banco.

Nesse período, os estados que mais receberam recursos do FNE foram Bahia (R\$ 28,4 bilhões), Ceará (R\$ 18,1 bilhões), Pernambuco (R\$ 15,9 bilhões) e Maranhão (R\$ 12,1 bilhões) que, em conjunto, foram responsáveis por 65,6% do total dos valores contratados. À medida que a base econômica dos demais estados da Região cresce, os recursos do FNE passam a ser distribuídos de forma mais equitativa na área de atuação do Banco. (Tabela 28).

Tabela 28 – FNE – Contratações(1) Acumuladas por Estado – Período: 1989 a 2012

Valores em R\$ Mil

Estado	Valor (2)	%
Alagoas	5.510.425	4,8
Bahia	28.445.141	25,0
Ceará	18.133.369	15,9
Espírito Santo	1.118.619	1,0
Maranhão	12.116.500	10,7
Minas Gerais	5.721.980	5,0
Paraíba	6.361.060	5,6
Pernambuco	15.876.643	14,0
Piauí	7.784.845	6,8
Rio Grande do Norte	7.492.811	6,6
Sergipe	5.253.825	4,6
Total	113.815.218	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. 2) Exercícios de 1989 a 1990 – valores atualizados pelo BTN até 31.12.1990 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercício de 1991 – valores atualizados pelo US\$ (comercial venda) até 31.12.1991 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.2012. Exercícios de 1992 em diante – valores atualizados pelo IGP-DI, até 31.12.2012.

Tabela 29 – FNE – Contratações(1) em Relação ao Número de Beneficiários – Exercício de 2012

Estado	Contratações (R\$ mil)	Nº. de Beneficiários	Distribuição do Crédito	
			R\$/Benef.	Ordem
Alagoas	513.981	84.310	6.096,32	9
Bahia	2.445.970	296.549	8.248,11	3
Ceará	1.579.365	220.590	7.159,73	7
Espírito Santo	80.971	1.639	49.402,68	1
Maranhão	1.086.475	138.597	7.839,09	5
Minas Gerais	683.641	138.812	4.924,94	11
Paraíba	627.589	115.581	5.429,86	10
Pernambuco	2.836.975	181.201	15.656,51	2
Piauí	1.003.222	151.751	6.610,97	8
Rio Grande do Norte	636.330	87.664	7.258,74	6
Sergipe	475.668	59.186	8.036,83	4
Total	11.970.187	1.475.880	8.110,54	–

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota (1): Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

O número de beneficiários do FNE totalizou 1,5 milhão no exercício de 2012, registrando acréscimo de 16,0% em relação ao número de beneficiários no exercício de 2011 (1,3 milhão). O estado com o maior número de beneficiários foi a Bahia (296,5 mil), seguido do Ceará (220,6 mil), Pernambuco (181,2 mil) e Piauí (151,8 mil). (Tabela 29).

Com relação à distribuição de crédito, o valor médio contratado por beneficiário no exercício de 2012 foi de R\$ 8.110,54, valor cerca de 7,0% inferior àquele do exercício de 2011 (R\$ 8.716,90), demonstrando que os recursos tendem à desconcentração por beneficiário. A maior relação crédito por beneficiário foi observada no Estado do Espírito

Santo (R\$ 49.402,68) cujo valor diverge, inclusive, da média das três maiores relações contratação/beneficiário, apresentada pelos estados de Pernambuco, Bahia, e Sergipe, que ficou em uma média de R\$ 10.647,15, conforme a Tabela 29.

Considerando-se toda a área de atuação do Banco, a relação valor contratado por residente foi de R\$ 207,99 por habitante, superior aos R\$ 194,14 por habitante, registrado em 2011. O Estado de Pernambuco apresentou a relação mais elevada, equivalente a R\$ 317,65/habitante, seguido pelos estados do Piauí (R\$ 317,40/habitante), Minas Gerais (R\$ 244,75/habitante) e Sergipe (R\$ 225,34/habitante). (Tabela 30).

Tabela 30 – FNE – Contratações(1) em Relação à População Residente – Exercício de 2012

Estado	Valor Contratado (R\$ mil)	População (mil hab.) ²	Valor Contratado/População	
			R\$/Hab.	Ordem
Alagoas	513.981	3.165	162,37	9
Bahia	2.445.970	14.175	172,55	7
Ceará	1.579.365	8.606	183,52	6
Espírito Santo	80.971	850	95,25	11
Maranhão	1.086.475	6.714	161,81	10
Minas Gerais	683.641	2.793	244,75	3
Paraíba	627.589	3.815	164,50	8
Pernambuco	2.836.975	8.931	317,65	1
Piauí	1.003.222	3.161	317,40	2
Rio Grande do Norte	636.330	3.228	197,12	5
Sergipe	475.668	2.111	225,34	4
Total	11.970.187	57.550	207,99	-

Fontes: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e IBGE, Estimativas populacionais para os municípios brasileiros em 01.07.2011 enviadas ao Tribunal de Contas da União (TCU).

Notas: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) População residente em 01.07.2012 nos municípios da área de atuação do BNB.

Para avaliar o grau de importância do FNE para as economias estaduais, a Tabela 29 apresenta a comparação entre as riquezas geradas por cada unidade federativa e o valor contratado com recursos do FNE. No setor primário, o FNE–Setor Rural representou aproximadamente 12,3% do PIB desse setor, gerado nos estados da área de atuação do Banco.

Os estados em que o Fundo obteve maior relevância, em relação ao desempenho do setor primário foram Piauí e Sergipe, em torno de 55,7% e 20,3%, respectivamente. No restante dos estados, exceto no Espírito Santo, a relação contratações no Setor Rural por PIB Rural ficou, em média, 11,5%. No caso do

Espírito Santo, a mais baixa entre todos os estados, essa relação ficou em 1,9%. (Tabela 31).

No setor secundário, a importância relativa do Fundo Setor Industrial sobre o PIB do Setor Secun-

dário foi de 2,8%, com participações mais expressivas apresentadas pelos estados de Pernambuco (7,7%), Ceará (4,0%), Paraíba (3,9%) e Minas Gerais (3,3%). (Tabela 31).

Tabela 31 – FNE – Contratações(1) em Relação ao PIB dos Estados – Exercício de 2012

Estado	FNE Setor Rural/PIB Setor Primário		FNE Setor Industrial/PIB Setor Secundário	
	%	Ordem	%	Ordem
Alagoas	8,5	9	2,5	5
Bahia	12,2	6	1,0	9
Ceará	14,2	3	4,0	2
Espírito Santo (2)	1,9	11	0,2	11
Maranhão	8,2	10	0,6	10
Minas Gerais (3)	11,8	7	3,3	4
Paraíba	12,5	5	3,9	3
Pernambuco	10,2	8	7,7	1
Piauí	55,7	1	1,2	8
Rio Grande do Norte	14,2	4	1,6	6
Sergipe	20,3	2	1,2	7
Total	12,3		2,8	

Fontes: BNB – Etene e IBGE-Contas Regionais 2009(4).

Notas: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Os PIBs Rural e Industrial do Norte do Espírito Santo correspondem a soma dos municípios da área de atuação do BNB. (3) Os PIBs Rural e Industrial do Norte de Minas Gerais corresponde a soma dos municípios da área de atuação do BNB. (4) O PIB setorial corresponde ao Valor Adicionado Bruto de 2010 atualizado para dezembro de 2012 pelo IGP_DI da FGV (índice acumulado do período de 113,50%).

3.3.2 – Contratações no Semiárido e fora do Semiárido

O Banco do Nordeste tem destinado especial atenção à região semiárida do Nordeste do Brasil. Assim, é que o FNE alocou R\$ 45,6 bilhões para esse espaço no período 1989 a 2012. As localidades fora do semiárido, especialmente o litoral e a Zona da Mata, por possuírem maior base econômica instalada, captaram maior volume de recursos, na ordem de R\$ 68,2 bilhões, nesse mesmo período. (Tabela 32.)

Tabela 32 – FNE – Contratações(1) Acumuladas por Região – Período: 1989 a 2012

Valores em R\$ Mil

Região	Valor (2)	%
Semiárido	45.574.933	40,0
Fora do Semi-árido	68.240.285	60,0
Total	113.815.218	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Exercícios de 1989 a 1990 – valores atualizados pelo BTN até 31.12.1990 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercício de 1991 – valores atualizados pelo US\$ (comercial venda) até 31.12.1991 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.2012. Exercícios de 1992 em diante – valores atualizados pelo IGP-DI, até 31.12.2012.

No exercício de 2012, o FNE aplicou R\$ 4,7 bilhões na região do semiárido nordestino, ou seja, 39,4% dos valores contratados através do Fundo. Aproximadamente 1,0 bilhão de pessoas e empresas foram favorecidas com recursos do FNE nesse espaço territorial, equivalendo a 68,5% do total de beneficiários do Fundo, no período em análise. (Tabela 33).

Tabela 33 – FNE – Contratações(1) por Região – Exercício de 2012

Valores em R\$ Mil

Região	Nº. de Beneficiários	%	Valor	%
Semiárido	1.011.326	68,5	4.713.735	39,4
Fora do Semiárido	464.554	31,5	7.256.452	60,6
Total	1.475.880	100,0	11.970.187	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota (1): Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

O BNB atua no sentido de cumprir o que preceitua a legislação do FNE, no que se refere à participação de 50,0% das contratações do Fundo na região semiárida. Conforme a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que instituiu o Fundo, no caso da Região Nordeste, o FNE “inclui a finalidade específica de financiar, em condições compatíveis com as peculiaridades da área, atividades econômicas do semiárido, às quais destinará metade dos recursos ingressados [...]” (BRASIL. LEI Nº 7.827, 2009). Além disso, aos mutuários que desenvolvem suas atividades na região do semiárido nordestino são concedidos bônus de adimplência de 25%, enquanto para aqueles das demais regiões esse bônus é de 15% (Lei nº 10.177, de 12.01.2001).

Este limite legal foi estabelecido em 1989, quando a área de atuação do Banco do Nordeste e da Sudene não incluía as regiões mineiras do Vale do Mucuri e do Vale do Jequitinhonha e, ainda, o norte

do Espírito Santo. É importante lembrar que essa Unidade da Federação, bem como alguns dos municípios do Estado de Minas Gerais que compõem os Vales do Mucuri e do Jequitinhonha estão localizados fora do semiárido. Dessa forma, empreendimentos financiados nessas localidades dificultam ainda mais o alcance do limite mínimo de aplicações no semiárido.

Não obstante o financiamento na região do semiárido nordestino estar inferior à metade das contratações do Fundo, é importante ressaltar que o maior montante de valores contratados fora do semiárido não afetou a alocação de recursos na região semiárida, uma vez que a demanda por financiamento ali identificada está plenamente atendida. O contingenciamento de recursos para a região fora do semiárido resultaria em aumento das disponibilidades do Fundo, prejudicando, assim, a alocação de recursos na Região Nordeste como um todo e, conseqüentemente, a oferta de crédito para o financiamento do seu desenvolvimento econômico e social.

Além disso, as peculiaridades dos estados da Região Nordeste devem ser consideradas nessa análise. Por exemplo, o Estado do Maranhão que concentra 11,6% da população da área de atuação do Banco, representa 18,5% da área de jurisdição do Banco (OLIVEIRA et al., 2012) e absorveu 10,7% dos recursos do FNE alocados durante o período de 1989 a 2012 (Tabela 26), apresenta todos os seus municípios localizados fora do semiárido. Seu território se caracteriza, na quase totalidade, por vegetação de floresta, refletindo uma transição entre o Nordeste semiárido e a Amazônia úmida.

Em que pese o Maranhão não apresentar escassez de chuvas, assumir a segunda posição de maior exportador do Nordeste (BNB, 2012a) e registrar significativos índices de crescimento econômico, como por exemplo, o crescimento acumulado do PIB, no período de 2000 a 2009 (BNB, 2012a) apresenta, também, significativas desigualdades socioeconômicas, dentre as quais ressaltam-se:

- a) 10,4% da população em extrema pobreza do Brasil está no Maranhão (2010?) (OLIVEIRA; SOUZA; LIMA, et al., 2012a);
- b) no Maranhão 25,7% das pessoas estão em situação de extrema pobreza (2010?) (OLIVEIRA; SOUZA; LIMA, et al., 2012a);
- c) dos trinta municípios brasileiros com menores índices de IDH-M, dez estão localizados no Maranhão (PNUD, 2002a);
- d) das 27 unidades da federação, o Maranhão ocupa a segunda pior classificação quanto ao rendimento total médio mensal familiar (IBGE, 2012b08c);
- e) os níveis de escolaridade mais baixos do País, que vão se refletir no grau de qualificação profissional dos trabalhadores, estão no Maranhão, que registra 61,0% das pessoas com 10 anos ou mais de idade sem instrução ou com nível fundamental incompleto. (IBGE, 2012a).

Desse modo, verifica-se que o Maranhão, apesar de estar localizado fora da região semiárida, reúne características socioeconômicas que se assemelham ou que estão em níveis abaixo às dos estados mais pobres da região semiárida, atendidos pelo FNE.

Para demonstrar que essas questões afetam significativamente a distributividade dos recursos do FNE entre as regiões geográficas, apresentam-se, na Tabela 34, os valores contratados por Região, somando para a região semiárida as contratações referentes a municípios do Estado do Maranhão que apresentam IDH-M igual ou inferior ao IDH da Região Nordeste para o ano de 2000, situado em 0,692. (PNUD, 2012b), que totalizam R\$344,4 milhões. Assim, no exercício de 2012, o percentual de contratações no semiárido eleva-se de 39,4% para 42,3%. (Tabelas 33 e 34).

Tabela 34 – FNE – Contratações(1) por Região (Realocando Contratações do Estado do Maranhão) – Exercício de 2012

Valores em R\$ Mil

Região	Valor	%
Semiárido	5.058.087	42,3
Fora do Semiárido	6.912.100	57,7
Total	11.970.187	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota (1): Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.3.2.1 – Ações Desenvolvidas para Incremento das Aplicações no Semiárido

O Banco do Nordeste adota ações sistemáticas no sentido de elevar a participação do FNE no semiárido brasileiro.

Para isso, além de buscar a integração de suas ações com as iniciativas governamentais, do setor produtivo e da sociedade em geral, o Banco busca promover a superação dos obstáculos ao desenvolvimento ainda presentes no Semiárido.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (PDSA) reconhece a complexidade do processo de promoção do desenvolvimento dessa sub-região, que pressupõe o envolvimento de toda a sociedade na aplicação coerente de conhecimentos e ações.

Por ocasião da elaboração da Programação FNE 2012, o BNB, norteado pelas diretrizes e prioridades estabelecidas pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), contou com a participação de representantes de governos estaduais, ministérios, movimentos sociais e setores produtivos, resultando na expectativa de demanda para aplicação de 50% (R\$ 5,58 bilhões) do orçamento FNE do exercício de 2012 (R\$ 11,15 bilhões).

Para elevar as aplicações nessa região, referida programação contemplou limites de financiamento diferenciados para os empreendimentos localizados

nas Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDEs) Petrolina-Juazeiro e Grande Teresina – Timone, nas mesorregiões de Águas Emendadas, Chapada do Araripe, Chapada das Mangabeiras, Seridó, Bico do Papagaio, Vale do Jequitinhonha/Mucuri e Xingó.

Foi ainda traçado um Plano de Ação em cada estado da área de atuação do Banco. Esse plano visa alavancar e incrementar as aplicações do FNE na região semiárida, com a indicação das ações consideradas indispensáveis.

Devemos considerar, por outro lado, que a Região Nordeste foi fortemente afetada pela seca em 2012, principalmente o semiárido, com impacto significativo nas atividades econômicas. Em decorrência desse fato, o BNB mobilizou grande parte de sua equipe para atendimento prioritário às linhas emergenciais criadas pelo Governo Federal e aquelas criadas pelo próprio Banco.

Nada obstante e para dotar a Região de infraestrutura e projetos estruturantes que permitissem a prospecção de negócios para o semiárido, foram projetados, em 2012, para essa região climática, recursos na ordem de R\$ 5,58 bilhões. As contratações com recursos do FNE no exercício de 2012 somaram aproximadamente R\$ 11,97 bilhões, sendo 39,4% (R\$ 4,7 bilhões) aplicados na região semiárida, com um incremento de 15,9% em relação ao ano anterior. Em 2011, o Banco financiou valor equivalente a R\$ 4,1 bilhões, representando 36,7% do total aplicado. Em 2012, na distribuição das contratações por porte, destacou-se que 66,0% do valor total foram contratados com Micro e Pequena Empresa, Mini e Pequeno Produtor Rural e Pequeno-Médio, ficando apenas 34,0% para os portes de Médio e Grande. No que diz respeito à distribuição por setores, 35,5% dos valores contratados, no semiárido, foram destinados à Pecuária (R\$ 1,7 bilhão), 24,8% para o Comércio e Serviços (R\$ 1,2 bilhão), 24,2% para a Indústria (R\$1,1 bilhão) e 14,5% para a Agricultura (R\$ 686,0 milhões).

3.3.3 – Contratações por Porte de Beneficiário

As ações do BNB estão pautadas pelo apoio prioritário aos empreendedores de mini, micro e pequenos negócios, com financiamento a programas de conteúdo tecnológico capazes de prover sustentabilidade econômica às suas atividades. Contudo, faz-se necessário considerar o potencial de alavancagem de negócios das empresas de médio e grande portes para os pequenos empreendimentos.

Nesse contexto, os empreendimentos de mini/micro, pequeno e pequeno-médio portes receberam 38,6% do total de contratações do FNE, o que equivale a, aproximadamente, R\$ 44,0 bilhões, no período de 1989 a 2012. O somatório de contratações para clientes de médio porte alcançou cerca de R\$ 15,2 bilhões, ou seja, 13,4% do total contratado pelo Fundo. Os clientes de grande porte receberam R\$ 54,6 bilhões, o equivalente a 48,0% do total de contratações do FNE. (Tabela 35).

Tabela 35 – FNE – Contratações(1) Acumuladas por Porte de Beneficiários – Período: 1989 a 2012

Valores em R\$ Mil

Porte	Valor (2)	%
Mini / Micro	40.978.121	36,0
Pequeno	1.983.857	1,7
Pequeno-Médio	1.007.792	0,9
Médio	15.229.274	13,4
Grande	54.616.174	48,0
Total	113.815.218	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.
 (2) Exercícios de 1989 a 1990 – valores atualizados pelo BTN até 31.12.1990 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercício de 1991 – valores atualizados pelo US\$ (comercial venda) até 31.12.1991 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.2012. Exercícios de 1992 em diante – valores atualizados pelo IGP-DI, até 31.12.2012.

Os empreendedores de mini/micro, pequeno e pequeno-médio portes predominaram em todos os setores atendidos pelo FNE, no exercício de 2012, relativamente à quantidade de beneficiários.

Em termos absolutos, a maior quantidade de beneficiários do FNE se verificou no Setor Rural (1,4 milhão), segmento que registra 99,2% dos bene-

ficiários responsáveis por empreendimentos que pertencem à categoria de mini/micro porte e 98,2% do total de beneficiários do Fundo no exercício de 2012. (Tabela 36).

Os beneficiários de médio e grande portes não tiveram participação significativa no total de beneficiários atendidos pelo FNE. (Tabela 36).

Tabela 36 – FNE – Beneficiários por Porte e Setor – Exercício de 2012

Porte	Rural		Agroindustrial		Industrial		Turismo		Infraestrutura		Comércio e Serviços		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Mini / Micro	1.436.739	99,2	18	6,3	520	18,0	114	39,0	-	-	6.701	28,7	1.444.092	97,9
Pequeno	9.380	0,7	179	62,4	2.001	69,1	149	51,0	-	-	15.049	64,5	26.758	1,8
Pequeno / Médio	1.789	0,1	50	17,4	210	7,3	16	5,5	-	-	1.054	4,5	3.119	0,2
Médio	898	0,1	32	11,2	124	4,3	10	3,4	2	66,7	456	2,0	1.522	0,1
Grande	246	0,0	8	2,8	42	1,5	3	1,0	1	33,3	91	0,4	391	0,0
Total	1.449.052	100,0	287	100,0	2.897	100,0	292	100,0	3	100,0	23.351	100,0	1.475.882	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito. Crédito.

Quanto aos valores contratados no exercício de 2012, 47,8% dos recursos do FNE foram destinados aos mini/micro, pequenos e pequeno-médios produtores, perfazendo um total de R\$ 5,7 bilhões, apresentando incremento de cerca de 10,4%, quando comparado a 2011. Os valores para estes portes de empreendedores foram mais expressivos nos setores Rural (R\$ 3,6 bilhões) e Comércio e Serviços (R\$ 1,7 bilhão), conforme a Tabela 37.

Os produtores de porte médio, no exercício de 2012, obtiveram recursos da ordem de R\$ 1,5 bilhão, com decréscimo de 14,3% no volume de recursos, em relação ao exercício de 2011. A participação dos produtores de grande porte no volume de recursos contratados foi de 39,7%, no exercício de 2012, o que equivale a R\$ 4,8 bilhões. (Tabela 37).

Tabela 37 – FNE – Contratações(1) por Porte dos Beneficiários e Setor – Exercício de 2012

Valores em R\$ Mil

Porte	Rural	%	Agroindustrial	%	Indústria	%	Turismo	%	Infraestrutura	%	Comércio e Serviços	%	Total	%
Mini / Micro	2.514.332	51,7	913	0,7	24.968	0,7	8.350	2,3	-	-	267.243	10,0	2.815.806	23,5
Pequeno	499.333	10,3	18.628	14,0	219.196	6,0	78.829	21,9	-	-	1.106.545	41,5	1.922.531	16,1
Pequeno / Médio	575.421	11,8	9.499	7,1	109.562	3,0	6.986	1,9	-	-	278.756	10,5	980.224	8,2
Médio	533.215	11,0	23.643	17,7	118.416	3,3	246.992	68,7	119.074	38,7	454.046	17,0	1.495.386	12,5
Grande	739.176	15,2	80.771	60,5	3.168.778	87,0	18.461	5,1	188.434	61,3	560.620	21,0	4.756.240	39,7
Total	4.861.477	100,0	133.454	100,0	3.640.920	100,0	359.618	100,0	307.508	100,0	2.667.210	100,0	11.970.187	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.3.4 – Municípios atendidos pelo FNE

A área de abrangência do FNE é composta por 1.990 municípios e a totalidade dos municípios foi atendida com recursos do FNE neste exercício de 2012, demonstrando a amplitude da abrangência territorial do FNE, em todos os estados. (Tabela 38).

Territorialmente, o FNE difundiu-se de forma mais intensa no Setor Rural, estando presente em 96,1% da sua área de atuação, o que corresponde a 1.912 municípios atendidos. Destacam-se, também, as contratações efetuadas em 1.412 municípios no Setor Comércio e Serviços, equivalente a 71,0% da área de abrangência do Fundo. (Tabela 39).

Tabela 38 – FNE – Distribuição Territorial dos Recursos – Exercício de 2012

Estado	Nº de Municípios da Área de Atuação do FNE (A)	Nº de Municípios Atendidos pelo FNE (B)	B/A (%)
Alagoas	102	102	100,0
Bahia	417	417	100,0
Ceará	184	184	100,0
Espírito Santo	28	28	100,0
Maranhão	217	217	100,0
Minas Gerais	168	168	100,0
Paraíba	223	223	100,0
Pernambuco (1)	185	185	100,0
Piauí	224	224	100,0
Rio Grande do Norte	167	167	100,0
Sergipe	75	75	100,0
Total	1.990	1.990	100,0

Fontes: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB – Etene.

Nota: (1) O Território Estadual de Fernando de Noronha está contido nessa estatística como município.

Tabela 39 – FNE – Distribuição Territorial e Setorial dos Recursos – Exercício de 2012

Setor	Nº de Municípios Atendidos pelo FNE no Período	% em Relação ao Nº de Municípios da Área de Atuação do FNE
Rural	1.912	96,1
Agroindustrial	126	6,3
Industrial	533	26,8
Turismo	131	6,6
Infraestrutura	3	0,2
Comércio/Serviços	1.412	71,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Ao analisar as contratações por faixa de valor, verifica-se que o FNE destinou até R\$ 500 mil para 441 municípios no exercício de 2012. Em seguida, 1.382 municípios receberam recursos na faixa de R\$501 mil a R\$10 milhões, enquanto que 167 municípios receberam recursos acima de R\$ 10 milhões. (Tabela 40).

Tabela 40 – FNE – Distribuição Territorial dos Recursos por Faixa de Valor Contratado – Exercício de 2012

Faixa de Valor Contratado	Nº de Municípios Atendidos pelo FNE no Período (1)	% em Relação ao Total de Municípios Atendidos pelo FNE
R\$ 1 a R\$ 100 mil	63	3,2
de R\$ 101 mil a R\$ 500 mil	378	19,0
de R\$ 501 mil a R\$ 1 milhão	375	18,8
> R\$ 1 milhão a R\$ 10 milhões	1.007	50,6
> R\$ 10 milhões a R\$ 100 milhões	150	7,5
> R\$ 100 milhões	17	0,9
Total	1.990	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) O enquadramento dos municípios por faixa ocorre nas operações de maior valor. Assim, se um município obteve 2 operações de empréstimos, sendo uma de R\$ 1 mil e a segunda de R\$ 100 mil, o enquadramento desse município ocorrerá na faixa 2.

Quanto à quantidade de operações por tipo de município, a Tabela 41 indica que os municípios de baixa e média rendas contrataram 98,7% de todas as operações do Fundo, no exercício de 2012. No

que se refere aos valores contratados, nesse mesmo período, a maior parte destinou-se aos municípios de média renda (R\$ 7,8 bilhões ou 64,9% dos recursos contratados).

Tabela 41 – FNE – Contratações por Tipo de Município(1) – Exercício de 2012

Valores em R\$ Mil

Tipologia	Quantidade de Operações	%	Valor Contratado (Em R\$ mil)	%
Alta Renda (5)	6.260	1,2	2.552.550	21,3
Baixa Renda (2)	152.313	29,8	1.649.688	13,8
Dinâmico de Média Renda (4)	184.431	36,1	3.313.153	27,7
Estagnado de Média Renda (3)	167.394	32,8	4.454.796	37,2
Total	510.398	100,0	11.970.187	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Classificação Municipal de Renda dos Municípios. (2) Baixa Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 16% a 33% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998. (3) Estagnado de Média Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 33% e 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998. (4) Dinâmica de Média Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 33% a 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998. (5) Alta Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante seja de no mínimo 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998.

3.4 – Repasses do FNE a Outras Instituições

Em conformidade com o artigo 9º, da Lei nº 7.827 de 1989, que institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), os bancos administradores poderão repassar recursos dos Fundos Constitucionais a outras instituições autorizadas a funcionar, pelo Banco Central do Brasil, com comprovada capacidade técnica e com estruturas operacional e administrativa aptas a realizar, em segurança e no estrito cumprimento das diretrizes e normas estabelecidas, programas de crédito especificamente criados com essa finalidade, desde que observadas as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional (Redação dada pela Lei nº 10.177, de 12.01.2001). (BRASIL. LEI Nº 10.177, 2009).

Assim, com o objetivo de ampliar ainda mais a capilaridade ao FNE, o Banco do Nordeste vem repassando recursos a algumas instituições financeiras. No exercício de 2012, as três instituições que receberam repasses de recursos do FNE absorveram cerca de R\$ 14,3 milhões. O Banco do Estado de Sergipe (Banese) destaca-se tanto no número de operações (82,1%) quanto nos valores contratados (62,2%). (Tabela 42).

Em relação à distribuição setorial dos recursos contratados, 52,7% foram destinados ao Setor Rural. Destaque ainda para o Setor de Comércio e Serviços cujo resultado no período em referência registrou em 44,0% do volume contratado pelas instituições repassadoras. (Tabela 43).

Tabela 42 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações – Exercício de 2012

UF	Bancos Repassadores	Nº de Operações	%	Valor Contratado	%
RN	Agência de Fomento do Rio Grande do Norte (AGN)	7	12,5	1.659	11,6
SE	Banco do Estado de Sergipe (Banese)	46	82,1	8.860	62,2
BA	Agência de Fomento do Estado da Bahia (Desenbahia)	3	5,4	3.735	26,2
Total		56	100,0	14.254	100,0

Fontes: AGN; Banese e Desenbahia.

Tabela 43 – FNE – Bancos Repassadores – Desempenho Operacional – Contratações Exercício de 2012

Valores em R\$ Mil

Setor / Programa	Contratações(1)			Valor das Propostas em Carteira
	Nº de Operações	Valor	%	
RURAL	37	7.515	52,7	-
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural (RURAL) e Outros	37	7.515	52,7	-
INDUSTRIAL E DE TURISMO	3	465	3,3	-
Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste (INDUSTRIAL)	3	465	3,3	-
COMÉRCIO E SERVIÇOS	16	6.274	44,0	-
Programa de Financiamento para os Setores Comercial e de Serviços (COMÉRCIO E SERVIÇOS)	16	6.274	44,0	-
TOTAL	56	14.254	100,0	-

Fontes: AGN; Banese e Desenbahia.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Conforme pode ser observado na Tabela 44, a pecuária segue absorvendo a maior parte dos recursos destinados ao Setor Rural (75,4%). O montante de R\$ 5,7 milhões foi totalmente aplicado na bovinocultura. Atividades relacionadas à agricultura de sequeiro absorveram 22,3% dos recursos destinados ao Setor.

Levando-se em consideração os financiamentos no Setor Industrial e Turismo (Tabela 45), merecem destaque as atividades relacionadas aos bens de consumo não duráveis que foram responsáveis por 61,9% dos valores contratados.

Tabela 44 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações (1) por Atividade no Setor Rural – Exercício de 2012

Valores em R\$ Mil

Atividade	Nº de Operações	Valor	%
Pecuária	33	5.668	75,4
Agricultura de Sequeiro	3	1.675	22,3
Agricultura Irrigada	1	172	2,3
Total	37	7.515	100,0

Fontes: AGN; Banese e Desenbahia.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Tabela 45 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações(1) por Atividade nos Setores Industrial e Turismo – Exercício de 2012

Valores em R\$ Mil

Atividade	Nº de Operações	Valor	%
Bens de Consumo não Duráveis	2	288	61,9
Bens de Consumo Intermediário	1	177	38,1
Total	3	465	100,0

Fontes: AGN, Banese e Desenhahia.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

O Setor de Comércio e Serviços, que absorveu aproximadamente R\$ 6,3 milhões, ou seja, 44,0% do total de recursos repassados, destinou 59,7% desse montante a atividade Comércio Varejista. As atividades relacionadas à prestação de serviços realizaram 13 operações que totalizaram R\$ 2,5 milhões contratados. (Tabela 46).

Tabela 46 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações (1) por Atividade nos Setores Comercial e Serviços – Exercício de 2012

Valores em R\$ Mil

Atividade	Nº de Operações	Valor	% Setor
COMÉRCIO	3	3.743	59,7
Comércio Varejista	3	3.743	59,7
SERVIÇOS	13	2.531	40,3
Saúde	2	227	3,6
Alimentação	2	131	2,1
Transporte	2	630	10,0
Outros	7	1.543	24,6
Total	16	6.274	100,0

Fontes: AGN; Banese e Desenhahia.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Sob a perspectiva das regiões climáticas (Tabela 47), as áreas geográficas localizadas fora do semi-árido absorveram 67,2% do volume de recursos contratados por meio das instituições repassadoras. No entanto, a participação do semiárido saltou de 26,1% no exercício de 2011 para 32,8% em 2012, ou seja, aumento de 6,7 p.p..

Tabela 47 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações (1) por Região – Exercício de 2012

Valores em R\$ Mil

Área	Nº de Beneficiários	%	Valor (1)	%
Semiárido	14	25,0	4.671	32,8
Fora do Semiárido	42	75,0	9.583	67,2
Total	56	100,0	14.254	100,0

Fontes: AGN; Banese e Desenhahia.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Considerando-se o perfil dos beneficiários destas operações de crédito, verifica-se que a maioria encontra-se na categoria de mini e microprodutores (92,9%). Outro aspecto a considerar é que do total de beneficiários, 66,1% desenvolvem atividades rurais. (Tabela 48).

No que concerne ao volume de recursos contratado segundo o porte dos beneficiários, constata-se que 71,8% do montante financiado foram destinados a mini e microprodutores. O restante foi absorvido por médias empresas, não havendo contratações com grandes empreendimentos. (Tabela 49).

Tabela 48 – FNE – Bancos Repassadores – Beneficiários por Porte e Setor – Exercício de 2012

Valores em R\$ Mil

Porte/ Setor	Rural		Agroindustrial		Industrial/Tu- rismo		Infraestrutura		Comércio e Serviços		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Mini / Micro	37	100,0	-	-	2	66,7	-	-	13	81,3	52	92,9
Médio	-	-	-	-	1	33,3	-	-	3	18,8	4	7,1
Grande	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	37	100,0	-	-	3	100,0	-	-	16	100,0	56	100,0

Fontes: AGN; Banese e Desenhahia.

Tabela 49 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações (1) por Porte e Setor do Beneficiário – Exercício de 2012

Valores em R\$ Mil

Porte	Rural	Agroindustrial	Industrial / Turismo	Infraestrutura	Comércio e Serviços	Total
Mini / Micro/ Pequeno	7.515	-	257	-	2.459	10.231
Médio	-	-	208	-	3.815	4.023
Grande	-	-	-	-	-	-
Total	7.515	-	465	-	6.274	14.254

Fontes: AGN; Banese e Desenhahia.

Na posição de 31.12.2012, o saldo devedor total das instituições repassadoras é de R\$ 189,1 milhões, contra R\$ 151,5 milhões do exercício anterior. Quanto à pontualidade no reembolso dos créditos, o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) mantém-se com 100% de adimplência. Por outro lado, o maior percentual de inadimplência apresentado pelas instituições repassadoras dos recursos do FNE continua com a Desenhahia, passando de uma taxa de 3,8%, em 2011, para 5,1% em 2012. A AGN, que liderava esse *ranking* nos anos anteriores, reduziu seu índice de inadimplência de 5,3%, em 2010, para 3,3%, em 2011, e agora, apresenta uma taxa de 1,7% de inadimplência. (Tabela 50).

Vale registrar que o Banese detém 45,8% do saldo devedor total dessas instituições. Em seguida vem a Desenhahia com 34,3%.

Tabela 50 – FNE – Bancos Repassadores – Saldos Devedores e Inadimplência – Exercício de 2012

Valores em R\$ Mil

Instituição Financeira	Saldo Devedor Total	% de Inadimplência
AGN	6.458	1,7
Banese	86.498	2,8
Desenhahia	64.880	5,1
BDMG	31.223	-

Fontes: AGN, Banese, e Desenhahia e BDMG.

Tendo em vista a distribuição espacial dos recursos do FNE, os financiamentos realizados pelos bancos repassadores alcançaram 30 municípios da área de atuação dessas instituições. Nesse contexto, o Setor Rural abrangeu maior número de municípios (63,3%). De outra forma, os que receberam maior volume de recursos foram Santo Estevão-BA (20,0% Santa Rosa de Lima-SE (14,5%) e Aracaju-SE (9,7%) (Tabelas 51 e 52).

Tabela 51 – FNE – Bancos Repassadores – Distribuição Territorial e Setorial dos Recursos – Exercício de 2012

Setores/Programas	Nº de Municípios Atendidos
Rural	19
Agroindustrial	-
Industrial	2
Infraestrutura	-
Comércio/Serviços	4

Fontes: AGN; Banese e Desenbahia.

Nota: Um mesmo município pode ter contratado operações em mais de um setor.

A dinâmica da economia brasileira nos últimos anos, a despeito de se ressentir com as intermitentes crises financeiras internacionais, tem favorecido alguns indicadores econômicos e sociais importantes, fatores que possivelmente influenciaram o aumento da demanda por crédito. Assim, os recursos do FNE têm-se mostrado insuficientes, frente à crescente demanda por crédito no Nordeste do País, fato que repercute no volume de recursos efetivamente repassado a outras instituições de crédito.

Tabela 52 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações(1) por Município – Exercício de 2012

Município	Valores em R\$ Mil	
	Valor Contratado	%
NATAL (RN)	832	5,8
PARNAMIRIM (RN)	650	4,6
AÇU (RN)	177	1,2
AQUIDABA (SE)	42	0,3
ARACAJU (SE)	1.381	9,7
ARAUA (SE)	198	1,4
BOQUIM (SE)	127	0,9
CARIRA (SE)	55	0,4
CUMBE (SE)	240	1,7
DIVINA PASTORA (SE)	154	1,1
ESTÂNCIA (SE)	474	3,3
FREI PAULO (SE)	200	1,4
GARARU (SE)	50	0,4
GENERAL MAYNARD (SE)	315	2,2
INDIAROBA (SE)	200	1,4
ITABAIANA (SE)	535	3,8
ITAPORANGA D'AJUDA (SE)	656	4,6
JAPARATUBA (SE)	141	1,0
MARUIM (SE)	508	3,6
NOSSA SENHORA DAS DORES (SE)	62	0,4
POCO VERDE (SE)	75	0,5
RIACHUELO (SE)	299	2,1
RIBEIRÓPOLIS (SE)	35	0,3
ROSARIO DO CATETE (SE)	154	1,1
SALGADO (SE)	450	3,2
SANTA ROSA DE LIMA (SE)	2.069	14,5
SAO CRISTOVAO (SE)	440	3,1
VITÓRIA DA CONQUISTA (BA)	712	5,0
MUCUGÊ (BA)	172	1,2
SANTO ESTÊVÃO (BA)	2.851	20,0
TOTAL	14.254	100,0

Fontes: AGN; Banese e Desenbahia.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.5 – Prioridades Definidas pelo Ministério da Integração Nacional para a Aplicação do FNE

Compete ao Condell/Sudene estabelecer anualmente as diretrizes e prioridades para aplicação dos recursos do FNE, observadas as diretrizes e orientações gerais do Ministério da Integração Nacional.

Dessa forma, a Resolução nº 40/2011, de 12/08/2011, do Condell/Sudene aprovou as Diretrizes e Prioridades do FNE, para o exercício 2012.

O presente item retrata o monitoramento de tais prioridades para o referido exercício.

3.5.1 – Prioridades espaciais

Apoio a Arranjos Produtivos Locais

Conforme pode ser observado na Tabela 53, foram contratados, em 2012, R\$ 104,5 milhões, contemplando diversas atividades produtivas, com destaque para os APLs de Fruticultura, localizado em Petrolina/PE e de Leite e Derivados, em Açailândia/MA, que tiveram participação de 36,7% e 26,4%, respectivamente, nos valores contratados.

Tabela 53 – FNE – Contratações⁽¹⁾ em Arranjos Produtivos Locais – APLs – Exercício de 2012

Valores em R\$ Mil

Estado	APL	Produto	Nº de Operações	%	Valor	%
AL	Mandioca no Agreste Alagoano – Arapiraca	Mandioca	36	1,3	144	0,1
	Ovinocaprinocultura – Delmiro Gouveia	Carne	23	0,9	66	0,1
	Laticínios do Sertão Alagoano – Major Isidoro	Leite	208	7,7	1.962	1,9
BA	Fruticultura – Juazeiro	Manga/Uva	43	1,6	4.122	3,9
	Transformação Plástica – Salvador	Transformação Plástica	1	0,0	69	0,1
	Caprinocultura – Senhor do Bonfim	Carne	4	0,2	10	0,0
	Sisal – Valente	Sisal	5	0,2	68	0,1
CE	Cajucultura – Aracati	Castanha	193	7,1	810	0,8
	Calçados – Juazeiro do Norte	Calçados	10	0,4	5.172	5,0
	Bovinocultura Leiteira – Morada Nova	Leite	226	8,3	1.347	1,3
	Ovinocaprinocultura – Tauá	Carne	144	5,3	1.438	1,4
PB	Couro e calçados – Campina Grande	Calçados	5	0,2	485	0,5
	Ovinocaprinocultura do S.A. Paraibano – Serraria	Carne	2	0,1	5	-
	Café Conilon da Região Nordeste – São Gabriel da Palha	Café	4	0,2	171	0,2
MA	Leite e Derivados – Açailândia	Leite	140	5,2	27.574	26,4
	Leite e Derivados – Bacabal	Leite	138	5,1	3.320	3,2
	Ovinocaprinocultura – Chapadinha	Carne	63	2,3	212	0,2
MG	Fruticultura Irrigada – Janaúba	Banana / Citrus (Laranja / Limão)	37	1,4	1.560	1,5

(continua)

(conclusão)

Tabela 53 – FNE – Contratações⁽¹⁾ em Arranjos Produtivos Locais – APLs – Exercício de 2012

Valores em R\$ Mil

Estado	APL	Produto	Nº de Operações	%	Valor	%
PE	Confecções – Caruaru	Jeans	29	1,1	3.691	3,5
	Laticínios – Garanhuns	Leite	251	9,3	1.010	1,0
	Fruticultura – Petrolina	Manga / Uva	94	3,5	38.334	36,7
PI	Leite e Derivados da Região Norte – Parnaíba	Leite e Derivados	5	0,2	46	0,0
	Apicultura – Picos	Apicultura	28	1,0	137	0,1
	Cajucultura – Picos	Castanha	27	1,0	340	0,3
	Ovinocaprinocultura – Teresina	Corte	34	1,3	478	0,5
RN	Cerâmica – Assu	Olaria (Tijolo / Telha)	4	0,2	400	0,4
	Fruticultura – Assu	Todas as Frutas	42	1,6	515	0,5
	Laticínios – Caicó	Leite	277	10,2	4.492	4,3
	Tecelagem do Seridó – Jardim das Piranhas	Pano de Prato	5	0,2	425	0,4
	Cerâmica Vermelha – Itabaianinha	Tijolos, Telhas	1	0,0	168	0,2
SE	Mandioca – Lagarto	Mandioca	11	0,4	53	0,1
	Pecuária de Leite – N. S. da Glória	Leite	621	22,9	5.917	5,7
Total			2.711	100,0	104.541	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Projetos que se Localizem nos Espaços Reconhecidos como Prioritários pela PNDR

Ver item 3.6

Aproveitamento das Potencialidades Identificadas em Estudos e Projetos de Zoneamento Ecológico Econômico

Para essa prioridade foram identificados os projetos direcionados para conservação, preservação e recuperação ambiental. Dessa forma, conforme consta na Tabela 54, foram contratados R\$ 132,2 milhões em 189 operações. O programa Pronaf Floresta se destaca no tocante ao número de operações com participação de 65,6%. Quanto aos valores contratados, o programa FNE Verde-Industrial ficou com o maior volume de recursos, com participação de 82,8%.

Tabela 54 – FNE – Projetos Contratados (1) para a Conservação, Preservação e Recuperação do Meio Ambiente – Exercício de 2012

Valores em R\$ Mil

Programas	Nº. Operações	%	Valor	%
FNE Verde-Industrial	2	1,1	109.373	82,8
FNE Verde-Rural	26	13,8	17.112	12,9
FNE Verde-Serviços	2	1,1	2.907	2,2
FNE Pronaf Floresta	124	65,6	1.925	1,5
FNE Pronaf Eco	35	18,5	834	0,6
Total	189	100,0	132.151	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.5.2 – Prioridades setoriais

Apoio Preferencial a Agricultores Familiares e Mini e Microprodutores Rurais, Empreendedores Individuais e às Micro e Pequenas Empresas, e às suas Associações e Cooperativas.

Apoio a agricultores familiares,

Ver item 3.1.1.1

Apoio aos empreendedores individuais

O Programa FNE Empreendedor Individual (FNE EI) tem como objetivo fomentar o desenvolvimento dos empreendedores individuais, contribuindo para o fortalecimento e aumento da competitividade desse segmento. Dessa forma, no exercício de 2012, foram contratados, no âmbito desse programa R\$ 11,4 milhões, distribuídos em 1.296 operações. O Setor Comércio e Serviços destaca-se tanto no número de operações como também no volume de recursos contratados, com participação de 90,0% e 90,2%, respectivamente. (Tabela 55).

Tabela 55 – FNE – Contratações⁽¹⁾ com Empreendedores Individuais – Exercício de 2012

Valores em R\$ Mil

Setor	Nº de Operações	%	Valor	%
Agroindústria	1	0,1	8	0,1
Comércio e Serviços	1.167	90,0	10.276	90,2
Indústria	118	9,1	1.024	9,0
Turismo	10	0,8	84	0,7
Total	1.296	100,0	11.392	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar

Apoio aos mini e microprodutores rurais e às micro e pequenas empresas e às suas associações e cooperativas

Tabela 56 – FNE – Contratações⁽¹⁾ com Mini, Micro e Pequenos Produtores Rurais²/Empresas – Exercício de 2012

Valores em R\$ Mil

Setores	Nº de Operações	%	Valor	%
Rural	14.544	37,0	981.452	36,3
Cooperativas/ Associações	-	-	-	-
Demais	14.544	37,0	981.452	36,3
Agroindustrial	195	0,5	19.541	0,7
Cooperativas/ Associações	-	-	-	-
Demais	195	0,5	19.541	0,7
Industrial e Turismo	2.784	7,1	331.343	12,2
Cooperativas/ Associações	-	-	-	-
Demais	2.784	7,1	331.343	12,2
Infraestrutura	-	-	-	-
Demais	-	-	-	-
Comércio e Serviços	21.750	55,4	1.373.787	50,8
Cooperativas/ Associações	-	-	-	-
Demais	21.750	55,4	1.373.787	50,8
Total	39.273	100,0	2.706.123	100,0
Cooperativas/ Associações	-	-	-	-
Demais	39.273	100,0	2.706.123	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Exclusive operações com agricultores familiares.

De acordo com a Tabela 56, foram destinados a essa prioridade, aproximadamente, R\$ 2,7 bilhões, distribuídos em 39.273 operações. Nesse segmento de beneficiários do FNE, destaque para o

Sector Comércio e Serviços que efetivou 55,4% das operações, sendo responsável por 50,8% dos recursos contratados. Vale destacar ainda que todas as operações foram realizadas diretamente com os produtores e/ou empresas, tendo em vista que as associações e cooperativas não efetuaram contratações durante o ano de 2012.

Expansão, Diversificação e Modernização da Base Econômica Regional

Infraestrutura;

Ver item 3.1.5

Tabela 57 – FNE – Projetos da Indústria Automotiva – Exercício de 2012

Valores em R\$ Mil

Atividade	Produto	Nº de Operações	%	Valor	%
Indústria de Transportes	Fab.Cabinas, carrocerias e reboques p/ caminhão	16	61,5	1.792	0,2
	Fab. de Peças e Acessórios	4	15,4	729	0,1
	Fab. de cabinas, carrocerias e reboques p/ veículos automotores, exceto caminhões e ônibus	3	11,5	177	0,0
	Fab. e/ou Montagem de Caminhões e Ônibus	1	3,8	113	0,0
	Construção e Reparo de Embarcações para esporte e lazer	1	3,8	50	0,0
	Fab.Automóveis e caminhonetes	1	3,8	888.351	99,7
Total		26	100,0	891.211	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Agroindústria;

Ver item 3.1.2

Indústria química (excluídos os explosivos), petroquímicos e biocombustíveis

A Tabela 58 mostra os projetos relacionados à Indústria Química, petroquímica e de biocom-

Cadeia produtiva de veículos automotores, inclusive veículos pesados, enfocando a formação de rede de pequenos e médios fornecedores regionais

Neste item serão tratados os projetos relacionados à atividade Indústria de Transportes. Como pode ser observado na Tabela 57, foram contratadas 26 operações nessa prioridade, sendo que o produto Fabricação de Cabinas, Carrocerias e reboques para Caminhão se destaca ao obter participação de 61,5%. Em relação aos recursos, 99,7% foram contratados para fabricação de automóveis e caminhonetes.

bustíveis. Nessa prioridade foram contratados R\$ 81,3 milhões em 19 operações efetivadas. Destaque para a atividade de produção de álcool no município de Capela-SE, que contratou em duas operações R\$ 7,5¹⁹ milhões, o que representa aproximadamente, 85,2% dos valores contratados nessa prioridade.

¹⁹ Base do Ativo do BNB.

Tabela 58 – FNE – Projetos da Indústria Química, Petroquímica e Biocombustíveis – Exercício de 2012

Valores em R\$ Mil

Atividade	Nº de Operações	Valor	%
Fab. Gases Industriais	1	21	0,0
Fab. Intermediários p/Resinas e Fibras	1	84	0,1
Fab. Prod. Químicos Orgânicos, Exceto Petroquímicos Básicos e Intermediários p/Resinas	3	3.559	4,4
Usina de Álcool	4	8.818	10,8
Fab. Intermediários p/Fertilizantes	1	24	0,0
Fab. de Cloro e Alcalis	1	122	0,1
Fabricação de Desinfetantes Domissanitários	2	240	0,3
Fab. de Outros Produtos Químicos Não Especificados ou Não Classificados	3	185	0,2
Fab. Adubos, Fertilizantes e Corretivos do Solo	2	71	0,1
Fab. Corantes, Pigmentos e Silica-Gel	1	68.182	83,9
Total	19	81.306	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Metalurgia, Siderurgia e Mecânica

Conforme a Tabela 59, constata-se que a indústria metal-mecânica obteve expressiva participação nas contratações (98,3%) e dentro deste segmento, destaque para a atividade de fabricação de alumínio, localizada no município de Jaboatão dos Guararapes/PE que contratou aproximadamente R\$ 3,8 milhões²⁰.

A indústria siderúrgica contratou 94,0% dos valores (Tabela 59), dos quais 99,7% destinaram-se à fabricação de laminados planos de aço, no município de Caucaia-CE.

Tabela 59 – FNE – Projetos da Indústria Metal-Mecânica e Siderúrgica – Exercício de 2012

Valores em R\$ Mil

Atividade	Nº de Operações	%	Valor	%
Ind. Metal-Mecânica	175	98,3	16.942	6,0
Ind. Siderúrgica	3	1,7	265.297	94,0
Total	178	100,0	282.239	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Extração de Minerais Metálicos e Não Metálicos

De acordo com a Tabela 60, nesta prioridade foi alocado o maior volume de recursos nas atividades relativas à extração de minerais metálicos (72,4%). O bom desempenho dessa atividade deve-se aos investimentos realizados no Estado da Bahia, onde foram contratados R\$ 240,5 milhões²¹.

²⁰ Base do Ativo do BNB.

²¹ Base do Ativo do BNB.

**Tabela 60 – FNE – Projetos Contratados(1)
no Setor da Indústria Extrativa de
Minerais – Exercício de 2012**

Valores em R\$ Mil

Atividade	Nº de Operações	%	Valor	%
Extração de Minerais Metálicos	8	21,6	244.879	72,4
Extração de Minerais Não-Metálicos	29	78,4	93.507	27,6
Total	37	100,0	338.386	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Setor Pecuário

Ver item 3.1.1

Agricultura Irrigada

Ver item 3.1.1

Agricultura Não Irrigada

Ver item 3.1.1

Infraestrutura Turística Voltada para a Copa do Mundo de 2014

Em março de 2010 foi lançada, em Fortaleza, a linha de financiamento Proatur Copa, em parceria com o Ministério do Turismo, o Ministério da Integração Nacional e a Sudene, com participações de representantes de vários estados da Região Nordeste. Referida linha está apoiada nas condições de financiamento do Programa de Apoio ao Turismo Regional (– FNE Proatur) aprovadas para 2010, notadamente quanto ao aumento do prazo de financiamento de hotéis, de 15 para 25 anos, e permissão para o financiamento de arenas multiusos (áreas

esportivas adaptadas para atendimento a vários tipos de eventos), tendo como objetivo principal o provimento da infraestrutura turística necessária às cidades-sede da Região Nordeste (Fortaleza, Recife, Natal e Salvador) e seu entorno, com vistas à realização do evento Copa 2014.

A Tabela 61 apresenta informações acerca de projetos relacionados ao fluxo turístico na Região. Com base no levantamento das atividades financiadas no Turismo, constata-se que o ramo hospedagem foi responsável por 80,5% dos recursos, o que atende à necessidade específica desse segmento, conforme identificado em Sousa; Nottingham e Gonçalves (2010).

**Tabela 61– FNE – Projetos Relacionados ao
Turismo – Exercício de 2012**

Valores em R\$ Mil

Atividade	Nº de Operações	%	Valor	%
Alimentação	60	20,5	6.928	1,9
Atividades Relacionadas à Área de Transportes	81	27,7	10.340	2,9
Entretenimento	5	1,7	399	0,1
Hospedagem	118	40,4	289.376	80,5
Imobiliárias e Aluguéis	18	6,2	51.340	14,3
Serviços Pessoais	3	1,0	689	0,2
Outros	7	2,4	546	0,2
Total	292	100,0	359.618	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Produção de Alimentos Básicos para Consumo Humano

Entre as melhorias introduzidas pelo Plano Safra 2008/2009, houve a criação do Pronaf – Mais Alimentos, como uma das ações para combater a crise de alimentos no mundo, que registrou altas excessivas nos preços das *commodities* agrícolas.

Esta linha de crédito visa à produção de um excedente de 18 milhões de toneladas de alimentos por ano, viabilizado pelo financiamento, no âmbito da agricultura familiar, de projetos de investimento para a produção de açafrão, arroz, café, cana-de-açúcar, centeio, erva-mate, feijão, mandioca, milho, sorgo, trigo e para fruticultura, cultura de palmeiras para produção de palmito, olericultura, apicultura, aquicultura, avicultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, caprinocultura, ovinocultura, pesca e suinocultura.

Nessa perspectiva, o Pronaf – Mais Alimentos ainda destina recursos para a modernização da infraestrutura da propriedade rural, com vistas ao aumento da produtividade da agricultura familiar: investimentos em máquinas e equipamentos, procedimentos de correção e recuperação de solos e melhoria genética, entre outros. O limite de crédito é de R\$ 130,0 mil, que podem ser pagos em até dez anos, com até três anos de carência e taxa de juros de 2% a.a..

Em 2012, o BNB aplicou em sua área de atuação aproximadamente R\$ 165,6 milhões nessa linha especial de crédito. A bovinocultura lidera essas aplicações, absorvendo 69,8% do volume total de recursos. Destacam-se ainda, conforme Tabela 62, a fruticultura e o café, com participação de 5,3% e 5,0%, respectivamente.

Tabela 62 – FNE – Projetos Voltados para a Produção de Alimentos Básicos – Exercício de 2012

Valores em R\$ Mil

Programa	Produto	Nº de Operações	Valor	%
PRONAF Pronaf MAIS ALIMENTOS	Apicultura	71	1.140	0,7
	Avicultura	86	2.118	1,3
	Café	204	8.364	5,0
	Bovinocultura	4439	115.631	69,8
	Pesca	109	1.686	1,0
	Cana-de-açúcar	360	6.800	4,1
	Caprinocultura	240	4.049	2,4
	Fruticultura	316	8.806	5,3
	Grãos	30	1.945	1,2
	Olericultura	58	2.080	1,3
	Ovinocultura	283	5.958	3,6
	Piscicultura	19	474	0,3
	Raízes e tubérculos	51	2.133	1,3
	Suinocultura	23	412	0,2
Outros	169	4.027	2,4	
Total		6.458	165.621	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Indústria de Calçados e Artefatos, Mobiliários, Confecções, inclusive Artigos de Vestuários

No exercício de 2012, o BNB financiou, através do FNE, 852 operações relacionadas às indústrias de calçados, de mobiliários e de vestuário e acessórios, totalizando R\$ 233,9 milhões, sobressaindo-se as atividades da Indústria de Calçados que absorveram 71,7% dos recursos. (Tabela 63).

Tabela 63 – FNE – Projetos das Indústrias de Calçados, Mobiliários e Vestuário e Acessórios – Exercício de 2012

Atividade	Produto	Qtde Oper	%	Valores em R\$ Mil	
				Valor	%
Indústria de Calçados	46	5,4	167.639	71,7	
	Fab.Calçados de Couro	17	2,0	20.800	8,9
	Fab.Calçados de Tecidos, Fibras, Madeira ou Borracha	15	1,8	143.729	61,5
	Fabricação de partes para Calçados, de qualquer material	6	0,7	654	0,3
	Fab.Tênis, de qualquer Material	2	0,2	750	0,3
	Fab.Calçados de Plástico	6	0,7	1.706	0,7
Indústria de Mobiliário	211	24,8	27.826	11,9	
	Fab.Moveis com predominância de metal	26	3,1	3.997	1,7
	Fab.Moveis estofados	15	1,8	3.889	1,7
	Fabricação de Móveis com Predominância de Madeira	138	16,2	14.397	6,2
	Serrarias com desdobramento de madeira	10	1,2	1.003	0,4
	Fab.Armários embutidos de madeira	9	1,1	528	0,2
	Fab.Moveis de vime e junco	1	0,1	23	0,0
	Fab.Colchões	4	0,5	3.483	1,5
	Serviços de montagem de móveis de qualquer material	8	0,9	506	0,2
Indústria de Vestuário e Acessórios	595	69,8	38.408	16,4	
	Confecções de peças de vestuário, exceto roupas íntimas e as confecções sob medida	199	23,4	8.472	3,6
	Confecção de roupas íntimas	38	4,5	1.711	0,7
	Fab. Artigos do Vestuário	279	32,7	22.040	9,4
	Fab. Acessórios do Vestuário	50	5,9	3.630	1,6
	Fab.Tecidos e Artigos de Malha	8	0,9	231	0,1
	Fab. Aviamentos para costura	2	0,2	190	0,1
	Fab.Bijuteria	6	0,7	1.183	0,5
	Fab. de acessórios do vestuário, exceto para segurança e proteção	11	1,3	857	0,4
	Fabricação de roupas de proteção e segurança e resistentes a fogo	2	0,2	95	0,0
	Total		852	100,0	233.874

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Apoio aos Setores Exportadores Regionais

No segmento relacionado às exportações regionais, de acordo com a Tabela 64, foram contratados aproximadamente R\$ 79,3 milhões. No Setor Comércio e Serviços, destaque para a atividade Co-

mércio Atacadista que contratou R\$ 41,1 milhões²². No Setor Industrial, as atividades de fabricação de calçados de couro e processamento e beneficiamento de castanha de caju foram as principais responsáveis pelas contratações, com participação de 52,4% e 26,2%, respectivamente²³.

22 Base do Ativo

23 Base do Ativo

Tabela 64 – FNE – Projetos Contratados(1) no Setor de Exportação – Exercício de 2012

Valores em R\$ Mil

Setores	Nº de Operações	%	Valor	%
Industrial	11	55,0	38.183	48,2
Comércio e Serviços	9	45,0	41.079	51,8
Total	20	100,0	79.262	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Instalação de uma base produtiva contemplando setores/atividades portadoras de futuro;

Projetos integrados e/ou vinculados às opções estratégicas da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP)

Dentro dessa prioridade foram identificados os projetos relacionados às atividades de Informática e da Indústria de Produtos Farmacêuticos. Dessa forma, o Banco do Nordeste contratou aproximadamente R\$ 4,8 milhões nesses segmentos, dentro das opções estratégicas da PDP, conforme demonstrado na Tabela 65.

Tabela 65 – FNE – Contratações(1) no Segmento de Informática e Medicamentos – Exercício de 2012

Valores em R\$ Mil

Segmento	Nº de Operações	%	Valor	%
Informática	15	32,6	3.197	66,6
Indústria de Produtos Farmacêuticos	31	67,4	1.601	33,4
Total	46	100,0	4.798	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar

3.6 – O FNE no Contexto da PNDR

Projetos localizados no Semiárido

Ver item 3.3.2

Projetos Localizados nas Sub-regiões Prioritárias da PNDR

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) é uma política do Governo Federal, que tem por objetivo reduzir as desigualdades regionais e ativar os potenciais de desenvolvimento das regiões no País. Especificamente, esta política se propõe: i) a dotar as regiões das condições necessárias de infraestrutura, crédito e tecnologia para o aproveitamento de oportunidades econômico-produtivas promissoras para seu desenvolvimento; ii) a promover a inserção social produtiva da população, a capacitação dos recursos humanos e a melhoria da qualidade da vida em todas as regiões; iii) a fortalecer as organizações socioprodutivas regionais, com a ampliação da participação social e estímulo a práticas políticas de construção de planos e programas sub-regionais de desenvolvimento; e iv) a estimular a exploração das potencialidades sub-regionais que

advêm da magnífica diversidade socioeconômica, ambiental e cultural do País. (BRASIL, 2012).

A PNDR adotou uma metodologia na intenção de qualificar, por tipologia, as sub-regiões objetos de sua política, utilizando as seguintes variáveis:

a) Rendimento Médio Mensal por Habitante, englobando todas as fontes declaradas (salários, benefícios e pensões); e

b) Taxa Geométrica de Variação dos Produtos Internos Brutos Municipais por habitante.

Assim, foram definidos quatro tipos de sub-regiões, a saber:

1 – Sub-regiões de Alta Renda; 2 – Sub-regiões Dinâmicas; 3 – Sub-regiões Estagnadas; e 4 – Sub-regiões de Baixa Renda, sendo consideradas como áreas prioritárias as microrregiões pertencentes às sub-regiões 2, 3 e 4.

O BNB vem priorizando a distribuição de recursos nas sub-regiões prioritárias da PNDR. Dessa forma, nessa prioridade, foram aplicados no exercício de 2012, 78,7% dos recursos contratados pelo Fundo. (Tabela 66).

Com base na Tabela 66, verifica-se que os municípios enquadrados na tipologia Dinâmica foram responsáveis pelo número maior de operações (36,1%), vindo logo em seguida as tipologias Estagnada (32,8%) e Baixa Renda (29,8%).

Quanto ao volume de recursos contratados, a tipologia Estagnado de Média Renda fica com a maior participação (37,2%). Esse aspecto é bastante positivo ao considerarmos que os investimentos realizados em maior volume nos municípios estagnados, contribuirão para o processo de dinamização dessas economias. (Tabela 66).

A Figura 3 mostra a distribuição dos municípios conforme as tipologias. Como pode ser observado,

os municípios considerados de alta renda concentram-se nas regiões no entorno das cidades de Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju e Salvador. Dessa forma, pode-se constatar que o FNE tem contribuído para o desempenho econômico dos demais municípios da Região, onde foram contratados R\$ 9,4 bilhões em 504.213 operações (98,8%), contribuindo assim para o desenvolvimento das atividades produtivas nos municípios prioritários da PNDR, localizados na área de atuação do FNE. (Tabela 67).

Tabela 66 – FNE – Projetos Contratados(1) na Tipologia PNDR – Exercício de 2012

Valores em R\$ Mil

Tipologia	Quantidade de Operações	%	Valor Contratado	%
Alta Renda (5)	6.260	1,2	2.552.550	21,3
Baixa Renda (2)	152.313	29,8	1.649.688	13,8
Dinâmico de Média Renda (4)	184.431	36,1	3.313.153	27,7
Estagnado de Média Renda (3)	167.394	32,8	4.454.796	37,2
Total	510.398	100,0	11.970.187	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Classificação Municipal de Renda dos Municípios. (2) Baixa Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 16% a 33% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998. (3) Estagnado de Média Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 33% e 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998. (4) Dinâmica de Média Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 33% a 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998. (5) Alta Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante seja de no mínimo 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998.

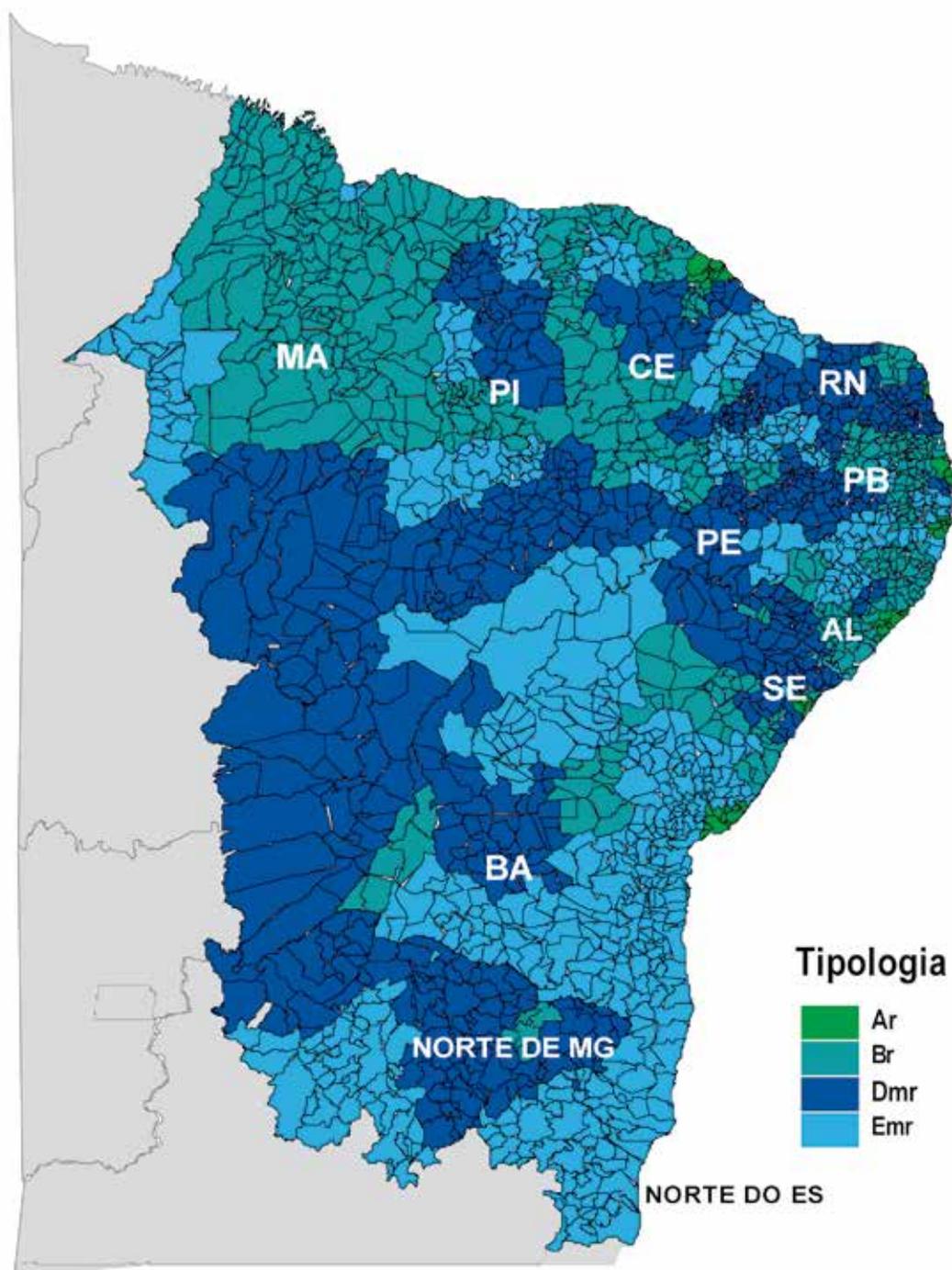


Figura 3 – Tipologia de Renda dos Municípios na Área de Atuação do BNB

Fonte: BNB – Manual Auxiliar – Operações de Crédito do BNB.

Nota: Ar = Alta renda; BR = Baixa renda; Dmr = Dinâmico de menor média renda; Emr = Estagnado de média renda.

Contratações por Tipo de Município e Porte (Áreas Prioritárias)

De acordo com a Tabela 67, verifica-se que os empreendimentos de porte mini/micro, pequeno e pequeno-médio, foram responsáveis dentro das áreas prioritárias, por 99,8% dos contratos firmados, evidenciando a preocupação do BNB em atender, principalmente, os empreendedores de menor porte. No que concerne aos recursos contratados, tais empreendimentos despontam com maior volume, alocando (55,7%). Esses números refletem a nova classificação de porte adotada pelo Banco, em atendimento à Nota Técnica nº 45/CGFCF/DNPA, do Ministério da Integração Nacional.

Contratações por Tipo de Município e Setor (Áreas Prioritárias)

Como pode ser observado na Tabela 68, o Setor Rural foi responsável por 95,3% das operações realizadas nas áreas prioritárias, sendo também responsável pelo maior volume de recursos contratados (51,2%). Esse desempenho, em relação tanto ao número de contratos quanto aos valores contratados, é reflexo da estrutura produtiva da Região Nordeste, mais precisamente da estrutura produtiva das regiões prioritárias, que na maioria dos municípios, ou em quase toda a sua totalidade, baseia-se na agropecuária. Em seguida, aparece o Setor Comércio e Serviços, que efetivou 20.755 operações, contratando 22,3% do volume de recursos. Destaque para os municípios classificados como Estagnados de Média Renda, que contrataram aproximadamente R\$ 1,3 bilhão, o que corresponde a 61,9% dos recursos desse Setor, dentro das áreas prioritárias.

Tabela 67 – FNE – Contratações⁽¹⁾ por Tipo de Município e Porte (Áreas Prioritárias) – Exercício de 2012

Tipologia	Mini / Micro		Pequeno		Pequeno / Médio		Médio		Grande		Total	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
	Valores em R\$ Mil											
Baixa Renda	147.727	846.500	4.201	353.998	244	111.366	114	131.348	27	206.476	152.313	1.649.688
Dinâmico de Média Renda	176.977	1.001.274	6.356	573.167	590	405.948	313	444.023	195	888.741	184.431	3.313.153
Estagnado de Média Renda	158.114	897.297	8.100	771.759	713	281.907	450	783.325	92	1.720.692	167.469	4.454.980
Total	482.818	2.745.071	18.657	1.698.924	1.547	799.221	877	1.358.696	314	2.815.909	504.213	9.417.821

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Tabela 68 – FNE – Contratações(1) por Tipo de Município e Setor (Áreas Prioritárias) – Exercício de 2012

Tipologia	Rural		Agroindústria		Industrial		Turismo		Infraestrutura		Comércio e Serviços		Total	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
	Valores em R\$ Mil													
Baixa Renda	147.197	1.027.361	48	69.907	367	167.448	41	15.692	-	-	4.660	369.280	152.313	1.649.688
Dinâmico de Média Renda	176.706	2.524.578	83	18.763	702	330.434	48	10.008	-	-	6.892	429.370	184.431	3.313.153
Estagnado de Média Renda	156.725	1.268.621	130	43.148	1.314	1.461.710	96	268.125	1	114.557	9.203	1.298.819	167.469	4.454.980
Total	480.628	4.820.560	261	131.818	2.383	1.959.592	185	293.825	1	114.557	20.755	2.097.469	504.213	9.417.821

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Contratações por Tipo de Município por Estado (Áreas Prioritárias)

No âmbito estadual, levando-se em consideração as operações realizadas nas tipologias baixa renda, média renda estagnado e média renda dinâmico, verifica-se com base na Tabela 69, que o Estado da Bahia aparece com o maior número de contratos firmados (101.407), seguido do Ceará e de Pernambuco com 74.104 e 62.259 operações efetuadas, respectivamente.

Tabela 69 – FNE – Contratações(1) por Tipo de Município e Estado (Áreas Prioritárias) – Exercício de 2012

Valores em R\$ Mil

Estados	Tipologia	Quant.	Valor
AL	BR	15.227	366.200
	DMR	13.133	70.589
BA	BR	15.877	134.858
	DMR	21.004	831.782
	EMR	64.526	925.043
CE	BR	45.094	361.865
	DMR	14.808	156.449
	EMR	14.202	582.901
ES	EMR	669	80.971
MA	BR	39.085	465.827
	DMR	2.839	177.599
	EMR	5.540	443.049
MG	BR	491	4.268
	DMR	29.779	355.293
	EMR	17.275	324.080
PB	BR	14.345	107.723
	DMR	10.064	318.355
	EMR	15.094	138.201
PE	BR	9.722	79.844
	DMR	22.358	212.553
	EMR	30.179	1.477.208

(continua)

(conclusão)

Tabela 69 – FNE – Contratações(1) por Tipo de Município e Estado (Áreas Prioritárias) – Exercício de 2012

Valores em R\$ Mil

Estados	Tipologia	Quant.	Valor
PI	BR	8.209	74.977
	DMR	30.762	693.544
	EMR	13.051	234.701
RN	BR	1.719	18.241
	DMR	25.215	281.530
	EMR	3.825	189.414
SE	BR	2.544	35.885
	DMR	14.469	215.459
	EMR	3.108	59.412
Total	-	504.213	9.417.821

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Contratações por Tipo de Município e Região (Áreas Prioritárias)

Com base nas informações constantes na Tabela 70, nas áreas prioritárias dentro da Região Semiárida, os municípios com classificação Dinâmico de Média Renda se sobressaem no tocante ao número de contratos firmados com participação de 43,6%. Quanto ao aporte de recursos, os municípios Estagnados de Média Renda aparecem com 47,4% de participação.

Nas demais regiões observa-se o grande número de contratos nos municípios de baixa renda. Esse quadro reflete em muito os contratos firmados no Estado do Maranhão, onde foram efetivadas 39.085 operações nessa categoria de renda. Vale lembrar que muito embora o Maranhão esteja fora da zona semiárida do Nordeste, possui municípios com características socioeconômicas iguais ou inferiores aos municípios mais pobres localizados no semiárido dos demais estados nordestinos. Assim, verifica-se que com essa elevada participação no número de operações na tipologia baixa renda, o BNB tem

dados especial atenção a esse quadro, contribuindo por meio de financiamentos produtivos, para a melhoria das condições de vida da população residente nesses municípios.

Tabela 70 – FNE – Contratações(1) por Tipo de Município e Região (Áreas Prioritárias) – Exercício de 2012.

Valores em R\$ Mil

Região	Tipologia	Quant.	Valor
Semiárido	BR	78.645	693.308
	DMR	151.103	1.583.730
	EMR	117.096	2.048.965
Outras Regiões	BR	73.668	956.380
	DMR	33.328	1.729.423
	EMR	50.373	2.406.015
Total	-	504.213	9.417.821

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Projetos Localizados nas Mesorregiões Diferenciadas do Ministério da Integração Nacional

Constam na Tabela 71 os projetos financiados nas mesorregiões diferenciadas da PNDR. Neste contexto, constata-se que as atividades produtivas localizadas nas mesorregiões da área de atuação do BNB, contrataram aproximadamente R\$ 2,0 bilhões distribuídos em 116.242 operações. A Figura 4 apresenta a localização das mesorregiões prioritárias da PNDR.

Destaca-se aí a mesorregião da Chapada das Mangabeiras que contratou R\$ 669,6 milhões, respondendo por 33,1% do valor total contratado nas mesorregiões.

Essa expressiva participação reflete em muito o financiamento das atividades agrícolas, principalmente o cultivo da soja, uma vez que nessa mesorregião estão localizados os municípios de Tasso Fragoso e

Sambaíba, que despontam entre os principais produtores de soja do estado maranhense; e os municípios de Uruçuí, Ribeiro Gonçalves, Baixa Grande do Ribeiro, Bom Jesus e Santa Filomena, principais produtores sojícolas do Piauí. Vale ressaltar que alguns desses municípios, a exemplo de Tasso Fragoso, Uruçuí e Baixa Grande do Ribeiro, também aparecem como principais produtores de algodão, sendo esta uma das principais atividades, em termos de recursos alocados, financiadas pelo FNE.

As mesorregiões de Chapada do Araripe e de Xingó destacam-se tanto no número de operações quanto nos valores contratados. Juntas, elas realizaram 74.543 operações e contrataram R\$ 755,4 milhões. No caso dessas mesorregiões, o expressivo número de contratos está relacionado à estrutura produtiva do sertão nordestino, onde as atividades relacionadas ao meio rural são desenvolvidas, principalmente, nas pequenas propriedades, com destaque para a bovinocultura, a ovinocaprinocultura, a avicultura, dentre outras. (Tabela 71).

Tabela 71 – FNE – Projetos Contratados¹ nas Mesorregiões – Exercício de 2012

Valores em R\$ mil

Mesorregiões	Nº. de Operações	%	Valor	%
Bico do Papa-gaio	3.990	3,4	185.046	9,1
Chapada das Mangabeiras	7.674	6,6	669.638	33,1
Chapada do Araripe	37.865	32,6	408.342	20,2
Jequitinhonha/Mucuri	15.444	13,3	266.373	13,2
Seridó	12.591	10,8	123.191	6,1
Águas Emendadas	2.000	1,7	25.719	1,27
Xingó	36.678	31,6	347.092	17,1
Total	116.242	100,0	2.025.401	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

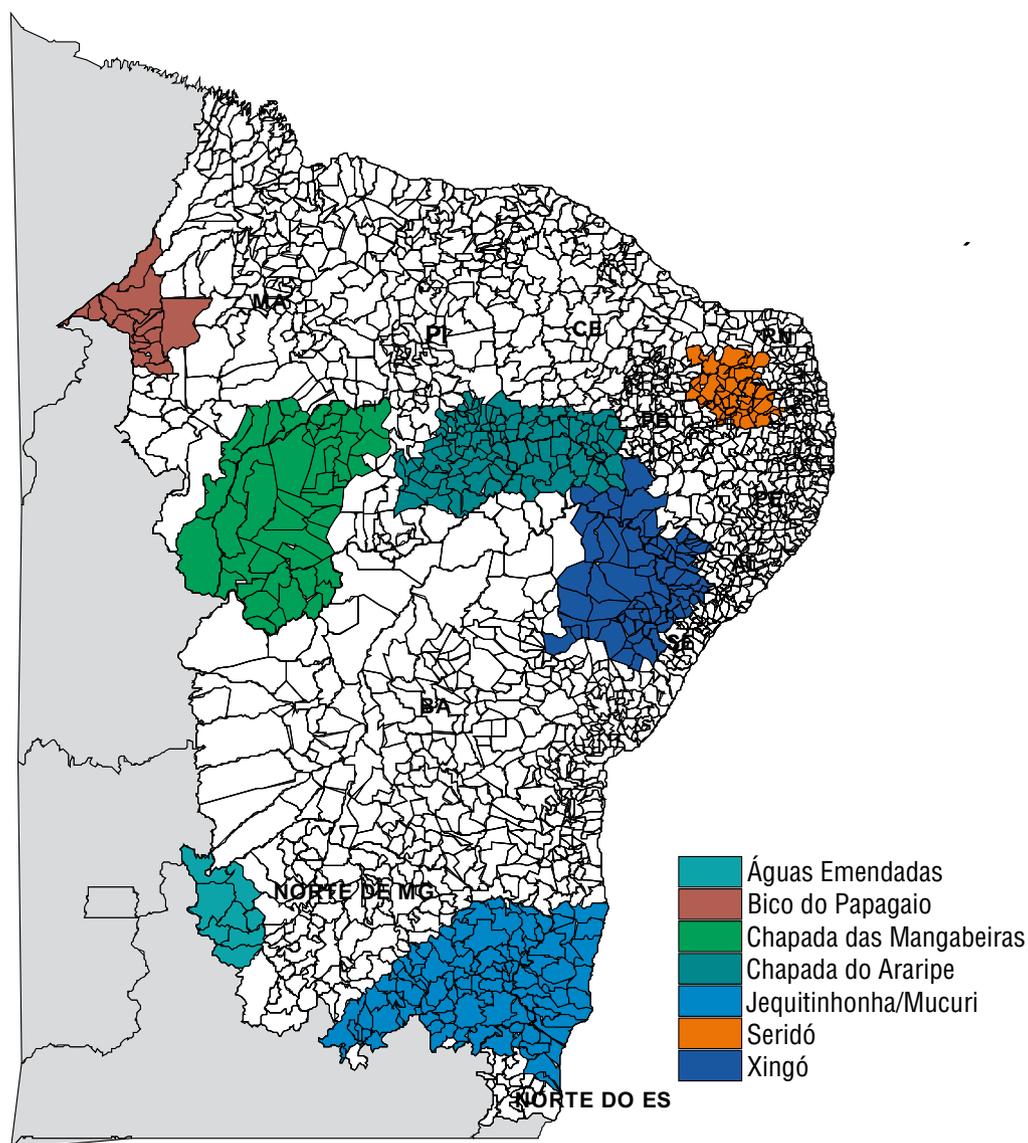


Figura 4 – Mesorregiões na Área de Atuação do BNB

Fonte: BNB (2012b).

Contratações em Mesorregiões por Porte

Conforme a Tabela 72, verifica-se que do total das 116.242 operações contratadas nas mesorregiões, 99,8% foram destinadas aos estabelecimentos classificados como mini/micro, pequeno e peque-

no/médio portes. Esses empreendimentos alocaram 68,1% dos recursos, evidenciando a importância dos mesmos na dinamização da economia local, bem como o papel do BNB, em particular do FNE, em apoiar esses empreendimentos.

Contratações em Mesorregiões por Estado

Analisando-se as contratações do FNE nas Mesorregiões por estado, é importante destacar que a delimitação dessas mesorregiões considera características socioeconômicas comuns entre municípios, o que permite que esses territórios compreendam municípios pertencentes a mais de um estado.

Nesse sentido, com base nas informações das Tabelas 72 e 73, verifica-se que o Estado do Piauí foi responsável por 32,2% das contratações realizadas nas mesorregiões, compreendendo 80,9% das contratações na Mesorregião da Chapada das Mangabeiras e 27,0% das contratações da Mesorregião da Chapada do Araripe, em ordem decrescente (33,1% e 20,2%), as duas mesorregiões que mais receberam financiamentos no âmbito do FNE, nesse exercício de 2012. O Estado do Maranhão, responsável por 15,4% dos financiamentos às mesorregiões, participou com 19,1% das contratações da Chapada das Mangabeiras e 100,0% dos financiamentos da Mesorregião do Bico do Papagaio. Destaca-se, ainda, o Estado da Bahia que realizou 11,6% dos financiamentos nas mesorregiões, 29,2% das contratações na Mesorregião de Xingó, a terceira com maior volume de recursos contratados, e 50,2% da do Vale do Jequitinhonha/Mucuri.

Foi no Estado do Piauí que se realizou o maior número de financiamentos nas mesorregiões, representando 19,2% do total nas mesorregiões, e compreendendo 90,5% da Mesorregião da Chapada das Mangabeiras e 40,6% do número de contratos realizados na da Chapada do Araripe. O segundo estado onde se realizaram mais financiamentos foi Pernambuco (16,4%), sendo 33,4% dos contratos da Mesorregião da Chapada do Araripe e 17,5% daqueles realizados na da Chapada do Araripe. A Bahia foi o terceiro estado com maior quantidade de contratos nas mesorregiões, nesse mesmo exercício de 2012 (13,7%), 33,5% dos realizados na Mesorregião de Xingó e 23,3% dos da Mesorregião de Vale do Jequitinhonha/Mucuri. (Tabelas 72 e 73).

Tabela 73 – FNE – Contratações(1) em Mesorregiões por Estado – Exercício de 2012

Valores em R\$ Mil

Estados	Mesorregião	Quantidade de Operações	Valor Contratado
Alagoas	Xingó	8.044	43.931
Bahia	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	3.600	133.629
	Xingó	12.285	101.365
Ceará	Chapada do Araripe	9.856	184.294
Espírito Santo	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	169	21.375
Maranhão	Chapada das Mangabeiras	731	127.625
	Bico do Papagaio	3.990	185.046
Minas Gerais	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	11.675	111.369
	Águas Emendadas	2.000	25.719
Paraíba	Seridó	3.907	21.635
Pernambuco	Chapada do Araripe	12.650	113.855
	Xingó	6.415	66.437
Piauí	Chapada das Mangabeiras	6.943	542.013
	Chapada do Araripe	15.359	110.193
Rio Grande do Norte	Seridó	8.684	101.556
Sergipe	Xingó	9.934	135.359
Total		116.242	2.025.401

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Contratações em Mesorregiões – Região Semiárida e Outras Regiões

Com base na Tabela 74, constata-se que as áreas das mesorregiões pertencentes ao semiárido realizaram 82,7% das operações e contrataram 53,3% dos recursos. As mesorregiões de Xingó e da Chapada do Araripe influenciaram sobremaneira esse resultado, tendo em vista que se localizam no semiárido nordestino.

Tabela 74 – FNE – Contratações(1) em Mesorregiões – Região Semiárida e Outras Regiões – Exercício de 2012

Valores em R\$ Mil

Região	Mesorregiões	Quantidade de Operações	Valor Contratado
Semiárido		96.120	1.079.727
	Chapada das Mangabeiras	3.939	144.137
	Chapada do Araripe	37.725	407.924
	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	5.187	57.383
	Xingó	36.678	347.092
	Seridó	12.591	123.191
Outras Regiões		20.122	945.674
	Chapada das Mangabeiras	3.735	525.501
	Chapada do Araripe	140	418
	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	10.257	208.990
	Bico Papagaio	3.990	185.046
	Águas Emendadas	2.000	25.719
Total		116.242	2.025.401

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Contratações em Mesorregiões por Setor

Com base na Tabela 75 constata-se que o Setor Rural foi responsável por R\$ 1,5 bilhão (73,7%), contratados em 111.650 operações (96,0%), evidenciando a importância desse setor para o dinamismo econômico desses espaços subnacionais.

O Setor Comércio e Serviços aparece em segundo lugar no número de contratos (4.008) quanto em relação ao volume contratado com participação de 18,5%. Esse resultado teve forte influência da mesorregião Chapada do Araripe que contratou aproximadamente R\$ 142,4 milhões em 1.312 operações.

Tabela 75 – FNE – Contratações⁽¹⁾ em Mesorregiões por Setor – Exercício de 2012

Valores em R\$ Mil

SETOR/ MESORREGIÃO	CHAPADA DAS MANGABEIRAS		CHAPADA DO ARARIPE		VALE DO JEQUITINHONHA / MUCURI		XINGÓ		SERIDÓ		BICO DO PAPAGAIO		ÁGUAS EMENDADAS		TOTAL	
	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR
Rural	7.340	644.865	36.336	218.075	14.877	174.066	35.520	263.220	11.795	66.932	3.806	102.006	1.976	24.186	111.650	1.493.350
Agroindustrial	3	115	20	1.971	6	9.540	13	1.336	10	624	-	-	-	-	52	13.586
Industrial	35	5.853	188	34.857	44	2.543	75	12.628	143	13.362	14	16.355	-	-	499	85.598
Turismo	2	1.353	9	10.998	4	41.143	9	1.275	5	187	4	3.719	-	-	33	58.675
Infraestrutura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comércio e Serviços	294	17.452	1.312	142.441	513	39.081	1.061	68.633	638	42.086	166	62.966	24	1.533	4.008	374.192
Total	7.674	669.638	37.865	408.342	15.444	266.373	36.678	347.092	12.591	123.191	3.990	85.046	2.000	25.719	116.242	2.025.401

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: 1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Projetos localizados nas Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDES) de Petrolina-Juazeiro e Grande Timon-Teresina

As Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDES) são regiões definidas como prioritárias pelo Decreto nº 6.047/2007, que institui a PNDR. Dentro dessa prioridade, constata-se, com base nas Tabelas 76 e 77, que foram contratados na RIDE Petrolina – Juazeiro, aproximadamente, R\$ 173,1 milhões, em 7.086 operações realizadas. Destaque para o Setor Rural, que contratou R\$ 119,1 milhões, onde 51,6% desses recursos foram destinados à fruticultura²⁴. A região pertencente a essa RIDE é reconhecidamente propícia ao desenvolvimento dessa atividade, sendo uma das principais exportadoras de frutas do Brasil. Assim, percebe-se que o FNE tem contribuído para o desenvolvimento econômico desse espaço prioritário, por meio do financiamento às atividades relacionadas à cadeia produtiva da Fruticultura.

Tabela 76 – FNE – Contratações(1) na RIDE Petrolina-Juazeiro – Por Município – Exercício de 2012

Valores em R\$ Mil

Municípios	Nº de Operações	Valor	%
Casa Nova	1.412	17.146	7,5
Curaçá	319	6.656	4,3
Juazeiro	1.749	62.080	41,5
Lagoa Grande	465	3.447	0,6
Orocó	321	1.840	0,6
Petrolina	2.093	73.998	44
Santa Maria da Boa Vista	337	4.831	0,7
Sobradinho	390	3.137	0,8
Total	7.086	173.133	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

24 Base do Ativo do BNB.

25 Base do Ativo do BNB.

Tabela 77– FNE – Contratações(1) na RIDE Petrolina-Juazeiro – Por Setor – Exercício de 2012

Valores em R\$ Mil

Setor	Nº Operações	Valor	%
Rural	6.480	119.129	68,8
Agroindustrial	4	334	0,2
Industrial	35	2.922	1,7
Turismo	7	1.884	1,1
Comércio e Serviços	560	48.865	28,2
Total	7.086	173.133	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Em seguida, temos o setor Comércio e Serviços que contratou aproximadamente R\$ 48,9 milhões nessa RIDE. Nesse setor as atividades relacionadas ao comércio varejista foram responsáveis por 66,3% dos recursos²⁵.

Na RIDE Grande Teresina-Timon, de acordo com a Tabela 78, foram realizadas 3.782 operações, das quais 87,0% foram destinadas ao Setor Rural, com destaque para as atividades de ovinocaprinocultura, suinocultura e avicultura que representam 62,7% do número de contratos.

No tocante ao volume de recursos aplicados, merece destaque o Setor Comércio e Serviços, onde foram contratados aproximadamente 47,8% dos recursos. (Tabela 79).

Tabela 78 – FNE – Contratações(1) na RIDE Grande Teresina-Timon – Por Município – Exercício de 2012

Valores em R\$ Mil

Município	Nº de Operações	Valor	%
Altos	803	8.397	5,7
Benedictinos	200	1.260	0,9
Coivaras	111	358	0,2
Currulinhos	40	224	0,2
Demerval Lobão	74	257	0,2
José de Freitas	311	1.324	0,9
Lagoa Alegre	71	258	0,2
Lagoa do Piauí	17	71	0,0
Miguel Leão	14	74	0,1
Monsenhor Gil	91	952	0,7
Nazária	75	185	0,1
Pau D´Arco do Piauí	166	415	0,3
Teresina	1.026	96.770	66,2
Timon	639	9.649	6,6
União	144	26.027	17,8
Total	3.782	146.221	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: 1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Tabela 79 – FNE – Contratações(1) na RIDE Grande Teresina-Timon – Por Setor – Exercício de 2012

Valores em R\$ Mil

Setor	Qtde Oper	Vi. Contratado	%
Rural	3.292	31.616	21,6
Agroindustrial	3	6.635	4,5
Industrial	87	38.003	26,0
Turismo	1	50	0,0
Comércio e Serviços	399	69.918	47,8
Total	3.782	146.221	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

4 – GESTÃO DO ATIVO OPERACIONAL

4.1 – Inadimplimento das Operações

A inadimplência das operações no âmbito do FNE registrada durante o ano de 2012 foi de 3,5%, apresentando uma ligeira elevação em relação ao exercício de 2011, que foi de 3,4%. (Tabela 80).

Os índices de inadimplência, por porte de beneficiários, em relação às aplicações em cada categoria, expressaram os maiores valores no segmento cooperativas/associações (20,1%) que apresentaram elevação em relação a 2011, cujo índice foi de 17,3%. Quanto aos demais índices de inadimplência, observou-se também pequena elevação em relação ao mesmo período para as categorias de Pequeno, Médio e Grande portes, que passaram de 3,9%, 2,2% e 1,2% para 4,4%, 3,2% e 1,5%, respectivamente. O segmento Mini-Micro teve pequena redução, passando de 8,5% para 7,0%.

O contínuo trabalho desenvolvido pelo BNB em aprimorar seus mecanismos de controle e acompanhamento das operações de crédito, frente a fatores adversos de âmbito externo, colaboraram para que os índices de inadimplência não tivessem incremento significativo em 2012.

Em se tratando dos setores beneficiados, os setores Rural e Agroindustrial apresentaram os maiores índices de inadimplência em relação aos demais, com registros de 6,2% e 2,9%, respectivamente. O Setor de Infraestrutura mostrou o índice de 2,3%, enquanto os setores Industrial/Turismo, Financiamentos à Exportação e Comércio e Serviços não apresentaram índices consideráveis. (Tabela 81).

Tabela 80 – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Porte dos Beneficiários (1) – Posição: 31.12.2012

Valores em R\$ mil

Porte	Saldo Aplicações	Aplicações (%) (2)	Saldo em Atraso (3)	Inadimplência (%) (4)	Inadimplência do Segmento (%) (5)
Cooperativas/Associações	273.942	0,8	55.079	0,2	20,1
Míni-Micro	8.015.555	21,9	561.474	1,5	7,0
Pequeno	4.819.978	13,2	213.443	0,6	4,4
Pequeno-Médio	668.095	1,8	4.939	0,0	0,7
Médio	6.037.758	16,5	194.416	0,5	3,2
Grande	16.728.798	45,8	251.714	0,7	1,5
Total	36.544.126	100,0	1.281.065	3,5	3,5

Fontes: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB – Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Inclusive o saldo de recursos aplicados dos Repasses ao BNB com base no Art. 9º da Lei nº 7.827/1989. (2) Percentual das aplicações do segmento em relação ao total das aplicações. (3) Total das parcelas em atraso do segmento. (4) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo total das aplicações. (5) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo de aplicações do segmento.

Tabela 81 – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Setor (1) – Posição: 31.12.2012

Valores em R\$ Mil

Setor	Saldo Aplicações	Aplicações (%) (2)	Saldo em Atraso (3)	Inadimplência (%) (4)	Inadimplência do Segmento (%) (5)
Rural	15.380.059	42,1	957.344	2,6	6,2
Agroindustrial	1.161.071	3,2	33.983	0,1	2,9
Industrial/Turismo	6.984.638	19,1	122.496	0,3	1,8
Infraestrutura	7.181.463	19,7	165.434	0,5	2,3
Comércio e Serviços	5.710.003	15,6	-	-	-
Financ. à Exportação	126.892	0,3	1.808	-	1,4
Total	36.544.126	100,0	1.281.065	3,5	3,5

Fontes: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB – Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Inclusive o saldo de recursos aplicados dos Repasses ao BNB com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827/1989. (2) Percentual das aplicações do segmento em relação ao total das aplicações. (3) Total das parcelas em atraso do segmento. (4) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo total das aplicações. (5) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo de aplicações do segmento.

Considerando-se os saldos em atraso por setor, observa-se que todos os setores apresentaram índices de inadimplência com variações irrelevantes em relação ao total das aplicações, em comparação ao exercício de 2011.

Relativamente à segmentação das operações por data de contratação, constatou-se a diminuição

do índice de 8,7%, em 2011, para 6,9% em 2012, para a inadimplência das operações contratadas até 30.11.1998. Quanto às operações contratadas após 30.11.1998, verificou-se um pequeno aumento do percentual de 2,4% de inadimplência em 2011 para 2,9% em 2012. (Tabela 82).

Tabela 82 – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Data de Contratação (1) – Posição: 31.12.2012

Valores em R\$ Mil

Data Contratação	Saldo Aplicações	(%) (2)	Saldo em Atraso (3)	Inadimplência (%) (4)	Inadimplência do Segmento (%) (5)
Até 30.11.1998(6)	5.694.043	15,6	391.624	1,1	6,9
Após 30.11.1998(7)	30.850.083	84,4	889.441	2,4	2,9
Total	36.544.126	100,0	1.281.065	3,5	3,5

Fontes: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB – Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Inclusive o saldo de recursos aplicados dos Repasses ao BNB com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827/1989. (2) Percentual das aplicações do segmento em relação ao total das aplicações. (3) Total das parcelas em atraso do segmento. (4) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo total das aplicações. (5) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo de aplicações do segmento. (6) Refere-se a operações contratadas originalmente com recursos do FNE. (7) Abrange as operações contratadas originalmente com recursos do FNE e aquelas convertidas, adquiridas ou reclassificadas para o FNE, com base nas Leis 10.464, 10.696, 11.322, 11.775 etc

4.2 – Recuperação de Crédito

O Banco do Nordeste regularizou 231.883 operações de crédito em 2012 no âmbito do FNE, totalizando uma regularização de dívidas no montante de

R\$ 205,4 milhões. Cabe ressaltar que essas regularizações propiciaram recebimento em espécie na ordem de, aproximadamente, R\$ 11,2 milhões, ou seja, 5,4% do total regularizado. (Tabela 83).

Tabela 83 – FNE – Recuperação de Dívidas(1) – Exercício 2012

Valores em R\$ Mil

Estado	Quantidade	Valor em Espécie	Valor Renegociado	Total Recuperado
Alagoas	10.843	326	7.900	8.226
Bahia	34.308	920	38.123	39.043
Ceará	46.455	4.351	39.535	43.886
Espírito Santo	718	80	477	557
Maranhão	24.730	2.893	36.762	39.655
Minas Gerais	10.494	278	6.986	7.264
Paraíba	15.169	341	7.784	8.125
Pernambuco	34.317	489	16.846	17.335
Piauí	22.278	401	18.878	19.279
Rio Grande do Norte	19.635	566	9.331	9.897
Sergipe	12.936	521	11.646	12.167
Total	231.883	11.166	194.268	205.434

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Valores referentes às operações objeto de renegociação de dívidas no período, inclusive as renegociações realizadas por meio de instrumentos legais, excluindo os bônus e dispensas.

O Banco vem desenvolvendo nos últimos anos diversas ações voltadas à redução da inadimplência, através de trabalhos exclusivos para recuperação dos créditos inadimplidos, principalmente os valores mais expressivos: intensificação nos trabalhos com foco na cobrança judicial dos créditos passíveis desse procedimento; realização de campanha de mídia externa e com parcerias institucionais para divulgação da Lei nº 12.716/2012, que permite a liquidação das operações que tenham sido contratadas até 30/12/2006; da prorrogação da Lei nº 12.249/2010, que permite a liquidação de operações rurais, contratadas até 15/01/2001 e valor originalmente contratado de até R\$ 35,0 mil e; participação de revisão da Resolução nº 55/Condel-Sudene, de 13/07/2012, originalmente aprovada pela Resolução nº 30/Condel-Sudene, de 29/04/2010, que regulamentou o Artigo 15-D, da Lei nº 7.827/1989, que prevê a liquidação de dívidas do FNE com base no equivalente financeiro do valor atual dos bens passíveis de penhora, juntamente com o Ministério da Fazenda, Ministério da Integração Nacional e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A implementação de estratégias para recuperação dos créditos irregulares, a criação de novos instrumentos corporativos para regularização dessas operações e a simplificação das normas internas viabilizaram melhores condições para a regularização das operações em atraso, refletindo diretamente na geração de resultados para o Banco no decorrer de 2012.

4.3 – Operações Renegociadas com Base no Art. 15-D, da Lei nº 7.827, de 27.09.1989

Conforme preconiza a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, em seu artigo 15-D, parágrafo 3º, inserido pela Lei nº 11.945, sancionada em 04.06.2009, apresentam-se (Tabela 84) os valores das operações com recursos do FNE renegociadas sob a metodologia de liquidação com base no valor

presente do patrimônio de propriedade dos mutuários e coobrigados, durante 2012, os quais estão em conformidade com as práticas e regulamentações bancárias do BNB.

As operações estavam sendo cobradas judicialmente pelo BNB para fins de recebimento dos valores em atraso e foram liquidadas pelo equivalente financeiro do valor dos bens passíveis de penhora dos devedores diretos e dos respectivos garantidores.

Tabela 84 – FNE – Liquidações pelo Equivalente Financeiro – Resolução 55/2012 do CONDEL – Posição 31.12.2012

Valores em R\$ Mil

Quantidade	Valor Saldo pelos Encargos Normais	Valor Recebido
24	2.017	1.943

Fonte: BNB – Ambiente de Estratégias de Recuperação de Crédito.

5 – RESULTADOS DOS ACOMPANHAMENTOS E FISCALIZAÇÕES DOS EMPREENDIMENTOS FINANCIADOS

O Banco do Nordeste realiza as vistorias e fiscalizações de suas operações atendendo às regulamentações dos órgãos fiscalizadores. Para tanto, seus normativos internos definem os seguintes quantitativos de fiscalização de operações:

Fase de Desembolso

- Vistoria de 10% dos clientes com saldo devedor mais saldo por desembolsar de valor até R\$ 50.000,00, incluídos 10% de todas as operações no âmbito do Pronaf Grupo A e 10% de todas as operações no âmbito do Pronaf Grupo B;
- Vistoria de 100% das operações de clientes com saldo devedor mais saldo por desembolsar superior a R\$ 50.000,00.

Fase Pós-implantação

- Uma vistoria a cada ano civil, em pelo menos 5% dos empreendimentos, para clientes com saldo devedor mais saldo por desembolsar de até R\$ 50.000,00;
- Uma vistoria a cada ano civil aos clientes com saldo devedor mais saldo por desembolsar de valor maior que R\$ 50.000,00 e menor ou igual a R\$ 1.000.000,00;
- Duas vistorias por ano civil aos clientes com saldo devedor mais saldo por desembolsar de valor superior a R\$ 1.000.000,00.

A programação das atividades de acompanhamento é feita de forma automática pelo Sistema de Avaliação Técnica de Empreendimentos ou mediante solicitação direta das Agências.

O BNB possuía, em 31.12.2012, 1.962.326 operações “em ser” no âmbito do FNE (incluindo as operações do Pronaf). O Banco do Nordeste realizou 217.768 atividades de campo em operações do FNE no exercício de 2012, envolvendo vistorias, pareceres técnicos, diagnósticos e avaliações de bens, dentre outros itens.

5.1 – Síntese das Visitas de Acompanhamento Realizadas no Ano de 2012

O Sistema de Avaliação Técnica de Empreendimentos, onde são registrados os relatórios das vistorias realizadas, possui na sua estruturação um conjunto de pesos que pondera os resultados auferidos nas visitas *in loco*, atribuindo uma classificação ao empreendimento, num esquema de conceitos com as seguintes gradações: Ótimo, Bom, Regular, Satisfatório, Insatisfatório, Ruim e Péssimo. Estes conceitos levam em consideração: a correta aplicação do crédito, inclusive dos recursos próprios; os indicadores técnicos previstos no projeto; a execução dos serviços; planejamento do projeto; perspectivas de receitas; e conservação das garantias, dentre outros aspectos.

A situação dos empreendimentos foi considerada como: satisfatório, ótimo e bom para 56,0%, 9,0% e 2,0%, respectivamente, das vistorias realizadas no exercício de 2012. Os conceitos insatisfatório, regular, péssimo e ruim totalizaram 31,0%. (Gráfico 12).

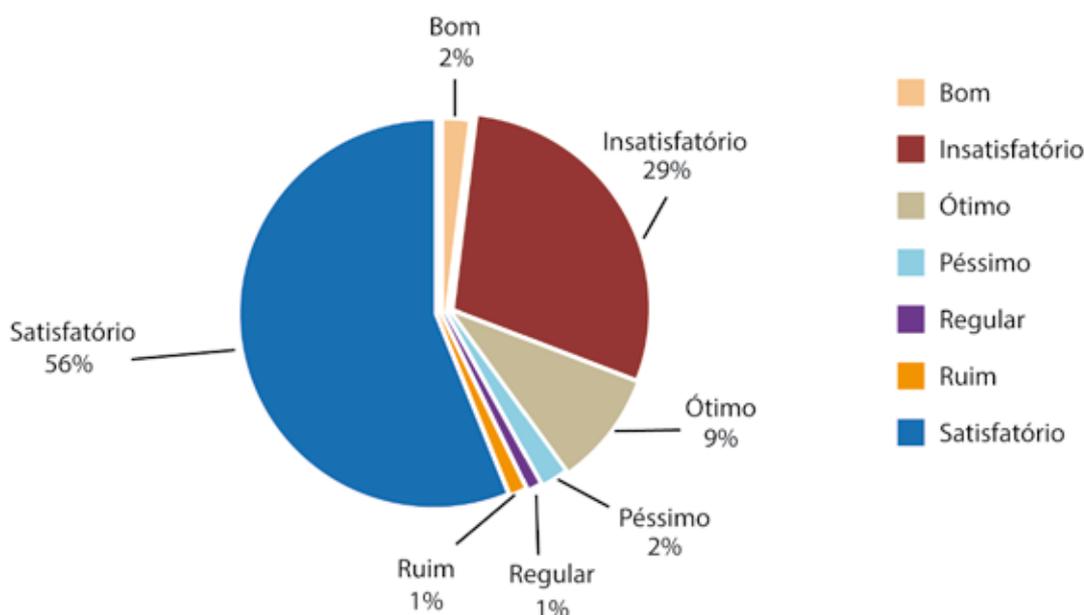


Gráfico 12 – Situação dos Empreendimentos Financiados pelo FNE no Exercício de 2012

Fonte: Ambiente de Análise e Acompanhamento de Operações de Crédito.

5.2 – Principais Ocorrências

As principais ocorrências verificadas nas fiscalizações no ano de 2012 cujos empreendimentos estão considerados na situação de satisfatório, ótimo e bom (67%) foram as seguintes:

- os créditos foram aplicados corretamente, conforme o cronograma previsto.
- os recursos próprios foram aplicados totalmente, conforme o cronograma previsto.
- os indicadores técnicos estão compatíveis com o previsto no projeto.
- a execução dos serviços, obras, instalações e/ou explorações estão tecnicamente corretas.
- a orientação técnica prevista para obtenção das metas do projeto foi prestada adequadamente.
- o planejamento técnico do projeto foi adequado.
- os bens que constituem as garantias estão preservados em suas características essenciais.
- não houve ocorrência de fatores adversos.
- o empreendimento é competitivo.
- as perspectivas de receitas (produção/comercialização) são as previstas no projeto.
- a gerência/direção da empresa/empreendimento é satisfatória.
- o rebanho encontra-se em condições normais de sanidade, evolução e manejo, estando, inclusive, devidamente ferrado.
- as exigências ambientais do projeto foram atendidas.
- as cláusulas contratuais foram totalmente cumpridas ou estão sendo cumpridas conforme instrumento.

Cabe esclarecer que, quando a fiscalização verifica ocorrências negativas no âmbito do empreendimento, tais como créditos aplicados parcialmente ou ainda bens financiados ou garantias vendidos à revelia do Banco, adotam-se providências de administração do crédito, isto é, as ocorrências verificadas nas fiscalizações são repassadas através de Relatórios de Acompanhamento de Projetos para a Agência tomar decisões sobre a operação. As providências podem variar desde o estabelecimento de um prazo para o cliente sanar o problema, ou ainda medidas drásticas, tais como a execução judicial da operação.

6 – AVALIAÇÃO DE RESULTADOS E IMPACTOS DO FNE

6.1 – Síntese dos Indicadores Utilizados na Avaliação de Resultados e Impactos do FNE – Exercício 2012

6.1.1 – Indicadores de eficácia

Área Responsável pelos dados: Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Área Responsável pelos indicadores: Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação – Célula de Avaliação de Políticas e Programas.

Metodologia de Apuração dos Indicadores de Eficácia: Algoritmo referente a cada indicador, calculado com os dados constantes na base do ativo operacional do Banco.

Indicador	Descrição do Indicador	2012		Fatores que contribuíram para o desempenho dos indicadores
		Prog.	Real.	
% financiado na região semiárida	Somatório dos valores das operações contratadas na região semiárida com recursos do FNE / somatório dos valores totais das operações contratadas com recursos do FNE	50,0	39,4	Ver item 3.3.2 – Contratações no Semiárido e Fora do Semiárido
% financiado na região semiárida, realocando contratações do Estado do Maranhão	Somatório dos valores das operações contratadas na região semiárida, com recursos do FNE, acrescido das contratações do Estado do Maranhão em municípios com IDH-M igual ou inferior à média da Região Nordeste / somatório dos valores totais das operações contratadas com recursos do FNE	-	42,3	
% financiado em empreendimentos de mini/micro, pequeno e pequeno-médio portes	Somatório dos valores das operações contratadas por empreendimentos de mini/micro, pequeno e pequeno-médio portes, com recursos do FNE / somatório dos valores totais das operações contratadas com recursos do FNE	Mínimo 51,0	47,8	Ver item 3.3.3 – Contratações por Porte de Beneficiário
% financiado em empreendimentos de grande porte	Somatório dos valores das operações contratadas por empreendimentos de grande porte, com recursos do FNE / somatório dos valores totais das operações contratadas com recursos do FNE	Máximo 20,0	39,7	
% financiado no setor rural	Somatório dos valores das operações contratadas por empreendimentos do setor rural, com recursos do FNE / somatório dos valores totais das operações contratadas com recursos do FNE	37,0	40,6	Ver item 3.1 – Contratações Setoriais
% financiado no setor agroindustrial	Somatório dos valores das operações contratadas por empreendimentos do setor agroindustrial, com recursos do FNE / somatório dos valores totais das operações contratadas com recursos do FNE	2,9	1,1	
% financiado no setor industrial	Somatório dos valores das operações contratadas por empreendimentos do setor industrial, com recursos do FNE / somatório dos valores totais das operações contratadas com recursos do FNE	25,9	30,4	
% financiado no setor turismo	Somatório dos valores das operações contratadas por empreendimentos do setor turismo, com recursos do FNE / somatório dos valores totais das operações contratadas com recursos do FNE	8,3	3,0	
% financiado no setor de infraestrutura	Somatório dos valores das operações contratadas por empreendimentos do setor de infraestrutura, com recursos do FNE / somatório dos valores totais das operações contratadas com recursos do FNE	5,9	2,6	
% financiado no setor comércio/serviços	Somatório dos valores das operações contratadas por empreendimentos do setor de comércio/serviços, com recursos do FNE / somatório dos valores totais das operações contratadas com recursos do FNE	20,0	22,3	

Quadro 1 – Indicadores de Eficácia – FNE 2012

Fontes: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB – Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação

Indicador: % financiado por Estado

Descrição do Indicador: somatório dos valores das operações contratadas por Estado com recursos do FNE / somatório dos valores das operações contratadas com recursos do FNE.

Área Responsável pelos dados: Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Área Responsável pelos indicadores: Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação – Célula de Avaliação de Políticas e Programas.

Metodologia de Apuração dos Indicadores de Eficácia: Algoritmo referente a cada indicador, calculado com os dados constantes na base do ativo operacional do Banco.

Tabela 85 – Indicadores de Eficácia – Contratação por Estado – FNE 2012

Estado	2012		Fatores que contribuíram para o desempenho dos indicadores
	Prog.	Real.	
Alagoas	4,8	4,3	Ver item 3.3.1 – Contratações por Estado
Bahia	23,6	20,4	
Ceará	14,9	13,2	
Espírito Santo	1,3	0,7	
Maranhão	10,0	9,1	
Minas Gerais	5,2	5,7	
Paraíba	5,2	5,2	
Pernambuco	14,9	23,7	
Piauí	6,3	8,4	
Rio Grande do Norte	9,0	5,3	
Sergipe	4,8	4,0	
Total	100,0	100,0 (%)	

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito

6.1.2 – Indicadores de efetividade

Área Responsável pelos dados: Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Área Responsável pelos indicadores: Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação – Célula de Avaliação de Políticas e Programas.

Metodologia de Apuração dos Indicadores de Eficácia: Matriz de Insumo-Produto para o Nordeste 2004.

Indicador	Descrição do Indicador	2011	Fatores que contribuíram para o desempenho dos indicadores
Pagamento de Salários	Acréscimo no pagamento de salários devido aos efeitos diretos, indiretos e de renda	R\$ 4,2 bilhões	Ver item 6.3.2 – Impactos Socioeconômicos do FNE – Contratações no ano 2012
Emprego	Número de empregos formais e informais que serão gerados devido aos efeitos diretos, indiretos e de renda	1,1 milhão de ocupações	
Geração de Tributos	Acréscimo na arrecadação de impostos devido aos efeitos diretos, indiretos e de renda	R\$ 3,9 bilhões	
Valor adicionado à economia	Acréscimo à economia da Região Nordeste devido aos efeitos diretos, indiretos e de renda	R\$ 14,6 bilhões	
Valor bruto da produção	Acréscimo na produção bruta da Região Nordeste devido aos efeitos diretos, indiretos e de renda	R\$ 25,7 bilhões	

Quadro 2 – Indicadores de Efetividade – FNE 2012

Fonte: BNB – Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação

6.1.3 Indicadores de eficiência operacional

Área Responsável pelos indicadores: Ambiente de Controladoria

Tabela 86 – Indicadores de Eficiência Operacional

Indicadores de Desempenho	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Retorno s/ PL (1)	0,7%	0,6%	1,1%	1,8%	2,6%	1,6%
Margem Financeira (2) s/ PL	7,5%	5,2%	4,9%	4,3%	4,8%	4,4%
Inadimplência (3)	5,3%	4,7%	3,6%	3,8%	3,4%	3,6%

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria

Notas: (1) Retorno sobre o PL sem considerar os efeitos de desconto em renegociações, rebates e bônus. (2) Margem Financeira = Receitas operações de crédito + Remuneração das disponibilidades – Del credere – Rebates e Bônus. (3) Inadimplência = Saldo de parcelas em atraso a partir de 01 dia / Saldo total de operações de crédito

6.2 – Avaliação da Eficiência Microeconômica dos Empreendimentos Financiados pelo FNE

6.2.1 – Introdução

Historicamente, os Estados do Nordeste procuram diminuir as desigualdades de oportunidades

produtivas e sociais intra e inter-regionais. Nesse processo, o crédito público tem sido um importante instrumento de política regional na consecução deste objetivo. No entanto, a forma, a intensidade, e a incidência deste instrumento ao longo do tempo têm variado consideravelmente. Meyer (2011) cita uma mudança de paradigma nas políticas de incentivos por meio de crédito subsidiado. Da época da

chamada Green Revolution, com créditos concentrados para a expansão da produção agrícola, os países em desenvolvimento passaram para a época dos microfinanciamentos, com os créditos distribuídos entre produtores de todos os tamanhos, e com foco específico nos pequenos²⁶. Vale ressaltar que o acesso e o incentivo aos programas de crédito por parte das micro e pequenas empresas formam um diferencial importante na utilização do crédito público nas políticas regionais recentes.

O FNE tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Nordeste, mediante a execução de diversos programas de financiamentos baseados no crédito em condições mais favoráveis (SOUSA; SOARES; PEREIRA NETO, 2009), visando adequar as disponibilidades de recursos às necessidades e potencialidades dos múltiplos setores e agentes econômicos da Região. Este incentivo continuado e organizado deve contribuir tanto para a redução das debilidades sociais locais quanto das desigualdades regionais.

A viabilização dessa estratégia tem como fonte de recursos a transferência anual, pelo Tesouro Nacional, de 1,8% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), representando, portanto, um custo de oportunidade para outras estratégias de desenvolvimento econômico. (SOUSA; NOTTINGHAN; GONÇALVES, 2010). Por serem recursos da sociedade e oferecidos em condições diferenciadas, espera-se que os agentes econômicos beneficiados apresentem, também, desempenhos diferenciados, de modo a contribuir positivamente para geração de benefícios econômicos e sociais adicionais para a Região.

Sob essa ótica, é necessário e indispensável não apenas analisar se esse ganho extra realmente ocorre (análise de impacto), mas também, se os mesmos são capazes de compensar o custo social

do seu subsídio (análise de eficiência). Estas análises em conjunto contribuem para o monitoramento e aprimoramento da gestão do Fundo, assim como expõem à sociedade em geral os custos e benefícios desse instrumento de desenvolvimento regional.

Recentes estudos investigaram o impacto do FNE ao nível microeconômico evidenciando um impacto positivo e significativo do FNE na criação de emprego e de massa salarial²⁷. Entretanto, uma análise de eficiência do Fundo na geração destes impactos ainda é inédita.

Este estudo procurou propor uma metodologia pioneira de análise da eficiência do FNE. Uma vez identificados os impactos positivos, o objetivo foi investigar se os custos sociais para a geração destes impactos são compensados. Vale ressaltar que estas análises são realizadas ao nível microeconômico, onde as empresas receptoras do financiamento são as unidades de medida e delas é que se pode esperar um melhor desempenho na geração de emprego, em virtude das condições favorecidas do crédito disponibilizado. Desta forma, a avaliação de eficiência proposta neste trabalho está restrita às empresas formais, com registros contínuos e completos na RAIS e na base do BNB. Embora este corte deixe de fora uma parte importante dos beneficiários do FNE²⁸, ele representa uma parte substancial dos recursos disponibilizados pelo fundo²⁹, e torna tratável a difícil tarefa de medir a eficiência no crescimento do emprego para este tipo de programa de financiamento.

6.2.2 – Metodologia

Este trabalho procura analisar a eficiência microeconômica de empresas financiadas pelo FNE a partir do seguinte questionamento: será que o diferencial de desempenho das empresas beneficiadas

26 Ver Toneto Jr. e Gremaud (2002) para o caso brasileiro.

27 Ver Sousa; Soares e Pereira Neto (2009) e Soares (2012).

pelo FNE compensa o custo de oportunidade dos seus financiamentos subsidiados? A delimitação empírica para esta difícil pergunta é a formulação de um índice de eficiência que compara este custo de oportunidade social, expresso em número de novos empregos potenciais (esperados), com o diferencial de empregos formais efetivamente gerados pela contribuição do FNE. Ou seja, compara-se o quanto as empresas beneficiadas deveriam gerar de novos postos de trabalho por conta das melhores condições de crédito, com o que de fato elas geram.

Portanto, a análise de eficiência neste trabalho está baseada na análise de impacto (SOARES, 2012) e corresponde à criação e cálculo de um Índice de Eficiência do FNE.

Se as avaliações de impacto e mensuração de eficácia de políticas públicas estão bem desenvolvidas na literatura empírica, as avaliações de eficiência (ou custo-benefício) ainda são escassas tanto do ponto de vista teórico quanto empírico. Se considerarmos análises específicas para as de políticas regionais de financiamento com taxas de juros diferenciadas, o referencial é ainda mais escasso. Parte desta dificuldade está relacionada à subjetividade de certos conceitos que envolvem a análise de eficiência em cada estudo de caso. O custo de oportunidade, por exemplo, é um conceito de difícil mensuração, pois envolve a monetização de custos implícitos relacionados a oportunidades perdidas de utilização dos recursos.

De uma maneira geral um indicador para medir a eficiência de um projeto é dado pela razão entre o valor presente dos custos e dos benefícios gerados:

$$I = \frac{C_a}{B_a} \quad (1)$$

Onde C_a e B_a são os valores de custos e benefícios atuais, descontados t períodos, a uma taxa de juros n . Tanto C_a quanto B_a são expressos na mesma unidade de medida, e quando I for menor do que um sinaliza que o custo é menor que o benefício e, portanto, o projeto é viável ou eficiente. Embora este indicador possa funcionar adequadamente para projetos de investimento financeiros onde os fluxos esperados de receitas são diretamente comparados com os custos contábeis do projeto, maiores dificuldades ocorrem quando o projeto trata-se de uma política pública. Neste caso, a contabilização dos custos envolve não apenas aqueles contábeis, mas também, o custo de oportunidade social que é um conceito bastante subjetivo. (EUROPEAN COMMISSION, 2008).

No contexto do trabalho, o que se procurou determinar foi o custo de oportunidade social dos empréstimos do FNE, e se os mesmos são compensados pelos benefícios gerados. Embora sabendo que a subjetividade inerente dos conceitos pode tornar qualquer tentativa de análise apenas parcial, a literatura sobre programas de crédito subsidiados pelos governos fornece elementos para uma efetivação consistente desta proposta. Para avaliar a sustentabilidade de alguns programas alguns autores passaram a comparar os custos financeiros de sustentabilidade do fundo com os seus retornos³⁰.

Para a geração de um indicador de eficiência, é preciso tornar comparável do ponto de vista teórico (conceitual) e prático (unidade de medida) o custo do subsídio de juros com os benefícios gerados por ele. Na análise de custo-benefício da geração de emprego pelo FNE, poderia se perguntar pelo lado dos custos qual seria a expectativa de geração de empregos para um determinado valor de subsídio transferido para as empresas. E pelo lado dos benefícios pode-se perguntar quantos empregos a mais

28 Pequenos agricultores rurais participantes do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e sem registros formais, por exemplo, não compõem a amostra para estas análises.

29 A análise de eficácia cobre recursos da ordem de R\$ 8,3 bilhões em valores de 2004, que é o ano base da Matriz de Insumo-Produto.

as empresas beneficiadas geram por causa destes juros diferenciados. O contraste destas duas informações forma o seguinte indicador de eficiência para o emprego:

$$\theta_E = \frac{\omega_L \sum_{i=1}^n F_i (r - r^s)}{\alpha_E \sum_{i=1}^n \Delta E_i} \quad (2)$$

Onde ω_L é o coeficiente técnico do emprego que transforma o valor monetizado do subsídio em contratações esperadas, ΔE é a variação total no estoque de emprego (pós-financiamento) registrada nas estatísticas oficiais do Ministério do Trabalho (RAIS), e α é a fração desta variação no estoque de emprego que é devido ao FNE (impacto).

A equação (2) permite uma análise de custo e benefício do crédito na geração de emprego, pois o numerador evidencia o custo do subsídio sob a forma de expectativa de geração de empregos para determinado valor agregado de isenção financeira, enquanto o denominador mostra a quantidade de empregos a mais que as empresas beneficiadas efetivamente geraram devido ao Fundo. Portanto, se θ for maior que 1, indica que o programa tem um custo maior que os benefícios gerados. Se for igual a 1 tem-se um financiamento balanceado, e se for menor que 1, tem-se externalidades ainda maiores na geração de emprego e renda.

É possível notar, então, que a contabilização do índice de eficiência dependerá dos parâmetros ω_L , α_E , e $(r - r^s)$, dado que F_i (montante de empréstimos concedidos) e ΔE_i (variação no estoque de emprego) são informações coletadas nas bases de dados do BNB, e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

6.2.2 – O diferencial de taxa de juros ($r - r^s$)

O custo do subsídio de crédito depende diretamente do custo de oportunidade do capital financeiro (r). Determinar o valor específico desta variável em programas de empréstimo público não é trivial, pois aspectos subjetivos relacionados à aplicação alternativa dos recursos tornam a tarefa muito complexa. Como observa Schreiner e Yaron (2001, p. 16), analisando a dependência de subsídios de instituições financeiras públicas³¹:

A escolha de um custo de oportunidade apropriado sempre influenciará nos resultados da análise. Este parâmetro é tão difícil de ser mensurado que um analista deve escolher uma aproximação, ou simplesmente fazer suposições.

Entre outras sugestões de custos de oportunidade sugeridos por Schreiner e Yaron (2001) temos a taxa de juros referencial do país ou a taxa de juros de longo prazo mais um *markup* para cobrir custos administrativos. Outra referência tida como regra de bolso é utilizar a taxa de 10% em termos reais (descontada a inflação). Segundo este autor, esta estratégia arbitrária é uma saída pragmática utilizada em simulações realizadas por governos e pelo próprio Banco Mundial, mas que depende fundamentalmente de uma estabilidade inflacionária no país. Schreiner e Yaron (2001) ressaltam também, que para qualquer referência utilizada, é importante que se tenha uma margem de variação quando da aplicação deste conceito.

Já a taxa de juros do programa de financiamento (r^s) geralmente é definida com regras claras, e muitas vezes até por lei. Este é o caso do FNE onde as taxa de juros cobradas variam, basicamente, em função do programa de financiamento, do porte do cliente, da região de localização do empreendimento (semiárido ou fora do semiárido) e do bônus de

30 Ver Rosegrant e Siamwalla (1989); Schreiner e Yaron (2001); Adams e Lim (2000) e Francisco et al. (2008).

31 Tradução nossa.

adimplência. Em 2008, por exemplo, a combinação dessas variáveis gerava taxas de juros nominais entre a mínima de 5% a.a. e a máxima de 11% a.a.

6.2.2.2 – A contribuição do FNE para o crescimento do estoque de emprego (α_E)

O parâmetro α no índice de eficiência (2) advém das análises de impacto na variação no estoque de emprego. No entanto, esta variação deve ser mensurada em valores absolutos e não relativos, dado que estamos medindo custo e benefício em número de empregos.

Desta forma, um adicional deste trabalho também foi estimar o modelo de impacto para a variação absoluta no estoque de emprego. O efeito médio de tratamento (parâmetro de impacto) mais o crescimento médio natural (variação no estoque de emprego de empresas sem FNE) formam o cálculo deste parâmetro da seguinte maneira:

$$\alpha_E = \frac{\lambda}{\lambda + \mu} \quad (3)$$

Onde λ é o estimador de impacto (efeito médio de tratamento) na variação do estoque de emprego³², e μ são as contratações médias das empresas sem FNE. Ou seja, α_E é a participação das contratações extras (devido ao FNE) nas contratações totais das empresas beneficiadas (contratações devidas ao FNE mais as contratações naturais). Em Sousa et al (2009) este parâmetro para um modelo de 3 anos, por exemplo, foi estimado em 0,50 (50%) indicando que de cada 10 empregados contratados por empresas beneficiadas pelo FNE, cinco deles são resultado deste tipo de financiamento com taxas de juros diferenciada.

6.2.2.3 – O coeficiente técnico do emprego (ω_L)

O parâmetro ω_L é responsável por transformar valores monetários em unidades de emprego. Neste aspecto, a proposta aqui apresentada é utilizar os conceitos referenciados nas análises de impacto via Matriz de Insumo-Produto do Nordeste. (GUILHOTO et al., 2010). Esta metodologia é bastante utilizada tanto na academia como em instituições públicas (ou privadas) e oferece, entre outros conceitos e parâmetros, valores específicos para os multiplicadores de emprego, renda e outros³³.

O multiplicador do emprego, por exemplo, informa quantos empregos devem ser gerados de maneira direta, indireta e por indução, a partir de um acréscimo na demanda agregada. A matriz de Insumo-Produto mais atualizada para o Nordeste é de 2004 (GUILLHOTO et al., 2010), e informa para o Setor de Construção Civil, por exemplo, que a cada R\$ 1.000.000,00 a mais na demanda agregada deste Setor 164 novos empregos devem ser gerados, sendo que 55 deles são empregos diretos (impactos no próprio Setor), 14 são empregos indiretos (contratações em outros setores fornecedores e compradores), e 95 são empregos induzidos decorrentes do efeito multiplicador do adicional de consumo dos novos contratados. Vale ressaltar que este impacto na criação de emprego é esperado e não real. Porém a sua magnitude é determinada a partir de calibragem com dados reais para representar melhor a capacidade de geração de emprego da economia³⁴.

Neste contexto de avaliação de impacto ao nível microeconômico, somente o multiplicador direto do emprego deve ser considerado em (3), dado que a expectativa de geração de empregos cobrada é a da

32 Utiliza-se o método de matching com propensity score para este fim.

33 Valor adicionado e impostos pagos, por exemplo.

própria empresa beneficiada (ΔE_i) e não de qualquer outro efeito de repercussão.

Desta forma, o conceito do multiplicador nas análises de Insumo-Produto complementa o índice de eficiência proposto (3) neste trabalho, pois o mesmo é o coeficiente técnico que transforma investimentos monetários em expectativas de emprego. Desta forma, tanto o numerador quanto o denominador do índice estão expressos em número de empregos. Enquanto o numerador mostra o número esperado de empregos a mais por causa do financiamento, o denominador mostra o número efetivo de contratações adicionais por conta do FNE.

Como a análise empírica de eficiência é dependente da análise de impacto, explica-se a seguir como as bases de dados foram geradas para aferição desta última.

6.2.2.4 – Base de dados

A base de dados contou com 25.075 empresas financiadas (grupos de controle) e 103.150 empresas não financiadas que representam o grupo de tratamento, considerando o período de 2000 a 2008.

6.2.3 – Resultados da avaliação de eficiência do FNE

Uma das vantagens de analisar eficiência por meio de um índice é a fácil identificação de desempenho satisfatório ou não por meio de uma regra simples para o valor deste índice. Neste caso, como mostrado anteriormente, um valor do índice menor que 1 implica que a geração de emprego adicional das empresas beneficiadas compensa o custo

financeiro de oportunidade social expresso em expectativas de emprego.

Outra vantagem do uso do índice proposto é o desdobramento das análises de seus componentes. Pode-se dividir o numerador do índice (2) em dois termos: i) o Custo Financeiro de Oportunidade Social (CFOS), e o ii) coeficiente técnico do emprego (ω_L).

O primeiro termo (CFOS) é o volume total de empréstimos recebidos pelas empresas (F_i) vezes o diferencial de juros do programa de financiamento (r) e do mercado (r_i^s). Ou seja, é o valor monetário que a empresa recebedora do FNE pagaria a mais se o empréstimo fosse adquirido em outra fonte de financiamento. Supondo que o programa de financiamento empreste a uma taxa de juros de 10% ao ano, enquanto que o mercado cobra 20% para o mesmo tipo de empréstimo (crédito para investimento produtivo), então o CFOS para um montante principal de R\$ 1 milhão seria R\$ 100 mil. Este é o valor que o empresário deixa de pagar por conta da condição favorecida de juros do empréstimo público. Quando multiplica-se este valor pelo coeficiente técnico do emprego (ω_L), tem-se o número esperado de empregos extras que devem ser gerados. Ou seja, transforma-se subsídio financeiro por expectativas de demanda por emprego.

Na análise de eficiência, este número é comparado com o número real (BRASIL, 2008b) de adições de empregos induzidos pelo FNE, que é o denominador do Índice de Eficiência (2). Este número é formado pela observação de: i) quantos empregos foram gerados (e registrados) pelo conjunto de empresas beneficiadas (variação líquida total no estoque de emprego – ΔE), e ii) pela participação do FNE na geração destes empregos (α_E). Se uma empresa contrata 10 empregados em um ano, e a participação (impacto) do FNE nestas contratações

34 Na Matriz de Insumo-Produto do Nordeste (GUILHOTO et al., 2010) foram utilizados dados da PNAD 2004 para calibragem dos multiplicadores do emprego.

é de 40%, então 4 dos 10 empregados foram contratações adicionais por conta do FNE. São estes 4 empregos adicionais que são comparados com a expectativa de demanda extra gerada pelo custo financeiro de oportunidade social do FNE.

Pode-se perceber, então, que a contabilidade do Índice de Eficiência depende dos valores atribuídos aos parâmetros definidores dos mesmos. A seguir indica-se como foram escolhidos estes valores.

6.2.3.1 – Determinação dos valores dos parâmetros

O único parâmetro a ser estimado para o índice de eficiência é o da contribuição do FNE para o aumento do estoque de emprego (α_E). Este é o parâmetro que torna a análise de eficiência condicionada à análise de impacto, realizada com base na metodologia de *matching com propensity score*, e já detalhado em estudo técnico. (SOARES, 2012).

No modelo geral para um ano após o FNE, por exemplo, o valor do parâmetro de contribuição do FNE para novas contratações (α_E) é 41,39%. Ou seja, de cada 100 novas contratações em empresas beneficiadas, aproximadamente 41 destas foram adições por causa do crédito em condições mais favoráveis do FNE. Este número é resultado da aplicação da fórmula (3) com os seguintes valores: $\lambda = 1,49$ e $\mu = 2,11$ ³⁵.

Para simplificar a análise de eficiência neste trabalho inicial, optou-se ainda por escolher valores únicos e agregados para os parâmetros do multiplicador do emprego (ω_L) e do diferencial de taxa de juros ($r - r^s$). Os mesmos poderiam variar por empresa dado que as mesmas estão em setores diferentes, assim como foram financiadas com taxas de juros diferentes. Por outro lado, a parametrização agregada permite não apenas um melhor entendimento dos cálculos empíricos para o indicador de

eficiência proposto, como também funciona como referência (*benchmark*) contrafactual para os programas específicos de cada empresa. A utilização de valores médios neste caso é comum em análises similares em instituições de financiamento internacionais como o Banco Mundial. (ROSENGRANT; SIAMWALLA, 1989; SCHREINER; YARON, 2001; FRANSCISCO et al., 2008).

Como referência pontual para o multiplicador de emprego (ω_L) utilizou-se o valor de 50 empregos gerados para cada R\$ 1.000.000,00 investidos, que é exatamente a média dos multiplicadores diretos de empregos de todos os setores da Matriz de Insumo-Produto do Nordeste. (GUILHOTO et al., 2010). E para o parâmetro do diferencial de taxas de juros ($r - r^s$) escolheu-se o valor de 10%, o que se aproxima da regra de bolso mencionada anteriormente por Schreiner e Yaron (2001), e mostra-se razoável como valor único médio para o caso do FNE. Embora estes valores para os parâmetros sejam escolhas referenciais para uma análise do índice de eficiência, é importante que se realize simulações nos mesmos de forma a verificar em que condições de juros e de eficiência técnica o programa se mostra eficiente. Estas análises são realizadas a seguir.

6.2.3.2 – Simulações para o índice de eficiência na geração de empregos

Uma análise empírica do índice de eficiência deve ajudar na compreensão de seu conceito. A tabela a seguir mostra os valores para a contabilização do índice de eficiência (2) na geração de empregos. Na análise geral da amostra 15.794 empresas foram avaliadas. Estas participaram da análise de impacto para o modelo de 1 ano após o FNE e receberam em conjunto um montante aproximado de R\$ 4,7 bilhões entre os anos de 2000 e 2008. Como o diferencial de juros para esta simulação-base é de 10%, o custo financeiro de oportunidade social foi cal-

35 Ver Soares (2012).

culado em aproximadamente R\$ 470 milhões. Este valor gera uma expectativa de demanda extra por emprego da ordem de 23.501, considerando um coeficiente técnico de 50 empregos para cada R\$ 1 milhão ($\omega_L = 0,000050$). Este número de empregos esperado é o numerador do índice de eficiência.

Com um ano de FNE, estas mesmas empresas, em conjunto, adicionaram às suas folhas de pagamento 67.194 novos empregados (ΔE). Este foi o aumento no estoque de empregados declarados ao Ministério do Trabalho (RAIS) entre dezembro do ano em que receberam os financiamentos e dezembro do ano imediatamente posterior. No entan-

to, apenas parte deste volume de contratações foi devido ao empréstimo do FNE. Esta participação, como mostrada anteriormente, foi de 41,39% ($\alpha_E = 0,4139$), o que confere ao FNE um adicional de emprego aproximadamente igual a 27.810 postos de trabalho, sendo este o denominador do índice de eficiência, cujo valor é de 0,8450. Este número informa que as empresas beneficiadas pelo FNE foram eficientes na geração de emprego, dado que o número de empregos gerados por causa do FNE superou o número esperado para o montante de subsídio recebido em aproximadamente 18,34%. (Tabela 87).

Tabela 87 – Índice de Eficiência na Geração de Empregos em Empresas Beneficiadas pelo FNE – Análise para um Diferencial de Juros de 10% e Multiplicador de Emprego de 50 para cada R\$ 1.000.000,00

	Geral
Número de Empresas	15.794
Montante Total do FNE (R\$ milhões)	4.700,27
Custo Financeiro de Oportunidade Social (R\$ milhões)	470,02
Número de Empregos Esperados	23.501
Varição Total no Estoque de Emprego	67.194
Contribuição do FNE para a Varição do Emprego	0.4139
Número de Empregos Gerados pelo FNE	27.810
Índice de Eficiência (θ_E)	0.8450
Contratações Adicionais ($1/\theta_E - 1$)*100 (%)	18,34

Fontes: Elaboração Própria com Dados da RAIS e BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Portanto, considerando valores razoáveis para o multiplicador do emprego ($\omega_L = 0,000050$) e para o diferencial de juros ($r - r^s = 0,10$) a geração de emprego incentivada pelo crédito do FNE está sendo realizada de maneira eficiente, com $\theta_E < 1$. Ou seja, a geração de empregos está maior que o esperado.

6.2.4 – Conclusões e recomendações

Este trabalho propõe e executa análise eficiência dos recursos aplicados por intermédio do FNE na geração de emprego na área de atuação do BNB. A metodologia utilizada para a análise eficiência foi a construção de um indicador que contrasta a expectativa de geração de empregos advinda do custo de oportunidade da taxa de juros diferenciada, com a contribuição real do FNE no incremento das estatísticas oficiais de emprego.

Foi apresentado que uma parametrização razoável do índice de eficiência leva os benefícios do FNE a superarem os custos de oportunidade do crédito. Ou seja, a quantidade de empregos efetivamente gerados foi superior à expectativa de geração de empregos, demonstrando que em termos de geração de emprego o FNE mostrou evidências de eficiência.

Vale ressaltar que uma análise para o indicador de eficiência com parâmetros variando por empresa de acordo com setor, porte, estado e programa de financiamento seria importante para ratificar (ou não) os resultados encontrados neste trabalho.

6.3 – Matriz de Insumo-Produto do Nordeste: Impacto das Contratações Realizadas pelo FNE no Exercício de 2012

As repercussões econômicas das contratações do FNE foram calculadas utilizando-se como instrumental de avaliação de impactos a Matriz de Insumo-Produto (MIP) do Nordeste e Estados. Referida ferramenta tem sido utilizada pelo BNB (GUILHOTO et al., 2010) nas avaliações do FNE, sendo um dos métodos previstos em sua metodologia (SOUSA; NOTTINGHAN; GONÇALVES, 2010) para mensurar os impactos dessa importante fonte de recursos.

6.3.1 – Considerações sobre a matriz de insumo-produto

O sistema de insumo-produto engloba um conjunto de atividades que se interligam por meio de compras e vendas de insumos, a montante e a jusante de cada elo de produção. Trata-se de valioso instrumento para fins de planejamento econômico tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento dado que, por intermédio dessa ferramenta, é possível conhecer de forma detalhada os impactos de variações na demanda final,

resultante de ações de políticas governamentais, sobre a estrutura produtiva.

Nesse sentido, a MIP tem grande utilidade nas avaliações de programas públicos e privados.

A MIP se assemelha a uma fotografia econômica, que mostra como os setores da economia estão relacionados entre si, ou seja, quais setores suprem outros de produtos e serviços, além de especificar as compras de cada setor. Observando esse fluxo de produtos e serviços entre os diferentes setores da economia, é possível identificar o inter-relacionamento de compras de cada setor.

Para a construção da MIP, faz-se necessário conhecer os insumos que cada setor da economia necessita, de qual setor são comprados esses insumos, e de qual estado ou região do país eles são adquiridos, considerando-se também essas relações com o exterior. Assim, torna-se imprescindível uma abrangente coleta de informações, inclusive sobre as empresas, no que se refere aos fluxos de vendas e das suas fontes de suprimentos. Esse sistema de interdependência é formalmente detalhado em uma tabela conhecida como Tabela de Insumo-Produto.

A MIP do Nordeste, uma aplicação espacial do sistema de insumo-produto, é um instrumento de análise econômica, construído a partir da estimação dos fluxos comerciais entre os estados da Região Nordeste, e entre estes e o restante do País. Além de utilizar dados de estoque de empregos, exportações, importações, dentre outros, fornecidos por diversas instituições de pesquisa nacionais e estaduais. Com a MIP do Nordeste, é possível se identificarem setores-chave para a geração de produção, renda, emprego, massa salarial e tributos, de forma a direcionar a atuação do BNB, no sentido de induzir o desenvolvimento sustentável do Nordeste e integrá-lo à dinâmica da economia nacional.

As relações fundamentais do insumo-produto mostram que as vendas dos setores podem ser utilizadas no âmbito do processo produtivo pelos

diversos setores compradores da economia ou podem ser consumidas pelos diversos componentes da demanda final (famílias, governo, investimento e exportação). Por outro lado, para se produzir, são necessários insumos, pagam-se impostos, importam-se produtos e gera-se valor adicionado (pagamento de salários, remuneração do capital e da terra agrícola), além, é claro, da geração de emprego. Vale destacar que o consumo intermediário não inclui os bens de capital nem os serviços relacionados à transferência e instalação desses bens, os quais são contabilizados na Formação Bruta de Capital Fixo (aumento da capacidade produtiva). A demanda final, por sua vez, engloba o consumo das famílias, o consumo da administração pública, a formação bruta de capital fixo, a variação de estoques e as exportações.

As relações de compra e venda entre os setores da economia causam o chamado efeito multiplicador. Em essência, cada setor da economia, em diferentes regiões, possui multiplicadores próprios. Efeito direto é o que ocorre no próprio setor que recebe a demanda final. Efeito indireto é aquele devido às compras de insumos intermediários de outros setores. O efeito multiplicador devido ao aumento na demanda do consumo das famílias, decorrente do aumento de horas trabalhadas ou novas contratações, é chamado efeito induzido. A matriz de coeficientes diretos e indiretos é chamada Matriz de Leontief. Para se calcular o efeito induzido é necessário endogeneizar o consumo e a renda das famílias no modelo de insumo-produto, ou seja, fazer com que o consumo e a renda das famílias exerçam influência no cálculo do efeito multiplicador total.

Para a estimação das matrizes de insumo-produto, os dados podem ser primários, obtidos através de métodos censitários, ou secundários, que demandam alguma técnica de estimação. Para a construção da MIP do Nordeste e Estados foram considerados 111 grupos de atividades e 169 produtos.

A MIP permite mensurar o impacto que as mudanças ocorridas na demanda final, ou em cada

um de seus componentes (consumo das famílias, gastos do governo, investimentos e exportações), teriam sobre a produção total, o emprego, as importações, os impostos, os salários e o valor adicionado. A partir dos coeficientes diretos e da Matriz Inversa de Leontief, é possível estimar, para cada setor da economia, o quanto é gerado direta e indiretamente de produção, emprego, tributos, valor adicionado, e salários para cada unidade monetária produzida para atender a demanda final.

Cabe ainda observar que se o aumento na demanda final persiste ao longo do tempo, os impactos passam a fazer parte dos resultados do valor bruto da produção, valor adicionado, emprego, salários e tributos. Entretanto, se o aumento na demanda final é em um ano, os impactos serão, principalmente, dentro daquele ano. Novos impactos só ocorrerão se houver novos aumentos. O período de maturação depende do setor em que é aplicado o recurso e das demandas desse setor para os outros agentes econômicos. Cada setor tem sua dinâmica particular, mas pode-se dizer que os maiores impactos ocorrem no ano do aumento da demanda final. Nos anos posteriores os impactos são residuais.

A MIP, entre suas diversas utilizações pelo Banco do Nordeste, é um dos instrumentos usados no processo de avaliação das aplicações do FNE. Com a MIP, é possível estimar os impactos das contratações (empréstimos) do FNE, no valor bruto da produção, valor adicionado, na massa salarial, nos tributos e no número de empregos, nos estados da Região Nordeste, além dos efeitos de transbordamento para outras regiões do País. Quanto aos impactos estimados, vale observar que estes passam a ocorrer a partir dos desembolsos dos recursos. A MIP, para a geração das estimativas desses impactos, entende que o valor do desembolso é igual ao valor das contratações, dado que, mesmo que ocorram vários desembolsos, eles fecharão com o valor da contratação. Assume-se, então, que o ano da contratação é o ano do desembolso.

O volume estimado de empregos é uma variável que requer maior atenção, dada sua conotação social em termos de qualificação do trabalho, formalidade ou informalidade dentro das cadeias produtivas, sendo necessário tecer algumas considerações:

a) O efeito direto é o emprego estimado no setor que deve aumentar sua produção para atender o aumento da demanda final. Como exemplo, temos o caso de uma empresa que para obter o financiamento, necessita atender a todos os requisitos legais, incluindo a formalização dos empregados. Assim, a qualidade do emprego gerado deve estar de acordo com o perfil médio de qualificação exigido pelas empresas dentro da atividade, inclusive por causa da concorrência (não seguir o padrão do setor significaria perda de competitividade). As exigências feitas pelo Banco do Nordeste para o fornecimento do crédito também induzem à qualificação exigida pelo setor;

b) O efeito indireto é o emprego estimado em função do aumento das demandas intermediárias nos diversos setores que atenderão a atividade que teve aumentada a demanda final. Nesse caso, a MIP estima o emprego a partir das relações intersetoriais que compõem a matriz de recursos e usos do Nordeste (base para o cálculo da MIP), e não existem possibilidades de se detectar o volume de emprego e sua qualidade em cada elo da cadeia produtiva impactada pelo aumento da demanda final. O que se tem é o total do emprego estimado pelo efeito indireto, que não pode ser aberto por qualificação ou outras características, como formal e informal. Pode-se apenas inferir, considerando o mesmo critério da concorrência entre as empresas de um mesmo setor, que as empresas afetadas indiretamente seguem o padrão do setor para não incorrerem em custos maiores do que os dos concorrentes.

c) O efeito induzido é o emprego estimado decorrente do aumento da renda das famílias que tiveram incremento em horas trabalhadas ou pelas novas contratações, a partir do aumento da demanda final (efeito direto) e das demandas intermediárias (efeito indireto). As mesmas limitações destacadas na estimação do efeito indireto, ocorrem também, no efeito induzido.

6.3.2 – Impactos Socioeconômicos do FNE – Contratações no ano de 2012

Cabe salientar que os valores analisados nesta seção, se referem apenas às contratações nos estados nordestinos. Como o instrumento de avaliação dos impactos econômicos é a MIP do Nordeste, ela não contempla coeficientes dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, embora o norte desses estados faça parte da área de atuação do Banco. Dessa forma, os valores totais contratados pelo FNE, no ano de 2012, alcançaram aproximadamente R\$ 11,6 bilhões, distribuídos entre os setores Rural (40,1% dos recursos), Indústria (33,5%), Comércio e Serviços (22,5%), Infraestrutura (2,7%) e Agroindustrial (1,2%).

Considerando apenas os efeitos no âmbito da Região Nordeste, sem contar com os impactos em outras regiões do País, estima-se que referidos financiamentos acarretarão, por meio de efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda) – os chamados impactos do tipo 2³⁶, acréscimos no Valor Bruto da Produção (VBP) regional de aproximadamente R\$ 27,7 bilhões, em decorrência dos investimentos realizados no ano de 2012³⁷. O Setor que tem a maior participação no valor bruto da produção regional é o Rural, com 39,4% desse valor.

O valor agregado (renda) à economia da Região Nordeste ou valor adicionado (uma aproximação da variação do PIB da Região, em função dos financiamentos do FNE) é estimado em R\$ 15,7 bilhões,

com expressiva representação do Setor Rural, R\$ 6,3 bilhões. O resultado nos setores Indústria e Comércio e Serviços, também são expressivos. (Tabela 88).

No que tange ao emprego, estima-se que cerca de 952,0 mil ocupações (formais e informais)³⁸ deverão ser geradas no Nordeste, a partir dos investimentos realizados no ano de 2012. Isto é, à medida que os efeitos de compra e venda, sejam efetivados ao longo da cadeia de produção regional, essas novas ocupações serão criadas a partir dos desembolsos realizados pelo FNE. Desse total, cerca de 514,0 mil ocupações deverão ser geradas no Setor Rural, representando 54,0% dos empregos gerados na Região. O emprego é calculado pelo conceito de equivalente/homem/ano³⁹, utilizado pelo IBGE. A ideia é que os empregos gerados serão mantidos durante um ano.

Cabe observar que o índice de formalização do emprego no Setor Rural do Nordeste ainda é relativamente pequeno comparado com os demais setores da economia. Os setores Comércio e Serviços e Indústria deverão gerar em torno de 194,0 mil e 220,0 mil ocupações, respectivamente, representando 20,4% e 23,1%. O Setor Agroindustrial deverá responder por 11,0 mil novas ocupações e de Infraestrutura por 13,0 mil. (Tabela 88).

Os impactos sobre o pagamento de salários, na Região, totalizam R\$ 4,6 bilhões, cabendo ao Setor Rural a importância de R\$ 1,9 bilhão, representan-

do 41,9% dos salários a serem pagos. Em seguida, apresenta-se o Setor Industrial com 32,3% de participação nos salários, seguido pelo Comércio e Serviços, com 22,3%. (Tabela 88).

Quanto à geração de impostos (tributação) na Região, estima-se o pagamento de aproximadamente R\$ 3,9 bilhões, com destaque para os setores Rural, Indústria e Comércio e Serviços. (Tabela 88).

Cabe, ainda, comentar sobre o valor necessário de contratação do FNE para a geração de um emprego na economia. Este é um indicador que ajuda na percepção do grau de qualificação e de formalidade do emprego gerado. Quanto menor o valor necessário de contratação do FNE, para a geração de um emprego, espera-se que o Setor seja menos intensivo em capital, e que tenha salários médios mais baixos que os setores mais intensivos. O menor valor para a geração de um emprego encontra-se no Setor Rural, que é mais intensivo em mão de obra. A contratação de R\$ 7.887 gera um emprego ou ocupação no Setor Rural⁴⁰. Para os demais setores, o custo de geração de um emprego é de R\$ 14.195 na Indústria, R\$ 11.223 em Comércio e Serviços, R\$ 18.166 na Infraestrutura, R\$ 10.143 no Setor Agroindustrial, e R\$ 10.295 na média das contratações. As maiores relações se dão nos Setores de Infraestrutura e Indústria, denotando que são setores mais intensivos em capital. No Setor Comércio e Serviços, o valor é alto, por causa do subsetor de Serviços, que é, onde se observa o maior aumento de salários nos últimos anos. Vale lembrar que esses números

36 Este impacto agrega o efeito induzido (de renda), enquanto o chamado impacto do tipo 1 refere-se a efeitos diretos e indiretos, apenas. O efeito indireto se refere à produção em outros setores para atender à demanda final do setor em análise. O efeito induzido, ou de renda, se refere ao aumento dos postos de trabalho, em razão dos efeitos direto e indireto, e o consequente aumento da renda das famílias que passam a consumir outros produtos (vestuário, automóveis, etc.).

37 A suposição é que as contratações do ano de 2012 geram investimentos e operações em custeio, realizados no mesmo período em referência, principalmente para a interpretação do impacto na variável emprego. Se os investimentos se realizarem em dois anos, por exemplo, o total de empregos estimados deve ser dividido para cada ano, a partir da participação do investimento anual na contratação total.

38 Cabe salientar que essas ocupações não são o saldo no final do ano, mas a entrada de novos trabalhadores, não levando em consideração a saída de trabalhadores no período de análise. Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) – empregados com vínculo celetista, para o ano de 2012, indicam uma entrada de 2.981 mil novas ocupações.

39 Cada equivalente/homem/ano corresponde a um homem adulto que trabalha 8 horas diárias, durante todo o processo produtivo anual.

levam em consideração tanto os empregos gerados na Região Nordeste como também no resto do País,

devido aos efeitos de transbordamento das contratações do FNE, conforme item a seguir.

Tabela 88 – Repercussões Econômicas das Contratações do FNE – 2012¹

Indicador	Agrícola	Pecuária	Agroind.	Indústria	Infraest	Serviços	Comércio	Total
Valor Contratado (em R\$ Milhões) ²	2.309,1	2.325,9	141,5	3.882,0	312,5	1.191,7	1.410,2	11.573,0
Resultados por Setor – Nordeste								
Valor Bruto da Produção (em R\$ milhões)	5.352,27	5.586,56	326,14	9.583,50	723,45	2.805,59	3.359,97	27.737,46
Valor Agregado / Renda (em R\$ milhões)	3.056,41	3.266,22	165,05	5.402,81	369,38	1.465,81	2.013,75	15.739,44
Empregos (em número de pessoas)	292.383	221.335	11.493	219.614	12.950	58.562	135.396	951.733
Salários (em R\$ milhões)	1.006,31	935,18	54,78	1.497,51	103,52	405,58	627,46	4.630,34
Tributos (em R\$ milhões)	702,89	791,14	45,31	1.381,48	110,93	417,34	437,29	3.886,38
Resultados por Setor – Nordeste + Resto do Brasil								
Valor Bruto da Produção (em R\$ milhões)	8.918,56	9.562,37	536,01	15.871,35	1.230,98	4.679,52	5.559,09	46.357,86
Valor Agregado / Renda (em R\$ milhões)	4.546,77	4.922,72	253,08	8.016,72	583,33	2.241,94	2.929,44	23.493,99
Empregos (em número de pessoas)	329.645	258.069	13.950	273.484	17.203	74.727	157.111	1.124.189
Salários (em R\$ milhões)	1.467,72	1.447,52	82,23	2.307,50	170,64	644,68	911,98	7.032,27
Tributos (em R\$ milhões)	1.269,41	1.515,42	78,15	2.555,66	206,22	750,46	798,79	7.174,12

Fontes: BNB-ETENE Etene e BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Impactos estimados a partir da Matriz de Insumo-Produto do Nordeste, base 2004, contemplando os efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda), que se realizaram no período da aplicação dos recursos. 2) Valores a preços de dezembro de 2012.

6.3.2.1 – Os efeitos transbordamento do FNE

Vale observar, ainda, que parte dos impactos econômicos das aplicações do FNE no Nordeste ocorre fora da Região, em decorrência da importação de insumos e de bens de capital para a produção, ou produtos finais para atender os acréscimos de demanda considerados. Dessa maneira, além dos impactos para a região nordestina, descritos anteriormente, as contratações do FNE possuem impactos nas demais regiões brasileiras. Sabe-se

que há uma dependência da produção de bens e serviços provenientes do Resto do Brasil, tanto por parte do consumo intermediário como da demanda final dos estados do Nordeste. Esses impactos são captados, na MIP, através dos efeitos indiretos e induzidos. Essa dependência determina um alto índice de transbordamento dos efeitos multiplicadores da produção, decorrentes de novos investimentos.

Desse modo, a partir dos resultados apresentados, vale destacar que, para impactos totais de

40 Olhando as atividades agrícola e pecuária, para se gerar um emprego, são necessários, R\$ 7.005 e R\$ 9.013, respectivamente. Os valores para comércio e serviços são R\$ 8.976 e R\$ 15.947, respectivamente.

R\$ 46,4 bilhões na produção estimados para o País, R\$ 18,6 bilhões (40,2%) ocorrem fora da Região Nordeste. Do mesmo modo, do total estimado de 1.124 mil novas ocupações, 15,3% desses poderão ser gerados fora da Região Nordeste. (Tabela 88). Isso indica, por um lado, quanto o estímulo ao desenvolvimento na Região beneficia conjuntamente o restante do País. Também sinaliza para as deficiências da Região em manter os recursos de que dispõe circulando na economia local, indicando a baixa integração regional, seja pelo suprimento de insumos e bens de capital para suas empresas, seja na forma de produtos para atender a demanda para consumo de sua população.

6.3.2.2 – Impactos socioeconômicos previstos dos financiamentos do FNE para mini/micro, pequenos, pequeno-médios e médios empreendimentos

Os valores contratados pelo FNE para os mini/micro, pequenos, pequeno-médios e médios empreendimentos, alcançaram R\$ 6,8 bilhões no ano de 2012, como mostra a Tabela 85. Vale enfatizar a representatividade das contratações desses empreendedores, no total das contratações do FNE, por setor. Essa participação, no período em análise, para as atividades pecuária, comércio e serviços e representam 97,6%, 86,2% e 68,0%, respectivamente. A participação dos empreendimentos até o porte médio, no total dos financiamentos às atividades agrícola e agroindústria, é em menor escala, mas ainda relevante, 64,6% e 40,4%, respectivamente. Observa-se que a menor participação está no Setor Indústria que representa 21,0%. A orientação estratégica é focar os empreendimentos até médio porte, fato constatado nas aplicações de 2012, em que 58,6% dos financiamentos foram para esses empreendedores. (Tabelas 88 e 89).

Tabela 89 – Repercussões Econômicas das Contratações do FNE por Porte da Empresa (Micro, Mini, Pequena e Média) – 2012¹

Indicador	Agrícola	Pecuária	Agroind.	Indústria	Infraestrutura	Serviços	Comércio	Total
Valor Contratado (em R\$ Milhões) ²	1.492,3	2.271,1	57,2	817,0	119,1	809,9	1.215,4	6.781,9
Quantidade de Contratações	93.816	344.572	273	3.595	2	5.558	18.271	466.087

Resultados por Setor – Nordeste

Valor Bruto da Produção (em R\$ milhões)	3.738,92	5.517,22	138,10	1.962,45	231,15	1.966,22	2.944,74	16.498,81
Valor Agregado / Renda (em R\$ milhões)	2.264,51	3.209,01	72,73	1.060,03	143,78	1.047,93	1.732,75	9.530,74
Empregos (em número de pessoas)	215.339	247.251	3.419	42.246	4.057	42.062	93.325	647.699
Salários (em R\$ milhões)	659,06	941,92	21,39	299,29	32,38	299,07	513,30	2.766,41
Tributos (em R\$ milhões)	462,81	776,15	19,55	277,84	40,86	298,53	406,02	2.281,77

continua

Tabela 89 – Repercussões Econômicas das Contratações do FNE por Porte da Empresa (Micro, Mini, Pequena e Média) – 2012¹

Indicador	Agrícola	Pecuária	Agroind.	Indústria	Infraestrutura	Serviços	Comércio	Total
Resultados por Setor – Nordeste + Resto do Brasil								
Valor Bruto da Produção (em R\$ milhões)	6.250,10	9.486,01	231,84	3.300,52	372,25	3.298,70	4.909,48	27.848,89
Valor Agregado / Renda (em R\$ milhões)	3.309,06	4.863,32	112,00	1.615,37	203,05	1.675,58	2.548,92	14.327,31
Empregos (em número de pessoas)	241.727	285.303	4.330	53.893	5.568	53.251	111.324	755.395
Salários (em R\$ milhões)	983,10	1.453,45	33,56	470,12	50,55	470,24	768,09	4.229,10
Tributos (em R\$ milhões)	861,71	1.482,38	36,06	519,32	62,03	547,24	755,98	4.264,71

Fontes: BNB-ETENE Etene e BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Impactos estimados a partir da Matriz de Insumo-Produto do Nordeste, base 2004, contemplando os efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda), que se realizaram no período da aplicação dos recursos. (2) Valores a preços de Dezembro de 2012. Refere-se apenas aos estados da Região Nordeste.

O Setor Agropecuário, que contratou o montante de R\$ 3,8 bilhões, ou 55,5% do total dos recursos e que representa 94,1% das operações contratadas, é o principal em valor de contratações. Em seguida, figura o Setor de Comércio e Serviços, com 29,9% do total dos recursos financiados e o Setor Industrial, com 12,0% de participação. O setor com menor participação foi o Agroindustrial, com apenas 0,8% dos recursos. A menor participação desses empreendedores é explicada pelas características naturais dessa atividade, volume de investimento e escala. (Tabela 89).

Calcula-se que referidos financiamentos acarretarão, por meio dos efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda), os chamados impactos do tipo 2, acréscimos na produção bruta regional de, aproximadamente, R\$ 16,5 bilhões, e impactos extrarregionais (efeito transbordamento) no montante de R\$ 11,4 bilhões, um vazamento de 40,8% da produção bruta. O número de empregos, formais e informais, estimados pela MIP para a Região, a partir das contratações e desembolsos no ano de 2012, é de 648,0 mil, e aproximadamente 108,0 mil empregos gerados fora da Região. Quanto à renda, sinaliza-se um valor agregado de R\$ 9,5 bilhões no

Nordeste e um vazamento de R\$ 4,8 bilhões para as demais regiões brasileiras, o que representa 33,5% do valor adicionado total gerado. (Tabela 89).

Os impactos em salários e tributos, dentro da região nordestina, das contratações dos empreendimentos de mini a médio porte, são de R\$ 2,8 bilhões e R\$ 2,3 bilhões, respectivamente. Os impactos para fora da Região (vazamentos) estão estimados em R\$ 1,5 bilhão, para salários, e R\$ 2,0 bilhões, para tributos, que representam 34,6% e 46,5%, respectivamente, do total do impacto gerado nestes indicadores. Cabe aqui observar-se que o maior vazamento ocorrido nos tributos, tem como fator importante a grande participação dos tributos federais na estrutura fiscal do País.

7 – RECOMENDAÇÕES DO OFÍCIO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

O presente relatório enfocou os diversos aspectos das recomendações do Ofício Nº 07 SFRI/MI, de 16.01.2013 (item 3) recebido da Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais do Ministério da Integração Nacional, conforme descrito a seguir:

3.1.1 Confronto entre os ingressos e desembolsos de recursos, por fonte, previstos na programação aprovada e os valores efetivamente ingressados e desembolsados no ano de 2012;

Vide Anexo – Tabela 38A.

3.1.2 Valores desembolsados no exercício de 2012, por programa e UF e por Porte e UF;

Vide Anexo – CD-ROM (1).

3.1.3 Demonstrativo da aplicação dos recursos do FNE por município;

Vide Anexo – CD-ROM (1).

3.1.4 Informações sobre a distribuição dos financiamentos concedidos com recursos do FNE, no exercício 2012, por programa e faixa de valores;

Vide Anexo – Tabelas 28A e 29A.

3.1.5 Contratações realizadas com recursos do FNE em apoio à Copa do Mundo de Futebol de 2014;

Vide Anexo – CD-ROM (1).

3.1.6 Saldo das operações e inadimplência por município;

Vide Anexo – CD-ROM (1).

3.1.7 Financiamentos acima de R\$ 10 milhões;

Vide Anexo – Tabela 21A.

3.1.8 Situação da demanda de crédito com recursos do FNE apresentada ao Banco do Nordeste do Brasil S.A;

Vide Anexo – CD-ROM (1).

3.1.9 De acordo com item 4 do Anexo II – Parte B (Conteúdo Específico) da Decisão Normativa Tribunal de Contas da União (TCU) nº 119, de 18.01.2012: informações a respeito dos saldos dos financiamentos, das renegociações, das ações de execução, dos ressarcimentos, da inadimplência e das operações de renegociação, no formato definido na Portaria TCU nº 150, de 03.07.2012;

Vide Anexo – Tabelas 30A, 31A, 32A, 33A.

Vide Anexo – CD-ROM (1).

3.1.10 Contratações realizadas com recursos do FNE em apoio ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC);

Vide Anexo – CD-ROM (1).

3.2.1 Número de operações e valores contratados, por UF, Setor e Porte, com benefícios que obtiveram empréstimos do FNE pela primeira vez;

Vide Anexo – Tabela 20A

3.2.2 Número de operações e valores contratados, por UF e Porte, com vistas à regularização e recuperação de áreas de reserva legal e de preservação permanente degradadas, com encargos de 4% (quatro por cento), conforme estabelecido no art. 1º, inciso IV, da Lei nº 10.177, de 12.01.2001, com redação dada pelo art. 44 da Lei nº 11.775, de 17.09.2008;

Vide Anexo – CD-ROM (1)

3.2.3 Número de operações e valores contratados em atendimento a cada uma das prioridades estabelecidas pelo Condel/FNE para o exercício de 2012 (Resolução Condel/FNE nº 40, de 12.08.2011);

Vide item 3.5.

3.2.4 Número de operações e valores contratados pelas Instituições Operadoras (IO) do repasse, por instituição, Unidade Federativa (UF), Setor, Porte e Linha de Financiamento e Espaço Prioritário da PNDR (Faixa de Fronteira; Mesorregião Diferenciada; Municípios integrantes das microrregiões classificadas pela Tipologia da PNDR como de renda estagnada ou dinâmica e municípios da Região Integrada de Desenvolvimento de Petrolina – Juazeiro e Grande Teresina), consoante o art. 9º da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, e a Portaria MI nº 616, de 26.05.2003;

Vide item 3.4.

Vide Anexo – CD-ROM (1)

3.2.5 Número de operações e valores dos financiamentos contratados até 31.10.2012, com base na regra de transição de que trata a Resolução

Condel/Sudene nº 49, de 16.04.2012, para apoio de projetos de geração, transmissão e distribuição de energia;

Vide Anexo – CD-ROM (1)

3.2.6 Número de operações e valores dos financiamentos contratados até 31.10.2012, com base na regra de transição de que trata a Resolução Condel/Sudene nº 49, de 16.04.2012, para a aquisição de máquinas, veículos, aeronaves, embarcações ou equipamentos que apresentem índices de nacionalização, em valor, inferior a 60%;

Vide Anexo – CD-ROM (1)

3.2.7 Número de operações e valores dos financiamentos contratados até 31.10.2012, com base na regra de transição de que trata a Resolução Condel/Sudene nº 49, de 16.04.2012, para o apoio a projetos de tomadores de grande porte, no valor de até R\$ 20 milhões, não enquadrados como de alta relevância e estruturantes;

Vide Anexo – CD-ROM (1)

3.2.8 Detalhamento dos resultados alcançados com os Seminários “FNE Itinerante” realizados ao longo do exercício dos quais o Banco participou (por UF e município);

Conforme acordado com o Ministério da Integração as informações referentes ao item acima serão encaminhadas pela Área de Políticas de Desenvolvimento.

3.2.9 Detalhamento do saldo e da quantidade das operações de acordo com os encargos pactuados, indicando quando houver;

Vide Anexo. CD-ROM (1)

3.2.10 Quantidade e valor das operações liquidadas pelo equivalente financeiro, na forma especificada pelos artigos 15-B, 15-C e 15-D da Lei nº 7.827, de 27.09.19879, com redação dada pela Lei nº 11.945, de 04.06.2009;

Vide item 4.3.

3.2.11 Operações referentes às aplicações dos recursos destinados ao financiamento dos produtores atingidos pela estiagem/seca (FNE Seca);

Vide Anexo – Tabela 40A.

3.2.12 Quantidade e valor das operações de refinanciamento, detalhado por UF, por Porte e Setor;

Ver item 4.3.

3.2.13 De acordo com o Anexo II – Parte A (Conteúdo Geral), item 10 (Conformidades tratamento de disposições legais e normativa) da Decisão Normativa TCU nº 119, de 18.01.2012:

3.2.13.1 item 01: informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento;

3.2.13.2 item 02: informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não cumprimento;

Conforme acordado com o Ministério da Integração Nacional as informações referentes ao item acima serão apresentadas no Relatório de Gestão do FNE.

3.2.14 De acordo com item 4 do Anexo II – Parte B (Conteúdo Específico por Unidade Jurisdicionada ou Grupo de Unidades Afins) da decisão Normativa TCU nº 119, de 18.01.2012:

3.2.14.1 Evidenciação do del credere da Demonstração de Resultado do Exercício;

3.2.14.2 Notas explicativas conciliatórias dos regimes adotados (Lei nº 4.320/1964 e 6.404/1976), contemplando as justificativas para as eventuais diferenças verificadas;

Conforme acordado com o Ministério da Integração Nacional, as informações referentes ao item acima serão apresentadas no Relatório de Gestão do FNE.

3.2.14.3 Informações acerca de estudos elaborados, ou em elaboração, pelo Banco do Nordeste com o objetivo de se avaliar a capacidade de geração de empregos e da produtividade dos empreendimentos financiados pelo FNE e as previsões dos impactos econômicos e sociais decorrentes dos empréstimos contratados durante o exercício de 2012, obtidos pela Matriz de Insumo-Produto;

Vide Item 6.3.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Dale W.; LIM, Joseph Y. **Intereste rates, subsidies and directed credit programs in the Phillippines**: Credit Policy Improvement Program: CPIP. [S.l.: s.n.], 2000.

ALBUQUERQUE, R. C. de. **Nordeste**: sugestões para uma estratégia de desenvolvimento. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2002.

BECKER, S. O.; ICHINO, A. Estimation of average treatment effects based on propensity score. **The Stata Journal**, v. 2, n. 4, p. 358-377, 2002.

BNB. **Comércio exterior**: região nordeste e estados. [S.l.], 2011. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/etene/etene/docs/comercio_exterior2011.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2012.

_____. **Manual básico de operações de crédito**. [S.l.], 2012.

_____. **Programação 2012**: Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste. Fortaleza, 2011.

BRASIL. Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001. Dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 15 jan. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10177.htm>. Acesso em: 16 mar. 2009.

_____. Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009. Altera a legislação tributária federal e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5 jun. 2009. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-1/leis-ordinarias/legislacao-1/leis-ordinarias/2009#content>>. Acesso: mar. 2012.

_____. Lei 12.249, de 11 de junho de 2010. Institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste – REPENEC; cria o Programa Um Computador por Aluno – PROUCA e institui o Regime Especial de Aquisição de Computadores para Uso Educacional – RECOMPE; prorroga benefícios fiscais; constitui fonte de recursos adicional aos agentes financeiros do Fundo da Marinha Mercante – FMM para financiamentos de projetos aprovados pelo Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante – CDFMM; institui o Regime Especial para a Indústria Aeronáutica Brasileira – RETAERO; dispõe sobre a Letra Financeira e o Certificado de Operações Estruturadas; ajusta o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV; altera as Leis nºs 8.248, de 23 de outubro de 1991, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.484, de 31 de maio de 2007, 11.488, de 15 de junho de 2007, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 11.948, de 16 de junho de 2009, 11.977, de 7 de julho de 2009, 11.326, de 24 de julho de 2006, 11.941, de 27 de maio de 2009, 5.615, de 13 de outubro de 1970, 9.126, de 10 de novembro de 1995, 11.110, de 25 de abril de 2005, 7.940, de 20 de dezembro de 1989, 9.469, de 10 de julho de 1997, 12.029, de 15 de setembro de 2009, 12.189, de 12 de janeiro de 2010, 11.442, de 5 de janeiro de 2007, 11.775, de 17 de setembro de 2008, os Decretos-Leis nos 9.295, de 27 de maio de 1946, 1.040, de 21 de outubro de 1969, e a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; revoga as Leis nos 7.944, de 20 de dezembro de 1989, 10.829, de 23 de dezembro de 2003, o Decreto-Lei nº 423, de 21 de janeiro de 1969; revoga dispositivos das Leis nos 8.003, de 14 de março de 1990, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 5.025, de 10 de junho de 1966, 6.704, de 26 de outubro de 1979, 9.503, de 23 de setembro de 1997; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 14 jun. 2010. Disponível em: <[FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE](http://www4.planal-</p></div><div data-bbox=)

to.gov.br/legislacao/legislacao-1/leis-ordinarias/legislacao-1/leis-ordinarias/2010#content>. Acesso: mar. 2012.

_____. Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995. Dispõe sobre a aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP sobre empréstimos concedidos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e dos Fundos de Investimentos do Nordeste e da Amazônia e do Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo, e com recursos das Operações Oficiais de Crédito, altera dispositivos da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 13 nov. 2013. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-1/leis-ordinarias/legislacao-1/leis-ordinarias/1995#content>>. Acesso: mar. 2012.

_____. Lei nº 16.716, de 21 de setembro de 2012. Altera as Leis nos 10.177, de 12 de janeiro de 2001, 7.827, de 27 de setembro de 1989, 11.524, de 24 de setembro de 2007, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 9.469, de 10 de julho de 1997, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 8.029, de 12 de abril de 1990, 10.954, de 29 de setembro de 2004, e 11.314, de 3 de julho de 2006; e dá outras providências. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-1/leis-ordinarias/2012-leis-ordinarias#content>>. Acesso: mar. 2012.

_____. Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989. Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o FNO, o FNE e o FCO e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 set. 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7827.htm>. Acesso em: 16 mar. 2009.

_____. Ministério da Integração Nacional. Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Brasília, DF, [20--]. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/desenvolvimentoregional/pndr/objetivos.asp#objetivos>>. Acesso em: 12 mar. 2012.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados: CAGED**. Brasília, DF, 2008a. 1 CD-ROM.

_____. **Relação Anual de Informações Sociais: RAIS**. Brasília, DF, 2008b. 1 CD-ROM.

BRASIL. Nota Técnica nº 45. Adequação dos Critérios de Classificação do Porte dos Tomadores no Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e de outras condições. Disponível em: <<http://www.sudene.gov.br/conteudo/download/13%20Reuniao%20Condell.2%20-%20Nota%20Tecnica%20MI-Classificacao%20do%20Porte%20do%20Tomador%20no%20FNE.pdf>>. Acesso em: 6 mar. 2012.

_____. Resolução nº 040/2011. Aprova “ad referendum” do Conselho Deliberativo, a Proposição nº 038/2011, referente às Diretrizes e Prioridades do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE para o exercício de 2012. Disponível em: <<http://www.sudene.gov.br/system/resources/BAhbBlSgOgZmSSl6MjAxMi8wNC8yNC8xNS8yMC8wOS8yMDQvcMvZb2x1Y2FvX2Nvb-mRlbf8wNDBfMjAxMS5wZGYGOgZFVA/resolucao-condel-040-2011.pdf>>. Acesso em: 1 mar. 2012.

_____. Resolução nº 030/2010. Aprova, com alterações, a Proposição nº 029/2010, que Regulamenta a Liquidação de Dívidas do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste-FNE, pelo Equivalente Financeiro do Valor Atual dos Bens Passíveis de Penhora nos termos do art. 15-D da Lei nº 7.827/89. Disponível em: <<http://www.sudene.gov.br/system/resources/BAhbBlSgOgZmSSl6MjAxMi8wNC8yNC8xNS8yMC8wNy8zNzMvcMvZb2x1Y2FvX2Nvb-mRlbf8wMzBfMjAxMC5wZGYGOgZFVA/resolucao-condel-030-2010.pdf>>. Acesso em: mar. 2012.

_____. Resolução nº 055/2012. Aprova, com alterações, a Proposição nº 053/2012, que trata de ajustes ao regulamento que orienta a liquidação de dívidas do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), pelo equivalente financeiro do valor

International Food Policy Research Institute, 1989.
Cap. 13.

SCHREINER, M.; YARON, J. **Development finance institutions**: measuring their subsidy: directions in development. [S.l.]: World Bank, 2001.

SOARES, R. B. **Impacto de emprego e renda e custo dos empréstimos públicos**: o caso do FNE: relatório final de projeto. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2012.

SOUSA, J. M. P.; NOTTINGHAN, P. T.; GONÇALVES, M. F. **Metodologia de avaliação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)**. Fortaleza: BNB, 2010.

SOUSA, J. M. P.; SOARES, R. B.; PEREIRA NETO, A. **Avaliação de impactos do FNE**: emprego, massa salarial e salário médio. Fortaleza: BNB, 2009. (Série Avaliação de Políticas Públicas do BNB).

TONETO JR., R.; GREMAUD, A. P. Microcrédito e o financiamento rural: recomendações de desempenho e gestão a partir da experiência mundial. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 25, jun./dez. 2002.

VIDAL, M. F.; GONÇALVES, M. F. **O segmento da pesca marinha na costa nordestina**. Fortaleza: BNB, 2010. (Série Documentos do Etene, n. 28).

ANEXOS

Tabela 1A – FNE – Contratações (1) por Estados e Setores na Região Semiárida – Exercício de 2012

Valores em R\$ Mil

Estado	Rural	Agroindustrial	Industrial	Turismo	Infraestrutura	Comércio e Serviços	Total Estado	Estado/Total (%)
Alagoas	78.415	-	4.293	428	-	105.187	188.323	4,0
Bahia	560.569	3.798	179.767	4.022	-	189.300	937.456	19,9
Ceará	391.823	5.754	698.324	12.942	4.516	291.362	1.404.721	29,8
Espírito Santo	-	-	-	-	-	-	-	-
Maranhão	-	-	-	-	-	-	-	-
Minas Gerais	256.388	592	4.177	967	-	61.585	323.709	6,9
Paraíba	134.078	2.501	26.243	1.444	-	87.236	251.502	5,3
Pernambuco	361.049	2.719	112.398	5.374	-	157.448	638.988	13,6
Piauí	270.040	1.652	7.694	1.965	-	57.994	39.345	7,2
Rio Grande do Norte	180.343	5.848	97.309	1.998	-	182.619	468.117	9,9
Sergipe	124.432	2.549	8.657	91	-	25.845	161.574	3,4
Total	2.357.137	25.413	1.138.862	29.231	4.516	1.158.576	4.713.735	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Tabela 2A – FNE – Contratações (1) por Estados e Setores na Região Fora do Semiárido – Exercício de 2012

Valores em R\$ Mil

Estado	Rural	Agroindustrial	Industrial	Turismo	Infraestrutura	Comércio e Serviços	Total Estado	Estado/Total (%)
Alagoas	63.938	61.064	126.234	6.905	-	67.517	325.658	4,5
Bahia	795.551	6.295	308.686	62.631	188.435	146.916	1.508.514	20,8
Ceará	65.664	1.226	29.901	6.887	-	70.966	174.644	2,4
Espírito Santo	50.588	6.633	5.072	-	-	18.678	80.971	1,1
Maranhão	651.163	945	44.518	14.864	114.557	260.428	1.086.475	15,0
Minas Gerais	164.114	250	142.562	1.540	-	51.466	359.932	5,0
Paraíba	37.682	642	260.233	9.585	-	67.945	376.087	5,2
Pernambuco	61.649	10.533	1.460.170	194.087	-	471.548	2.197.987	30,3
Piauí	498.726	7.245	39.798	2.726	-	115.382	663.877	9,2
Rio Grande do Norte	13.797	1.157	10.675	4.653	-	137.931	168.213	2,3
Sergipe	101.468	12.051	74.209	26.509	-	99.857	314.094	4,3
Total	2.504.340	108.041	2.502.058	330.387	302.992	1.508.634	7.256.452	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratação” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Tabela 3A – FNE – Contratações por Estado e Zona Climática – Exercício de 2012

Valores em R\$ Mil

Estado	Semiárido	Fora do Semiárido	Total	
			Valor	(%)
Alagoas	188.323	325.658	513.981	4,3
Bahia	937.456	1.508.514	2.445.970	20,4
Ceará	1.404.721	174.644	1.579.365	13,2
Espírito Santo	-	80.971	80.971	0,7
Maranhão	-	1.086.475	1.086.475	9,1
Minas Gerais	323.709	359.932	683.641	5,7
Paraíba	251.502	376.087	627.589	5,2
Pernambuco	638.988	2.197.987	2.836.975	23,7
Piauí	339.345	663.877	1.003.222	8,4
Rio Grande do Norte	468.117	168.213	636.330	5,3
Sergipe	161.574	314.094	475.668	4,0
Total	4.713.735	7.256.452	11.970.187	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria.

Tabela 4A – FNE – Ativo, Comprometimentos e Disponibilidades por Zona Climática – Posição: 31.12.2012

Valores em R\$ Mil

Especificação	Semiárido	Fora do Semi-árido	Total	
			Valor	(%) de (A)
Ativo Total (A)	21.424.065	21.424.065	42.848.130	100,0
Recursos Comprometidos (B)	16.781.008	26.197.833	42.978.841	100,3
Recursos Aplicados	14.999.143	21.316.739	36.315.882	84,7
Operações de Crédito	15.167.483	20.478.117	35.645.600	83,2
Provisão para Operações de Crédito	(573.333)	(318.694)	(892.027)	(2,1)
PROAGRO a Receber	6.154	1.060	7.214	-
Devedores por Repasses/BNB	354.134	978.249	1.332.382	3,1
Devedores por Repasses/Instituições Operadoras	43.233	176.020	219.253	0,5
Títulos do PROAGRO/Dívida Agrária	583	787	1.370	-
Outros Créditos	889	1.201	2.090	-
Recursos Comprometidos c/Op. Crédito	1.781.865	4.881.094	6.662.959	15,6
Recursos a Comprometer (C) = (A – B)	4.643.057	(4.773.768)	(130.711)	(0,3)
Valores a Comprometer Ops. Contratadas (D)	597.208	935.931	1.533.139	3,6
Demanda nas Agências (E)	592.838	2.802.482	3.395.320	7,9
Insuficiência/Excesso de Demanda (F) = (C – D – E)	3.453.011	(8.512.181)	(5.059.170)	(11,8)

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria.

Tabela 5A – FNE – Contratações em Relação ao PIB Rural dos Estados – Exercício de 2012

Valores em R\$ Mil

Estados	Contratações Setor Rural (A)	PIB Setor Primário (B)	A / B (%)
Alagoas	142.353	1.675.447	8,5
Bahia	1.356.120	11.118.804	12,2
Ceará	457.487	3.220.096	14,2
Espírito Santo (1)	50.588	2.612.431	1,9
Maranhão	651.163	7.909.832	8,2
Minas Gerais (2)	420.502	3.561.308	11,8
Paraíba	171.760	1.375.891	12,5
Pernambuco	422.698	4.156.325	10,2
Piauí	768.766	1.379.599	55,7
Rio Grande do Norte	194.140	1.367.765	14,2
Sergipe	225.900	1.115.111	20,3
Total	4.861.477	39.492.610	12,3

Fontes: BNB-ETENE e IBGE – Contas Regionais 2010.

Notas: (1) O PIB Rural do Norte do Espírito Santo corresponde à soma dos municípios da área de atuação do BNB; (2) O PIB Rural do Norte de Minas Gerais corresponde à soma dos municípios da área de atuação do BNB. (3) O PIB setorial corresponde ao Valor Adicionado Bruto de 2010 atualizado para dezembro de 2012 pelo IGP-DI da FGV (índice acumulado do período de 113,50%).

Tabela 6A – FNE – Contratações em Relação ao PIB Industrial dos Estados – Exercício de 2012

Valores em R\$ Mil

Estados	Contratações Setor Industrial (A)	Contratações Setor Turismo (A)	PIB Setor Secundário (B)	A / B (%)
Alagoas	130.527	7.333	5.275.886	2,47
Bahia	488.453	66.653	46.636.051	1,05
Ceará	728.225	19.829	18.371.698	3,96
Espírito Santo	5.072	-	2.578.108	0,20
Maranhão	44.518	14.864	7.208.062	0,62
Minas Gerais	146.739	2.507	4.413.505	3,32
Paraíba	286.476	11.029	7.301.846	3,92
Pernambuco	1.572.568	199.461	20.516.619	7,66
Piauí	47.492	4.691	4.110.473	1,16
Rio Grande do Norte	107.984	6.651	6.955.348	1,55
Sergipe	82.866	26.600	6.927.878	1,20
Total	3.640.920	359.618	130.295.475	2,79

Fontes: BNB-Etene e IBGE – Contas Regionais 2010.

Notas: (1) O PIB Industrial do Norte do Espírito Santo corresponde à soma dos municípios da área de atuação do BNB. (2) O PIB Industrial do Norte de Minas Gerais corresponde à soma dos municípios da área de atuação do BNB. (3) O PIB setorial corresponde ao Valor Adicionado Bruto de 2010 atualizado para dezembro de 2012 pelo IGP-DI da FGV (índice acumulado do período de 113,50%).

Tabela 7A – FNE – Saldos das Aplicações e Inadimplência por Risco (1) – Posição: 31.12.2012

Valores em R\$ Mil

Risco	Aplicações	Inadimplência	%
Integral BNB	1.134.273	10.000	0,9
Exclusivo FNE	5.694.002	391.621	6,9
Compartilhado FNE / BNB	29.511.782	780.810	2,6
PROCERA	204.069	98.634	48,3
TOTAL	36.544.126	1.281.065	3,5

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Inclusive o saldo de recursos aplicados dos Repasses ao BNB com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827/1989.

Tabela 8A – FNE – Saldos de Aplicações por Unidade Federativa da Agência e Programa (1) – Posição: 31.12.2012

Valores em R\$ Mil

Estado	Programas Setoriais										Programas Multissetoriais					Total
	PRONAF	Programa da Terra	Rural (2)	Aquipesca	Profrota Pesqueira	Industrial (3)	Agrím (36)	Proatuar	Comércio e Serviços (3)	Proinfra (3)	Inovação	Verde	Procultura	Micro e Pequena Empresa	Empreendedor Individual	
ALAGOAS	241.680	25.924	393.336	553	-	384.519	122.112	57.327	181.305	-	567	4	-	106.700	148	1.514.175
BAHIA	914.500	38.890	2.342.014	60.001	12.004	805.318	99.603	299.187	470.700	1.621.681	956	434.345	8	524.638	1.149	7.624.994
CEARÁ	887.448	8.112	1.001.823	154.420	-	1.216.462	152.988	105.346	705.871	937.944	676	375.241	13.811	899.732	3.157	6.463.031
ESPIRITO SANTO	37.678	-	146.255	-	-	7.355	53.792	6.444	43.989	-	426	30.474	-	25.957	56	352.426
MARANHÃO	677.920	24.868	1.616.195	21.085	-	306.247	155.957	42.449	610.884	221.405	346	66.292	44	300.670	682	4.045.044
MINAS GERAIS	359.103	3.782	934.192	-	-	85.863	5.526	6.295	51.210	10.134	-	296.627	-	199.507	1.712	1.953.951
PARAÍBA	274.225	25.465	239.438	4.196	6.821	200.739	15.221	43.510	144.854	576.808	5.824	30.680	-	222.728	358	1.790.867
PERNAMBUCO	712.092	31.700	698.837	7.958	4.519	755.619	173.872	229.743	908.128	974.154	183	418.460	19	442.832	431	5.358.547
PIAUÍ	510.636	858	936.353	2.844	-	33.187	9.620	27.991	360.695	288.662	-	20.606	-	245.428	450	2.437.330
RIO DE JANEIRO (4)	-	-	-	-	-	-	-	-	38.402	442.007	-	-	-	-	-	480.409
RIO GRANDE DO NORTE	352.966	20.189	332.130	58.568	-	368.997	18.360	34.213	180.175	135.893	1.634	930.144	14	257.323	1.800	2.692.406
SÃO PAULO (4)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	136.250	-	-	-	-	-	136.250
SERGIPE	237.596	24.282	509.132	5.761	-	190.937	346.050	35.590	139.693	-	410	1.989	-	202.195	1.061	1.694.696
Total	5.205.844	204.070	9.149.705	315.386	23.344	4.355.243	1.153.101	888.095	3.835.906	5.344.938	11.022	2.604.862	13.896	3.427.710	11.004	36.544.126

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Inclusive o saldo de recursos aplicados dos Repasses ao BNB com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827/1989, (2) Exceto Pronaf, Programa da Terra, Aquipesca e Profrota Pesqueira e Programas Multissetoriais. (3) Exceto Programas Multissetoriais. (4) Financiamentos contratados nas agências desses estados, para empreendimentos localizados em estados da área de atuação do FNE.

**Tabela 9A – FNE – Saldos de Aplicações por Unidade Federativa da Agência e Porte de Tomadores (1) –
Posição: 31.12.2012**

Valores em R\$ Mil

Estado	Cooperativas/ Associações	Micro e mini	Pequeno	Pequeno- -médio	Médio	Grande	Total
ALAGOAS	49.525	384.033	168.375	21.996	237.119	653.127	1.514.175
BAHIA	57.867	1.449.930	905.593	147.393	1.304.767	3.759.444	7.624.994
CEARÁ	23.469	1.487.642	981.162	34.072	1.270.882	2.665.804	6.463.031
ESPÍRITO SANTO	-	59.489	56.653	4.799	102.114	129.371	352.426
MARANHÃO	18.409	987.925	528.874	117.147	561.378	1.831.311	4.045.044
MINAS GERAIS	16.715	576.606	375.841	51.995	268.494	664.300	1.953.951
PARAÍBA	18.568	434.580	275.224	33.034	235.973	793.488	1.790.867
PERNAMBUCO	21.991	1.002.958	514.068	49.979	798.162	2.971.389	5.358.547
PIAUI	19.416	678.881	352.876	140.235	288.974	956.948	2.437.330
RIO DE JANEIRO	-	-	-	-	-	480.409	480.409
RIO GRANDE DO NORTE	43.661	493.878	353.306	37.008	559.516	1.205.037	2.692.406
SÃO PAULO	-	-	-	-	-	136.250	136.250
SERGIPE	4.321	459.633	308.006	30.437	410.379	481.920	1.694.696
Total	273.942	8.015.555	4.819.978	668.095	6.037.758	16.728.798	36.544.126

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Inclusive o saldo de recursos aplicados dos Repasses ao BNB com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827/1989.

Tabela 10A – FNE – Saldos de Aplicações por Porte de Tomadores e Programa (1) – Posição: 31.12.2012

Valores em R\$ Mil

Porte	Programas Setoriais										Programas Multissetoriais					Total
	PRONAF	Programa da Terra	Rural (2)	Aquipesca	Pro-frota Pesqueira	Industrial (3)	Agrín (3)	Proatur	Comércio e Serviços (3)	Proinfra (3)	Inovação	Verde	Procul-tura	Micro e Pequena Empresa	Empre-endedor Individual	
Cooperati-vas/Assoc	142	52.535	178.032	-	18.825	6.142	12.036	-	4.368	-	-	-	-	1.862	-	273.942
Mini/Micro	5.205.204	105.178	1.974.028	10.114	-	7.769	984	4.103	69.052	-	616	6.108	85	621.377	10.937	8.015.555
Pequeno	489	46.325	1.646.484	7.713	-	58.424	20.096	48.476	152.354	-	2.024	33.705	185	2.803.636	67	4.819.978
Pequeno-Médio	-	-	412.536	3.563	-	55.573	7.199	9.201	177.138	-	-	2.885	-	-	-	668.095
Médio	9	4	1.488.710	49.284	4.519	933.638	322.671	396.746	1.627.029	184.782	2.250	1.019.128	8.153	835	-	6.037.758
Grande	-	28	3.449.915	244.712	-	3.293.697	790.115	429.569	1.805.965	5.160.156	6.132	1.543.036	5.473	-	-	16.728.798
Total	5.205.844	204.070	9.149.705	315.386	23.344	4.355.243	1.153.101	888.095	3.835.906	5.344.938	11.022	2.604.862	13.896	3.427.710	11.004	36.544.126

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Inclusive o saldo de recursos aplicados dos Repasses ao BNB com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827/1989. (2) Exceto PRONAF, Programa da Terra, Aquipesca e Profrota Pesqueira e Programas Multissetoriais. (3) Exceto Programas Multissetoriais.

Tabela 11A – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Município da Agência e Tipologia (1) – Posição: 31.12.2012

Vide CD-ROOM anexo

Tabela 12A – FNE – Saldos das Aplicações e Atraso por Programa e Zona Climática do Município do Empreendimento (1) – Posição:
31.12.2012

Valores em R\$ Mil

Programas	Semiárido			Fora do Semiárido			Total		
	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)
AGRIN	336.937	9.464	2,8	814.350	23.915	2,9	1.151.287	33.379	2,9
AGRIN-GIRO ESPECIAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AQUIPESCA	114.073	10.956	9,6	201.313	19.271	9,6	315.386	30.227	9,6
DITEC-PRODESA	93.113	13.244	14,2	875	134	15,3	93.988	13.378	14,2
DITEC-PRODUR	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DITEC-PROINTEC	13.753	1.918	13,9	442	38	8,6	14.195	1.956	13,8
FNE INDUS-INUNDAÇÕES/2000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FNE RURAL-INUNDAÇÕES/2000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FNE VERDE/SERVIÇOS	3.092	-	-	3.848	-	-	6.940	-	-
FNE VERDE-INDUSTRIAL	482.306	338	0,1	633.923	710	0,1	1.116.229	1.048	0,1
FNE VERDE-INFRAESTRUTURA	962.971	-	-	43.963	-	-	1.006.934	-	-
FNE VERDE-RURAL	105.956	448	0,4	368.643	836	0,2	474.599	1.284	0,3
FNE/EI-SECA/2012-COMÉRCIO	560	-	-	39	-	-	599	-	-
FNE/EI-SECA/2012-INDÚSTRIA	37	-	-	-	-	-	37	-	-
FNE/EI-SECA/2012-SERVIÇOS	294	-	-	-	-	-	294	-	-
FNE/MPE-SECA/2012-AGROINDUSTR.	3.044	3	0,1	419	-	-	3.463	3	0,1
FNE/MPE-SECA/2012-COMÉRCIO	286.399	243	0,1	39.120	23	0,1	325.519	266	0,1
FNE/MPE-SECA/2012-INDÚSTRIA	38.588	49	0,1	3.802	1	-	42.390	50	0,1
FNE/MPE-SECA/2012-SERVIÇOS	14.423	17	0,1	809	-	-	15.232	17	0,1
FNE-AQUISIÇÃO DE CTN	384	121	31,5	549	65	11,8	933	186	19,9
FNE-COMÉRCIO	387.885	13.823	3,6	1.450.278	22.767	1,6	1.838.163	36.590	2,0
FNE-EI/AGROINDÚSTRIA	-	-	-	6	-	-	6	-	-
FNE-EI/COMÉRCIO	3.810	68	1,8	2.250	42	1,9	6.060	110	1,8
FNE-EI/CULTURA-SERVIÇOS	4	-	-	-	-	-	4	-	-
FNE-EI/INDÚSTRIA	578	14	2,4	433	8	1,8	1.011	22	2,2
FNE-EI/SERVIÇOS	1.540	27	1,8	1.371	30	2,2	2.911	57	2,0

continua

continuação

Tabela 12A – FNE – Saldos das Aplicações e Atraso por Programa e Zona Climática do Município do Empreendimento (1) – Posição:
31.12.2012

Programas	Valores em R\$ Mil									
	Semiárido			Fora do Semiárido			Total			Inadimplên- cia (%)
	Aplicações	Atraso	Inadimplên- cia (%)	Aplicações	Atraso	Inadimplên- cia (%)	Aplicações	Atraso	Inadimplên- cia (%)	
FNE-EI/TURISMO	33	2	6,1	50	-	-	83	2	2,4	
FNE-ESTIAGEM/98	18.838	4.074	21,6	3.466	623	18,0	22.304	4.697	21,1	
FNE-IRRIGAÇÃO/SECA-2012	475	-	-	-	-	-	475	-	-	
FNE-MPE-AGROINDÚSTRIA	20.212	242	1,2	20.225	360	1,8	40.437	602	1,5	
FNE-MPE-COMÉRCIO	650.877	16.100	2,5	607.343	17.934	3,0	1.258.220	34.034	2,7	
FNE-MPE-CULTURA/COMÉRCIO	-	-	-	15	-	-	15	-	-	
FNE-MPE-CULTURA/INDÚSTRIA	-	-	-	18	-	-	18	-	-	
FNE-MPE-CULTURA/SERVIÇOS	1.461	76	5,2	3.127	6	0,2	4.588	82	1,8	
FNE-MPE-INDÚSTRIA	218.532	6.280	2,9	229.910	6.023	2,6	448.442	12.303	2,7	
FNE-MPE-SERVIÇOS	483.952	21.333	4,4	627.216	17.475	2,8	1.111.168	38.808	3,5	
FNE-MPE-TURISMO	71.949	859	1,2	106.267	897	0,8	178.216	1.756	1,0	
FNE-OP.EST/98 ADQ.-LEI 11322	3.138	441	14,1	846	112	13,2	3.984	553	13,9	
FNE-OP.EST/98 CONV.-LEI10464	2.770	679	24,5	501	100	20,0	3.271	779	23,8	
FNE-OP.ESTI/98 CONV.-LEI10696	7.774	1.377	17,7	1.069	188	17,6	8.843	1.565	17,7	
FNE-OP.PRONAF ADQ.-LEI 11322	1.464	226	15,4	1.349	211	15,6	2.813	437	15,5	
FNE-OP.PRONAF CONV.-LEI10464	58.279	15.294	26,2	13.030	2.884	22,1	71.309	18.178	25,5	
FNE-OP.PRONAF CONV.-LEI10696	10.658	2.088	19,6	8.008	1.538	19,2	18.666	3.626	19,4	
FNE-OUTR.OP.ADQ.-LEI 11322	87.641	11.969	13,7	43.191	4.934	11,4	130.832	16.903	12,9	
FNE-OUTR.OP.CONV.-LEI10464	24.546	6.122	24,9	4.202	989	23,5	28.748	7.111	24,7	
FNE-OUTR.OP.CONV.-LEI10696	54.860	8.578	15,6	10.588	1.754	16,6	65.448	10.332	15,8	
FNE-SECA/2012-AGROINDÚSTRIA	1.514	-	-	301	-	-	1.815	-	-	
FNE-SECA/2012-COMÉRCIO	27.288	39	0,1	2.412	-	-	29.700	39	0,1	
FNE-SECA/2012-INDÚSTRIA	4.078	-	-	814	-	-	4.892	-	-	
FNE-SECA/2012-RURAL	109.475	-	-	11.526	-	-	121.001	-	-	
FNE-SECA/2012-SERVIÇOS	1.009	-	-	-	-	-	1.009	-	-	
FNE-SERVIÇOS	354.099	16.347	4,6	1.612.792	39.201	2,4	1.966.891	55.548	2,8	

continua

Tabela 12A – FNE – Saldos das Aplicações e Atraso por Programa e Zona Climática do Município do Empreendimento (1) – Posição:
31.12.2012

Programas	Semiáriorido				Fora do Semiáriorido				Total			
	Aplicações	Atraso	Inadimplên- cia (%)	Inadimplên- cia (%)	Aplicações	Atraso	Inadimplên- cia (%)	Inadimplên- cia (%)	Aplicações	Atraso	Inadimplên- cia (%)	Inadimplên- cia (%)
	Valores em R\$ Mil											
FNE-VERDE/RECUPER.AMBIENTAL	-	-	-	-	159	-	-	-	159	-	-	-
INDUSTRIAL	1.493.074	35.491	2,4	2,4	2.818.878	53.871	1,9	1,9	4.311.952	89.362	2,1	2,1
INOVAÇÃO-COMERCIAL	134	-	-	-	366	29	7,9	7,9	500	29	5,8	5,8
INOVACAO-INDUSTRIAL	534	-	-	-	2.152	33	1,5	1,5	2.686	33	1,2	1,2
INOVACAO-IRRIGACAO	490	-	-	-	-	-	-	-	490	-	-	-
INOVACAO-RURAL	77	-	-	-	6.384	-	-	-	6.461	-	-	-
INOVACAO-SERVICOS	-	-	-	-	885	3	0,3	0,3	885	3	0,3	0,3
IRRIGACAO	20.865	-	-	-	16.791	-	-	-	37.656	-	-	-
MINERAL-CONC. LICENCIAMENTO	15	-	-	-	-	-	-	-	15	-	-	-
MINERAL-PESQUISA	773	773	100,0	100,0	-	-	-	-	773	773	100,0	100,0
MINERAL-PME	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OP.FAT.PRONAF RECLASSIF-FNE	66	9	13,6	13,6	574	110	19,2	19,2	640	119	18,6	18,6
OP.FAT/ESTIAG-RECLASSIF-FNE	301	22	7,3	7,3	76	5	6,6	6,6	377	27	7,2	7,2
OP.SECURIT/MIX-RECLASSIF.P/FNE	-	-	-	-	55	-	-	-	55	-	-	-
OUT.OP.C/MIX-RECLASSIF.P/FNE	12.933	1.531	11,8	11,8	27.901	1.464	5,2	5,2	40.834	2.995	7,3	7,3
OUTRAS OP.FAT-RECLASSIF-FNE	13.437	1.070	8,0	8,0	6.407	662	10,3	10,3	19.844	1.732	8,7	8,7
PROAGRI	35.325	4.417	12,5	12,5	76.385	5.006	6,6	6,6	111.710	9.423	8,4	8,4
PROATUR	54.604	3.635	6,7	6,7	833.491	10.986	1,3	1,3	888.095	14.621	1,6	1,6
PROCAR	180	32	17,8	17,8	74	1	1,4	1,4	254	33	13,0	13,0
PROCI/OUTRAS OP./RISCO BNB	962	-	-	-	294	-	-	-	1.256	-	-	-
PROCI/OUTRAS OP.FNE/RISCO.COMP	2.217	-	-	-	1.678	-	-	-	3.895	-	-	-
PROCI/OUTRAS OP.FNE/RISCO BNB	199	-	-	-	44	-	-	-	243	-	-	-
PROCI/OUTRAS OP.FNE/RISCO FNE	2.098	-	-	-	433	-	-	-	2.531	-	-	-
PROCI/PRONAF-A/RISCO-FNE	258	-	-	-	-	-	-	-	258	-	-	-
PROCI/PRONAF-AC/RISCO-FNE	19	-	-	-	-	-	-	-	19	-	-	-
PROCI/PRONAF-B/RISCO-FNE	2	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-

continua

continuação

Tabela 12A – FNE – Saldos das Aplicações e Atraso por Programa e Zona Climática do Município do Empreendimento (1) – Posição:
31.12.2012

Programas	Valores em R\$ Mil									
	Semiário			Fora do Semiário			Total			Inadimplência (%)
	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)	
PROCIR/PRONAF-JOV-MULH/RIS. COM	55	-	-	-	-	-	55	-	-	-
PROCIR/PRONAF-OUTROS/RISC. COMP	1.605	-	-	249	-	-	1.854	-	-	-
PROCIR/PRONAF-OUTROS/RISCO BNB	14	-	-	13	-	-	27	-	-	-
PROCIR/PRONAF-OUTROS/RISCO-FNE	28	-	-	67	-	-	95	-	-	-
PROCIR/PRONAF-S. ÁRIDO/RISC. FNE	187	-	-	-	-	-	187	-	-	-
PROCOOP	-	-	-	545	46	8,4	545	46	8,4	8,4
PROCULTURA-COMÉRCIO	-	-	-	5.492	-	-	5.492	-	-	-
PROCULTURA-SERVIÇOS	204	15	7,4	8.200	-	-	8.404	15	0,2	0,2
PRODESA	12.778	1.838	14,4	673	73	10,8	13.451	1.911	14,2	14,2
PRODETEC INDUSTRIAL	1.425	120	8,4	116	18	15,5	1.541	138	9,0	9,0
PRODETEC RURAL	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-
PRODETEC-COMERCIAL	45	26	57,8	24	4	16,7	69	30	43,5	43,5
PRODETEC-INCUBADAS	-	-	-	145	21	14,5	145	21	14,5	14,5
PRODETEC-P&D	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRODETEC-PROINTEC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRODETEC-PROTEC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRODETEC-SERVIÇOS	-	-	-	74	-	-	74	-	-	-
PRODETEC-TRANSFER	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRODIN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRODIN-MET. MEC.-GIRO ESPECIAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRODIN-METAL MECÂNICA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRODIN-MIN. N. METAL. -GIRO ESP.	-	-	-	59	24	40,7	59	24	40,7	40,7
PRODIN-MINERAL N. METÁLICO	76	24	31,6	864	-	-	940	24	2,6	2,6

continua

Tabela 12A – FNE – Saldos das Aplicações e Atraso por Programa e Zona Climática do Município do Empreendimento (1) – Posição:
31.12.2012

Valores em R\$ Mil

Programas	Semiário			Fora do Semiário			Total		
	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)
PRODIN-QUÍMICO	1.209	402	33,3	643	-	-	1.852	402	21,7
PRODIN-QUÍMICO-GIRO ESPECIAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROFIBRA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROFFROTA PESQUEIRA	-	-	-	23.345	1.168	5,0	23.345	1.168	5,0
PROGER	49.692	13.521	27,2	46.355	12.218	26,4	96.047	25.739	26,8
PROGRAMA DA TERRA	75.612	34.095	45,1	128.458	64.539	50,2	204.070	98.634	48,3
PROINFRA	1.791.294	-	-	3.553.644	-	-	5.344.938	-	-
PROIR-AGRICULTURA IRRIGADA	137.754	19.892	14,4	72.879	6.522	8,9	210.633	26.414	12,5
PROMICRO – FNE	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROMOC	153	31	20,3	1	1	100,0	154	32	20,8
PROMOC-GIRO ESPECIAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROMOC (FNE)	12.104	3.237	26,7	10.528	2.308	21,9	22.632	5.545	24,5
PRONAF FLORESTA – FNE	1.801	17	0,9	5.220	14	0,3	7.021	31	0,4
PRONAF GRUPO “A” – FNE	561.942	40.940	7,3	565.277	39.168	6,9	1.127.219	80.108	7,1
PRONAF GRUPO “B” – FNE	584.369	21.794	3,7	443.184	20.611	4,7	1.027.553	42.405	4,1
PRONAF GRUPO “C” – FNE	325.602	54.518	16,7	100.004	18.779	18,8	425.606	73.297	17,2
PRONAF GRUPO “D” – FNE	155.880	26.606	17,1	106.261	20.332	19,1	262.141	46.938	17,9
PRONAF GRUPO “E” – FNE	5.143	556	10,8	3.770	354	9,4	8.913	910	10,2
PRONAF GRUPO A/C – FNE	8.203	1.631	19,9	5.964	2.001	33,6	14.167	3.632	25,6
PRONAF JOVEM – FNE	1.762	136	7,7	1.005	75	7,5	2.767	211	7,6
PRONAF MULHER – FNE	63.385	6.877	10,8	19.209	1.318	6,9	82.594	8.195	9,9
PRONAF SEMIÁRIO – FNE	138.954	6.956	5,0	-	-	-	138.954	6.956	5,0
PRONAF/AGREGAR (FNE)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRONAF/ESTIAGEM 2010-FNE	798	172	21,6	-	-	-	798	172	21,6
PRONAF/SECA-2012/CUST./GRP.B	19.152	-	-	284	-	-	19.436	-	-
PRONAF/SECA-2012/CUST./OUTROS	55.635	-	-	5.644	-	-	61.279	-	-

continua

continuação

Tabela 12A – FNE – Saldos das Aplicações e Atraso por Programa e Zona Climática do Município do Empreendimento (1) – Posição: 31.12.2012

Programas	Valores em R\$ Mil											
	Semiário			Fora do Semiário			Total					
	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)
PRONAF-A/FAT OP. ADQ. P/FNE	1.423	390	27,4	7.628	1.033	13,5	9.051	1.423	15,7	-	-	-
PRONAF-AGRINF (FNE)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRONAF-AGROECOLOGIA (FNE)	44	-	-	-	-	-	44	-	-	-	-	-
PRONAF-AGROINDÚSTRIA (FNE)	1.313	103	7,8	501	41	8,2	1.814	144	7,9	-	-	-
PRONAF-COMIUM (FNE)	197.492	16.233	8,2	121.330	7.681	6,3	318.822	23.914	7,5	-	-	-
PRONAF-ECO (FNE)	4.804	-	-	667	1	0,1	5.471	1	-	-	-	-
PRONAF-EMERGENCIAL/2009	913	359	39,3	102	47	46,1	1.015	406	40,0	-	-	-
PRONAF-GRUPO A/RECUPERAÇÃO/ FNE	5.172	128	2,5	4.088	137	3,4	9.260	265	2,9	-	-	-
PRONAF-MAIS ALIMENT/REVITALIZA	1.305	6	0,5	672	8	1,2	1.977	14	0,7	-	-	-
PRONAF-MAIS ALIMENTOS (FNE)	482.514	4.084	0,8	272.031	1.021	0,4	754.545	5.105	0,7	-	-	-
PRONAF-S. ÁRID/SECA-2012-OUTROS	458.503	-	-	43.035	-	-	501.538	-	-	-	-	-
PRONAF-S. ÁRIDO/SECA-2012-GRP.B	262.175	1	-	43.125	1	-	305.300	2	-	-	-	-
PROPAN	-	-	-	106	-	-	106	-	-	-	-	-
PROPEC	495.766	70.407	14,2	193.729	20.305	10,5	689.495	90.712	13,2	-	-	-
PROPEC-ENGORDA ESPECIAL	660	-	-	-	-	-	660	-	-	-	-	-
PRO-RENDA	11	2	18,2	14	1	7,1	25	3	12,0	-	-	-
PROTAD-BEBIDA/COMIDA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROTAD-CONFECÇÕES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROTAD-COURO/GALÇADO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROTAD-COURO/PELÉ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROTAD-MADEIRA/MOBIL.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROTAD-PRODS. ALIMENT.	56	12	21,4	14	2	14,3	70	14	20,0	-	-	-
PROTAD-PRODS. ALIMENT. G. ESP.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROTAD-TEXTIL	10.017	723	7,2	18.369	2.410	13,1	28.386	3.133	11,0	-	-	-
PROTAD-TEXTIL-GIRO ESPECIAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

continua


Tabela 12A – FNE – Saldos das Aplicações e Atraso por Programa e Zona Climática do Município do Empreendimento (1) – Posição: 31.12.2012

Programas	Valores em R\$ Mil									
	Semiárioido			Fora do Semiárioido			Total			
	Aplicações	Atraso	Inadimplên- cia (%)	Aplicações	Atraso	Inadimplên- cia (%)	Aplicações	Atraso	Inadimplên- cia (%)	
PROTAD-V. CALC/ART. COURO-G. ESPE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROTAD-VEST. CALC/ART. COURO	62	17	27,4	2.577	22	0,9	2.639	39	1,5	
RECOOP	1.019	243	23,8	18.591	3.216	17,3	19.610	3.459	17,6	
REN.DIVID-RES.2471/98-FNE	365.306	16.335	4,5	365.420	7.439	2,0	730.726	23.774	3,3	
RES.2471-FAT S/MIX RECLASS-FNE	51.142	1.057	2,1	11.995	360	3,0	63.137	1.417	2,2	
RES.2471-MIX RECLASSIF. P/FNE	42.256	1.480	3,5	3.690	150	4,1	45.946	1.630	3,5	
RURAL	2.208.254	109.493	5,0	4.170.601	144.525	3,5	6.378.855	254.018	4,0	
RURAL/PRODECER III-COM RISCO	-	-	-	62.809	1.992	3,2	62.809	1.992	3,2	
RURAL/PRODECER III-SEM RISCO	-	-	-	4.391	79	1,8	4.391	79	1,8	
RURAL-CACAU/ART.7-A/LEI 11.775	-	-	-	1.510	-	-	1.510	-	-	
RURAL-CACAU/MP 432-LEI 11.775	1.874	-	-	103.970	616	0,6	105.844	616	0,6	
RURAL-CRED.PGTO.JUROS-RES.2471	830	236	28,4	2.322	348	15,0	3.152	584	18,5	
RURAL-INUNDAÇÕES 2004 E 2008	1.472	-	-	9.860	155	1,6	11.332	155	1,4	
RURAL-PGT.JUROS/2471-OP.RECLAS	212	29	13,7	368	61	16,6	580	90	15,5	
Total	15.304.689	664.581	4,3	21.239.437	616.484	2,9	36.544.126	1.281.065	3,5	

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Inclusive o saldo de recursos aplicados dos Repasses ao BNB com base no ART. 9º-A da Lei nº 7.827/1989.

Tabela 13A – FNE – Contratações em Mesorregiões – Exercício 2012

Valores em R\$ Mil

Mesorregiões	Programação FNE 2011	Quantidade de Operações	Valor Contratado
Chapada das Mangabeiras	340.000	7.674	669.638
Chapada do Araripe	410.000	37.865	408.342
Vale do Jequitinhonha/Mucuri	279.900	15.444	266.373
Xingó	189.700	36.678	347.092
Bico do Papagaio	130.000	3.990	185.046
Seridó	108.000	12.591	123.191
Águas Emendadas	38.000	2000	25.719
Total	1.495.600	116.242	2.025.401

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 14A – FNE – Contratações em Mesorregiões – Região Semiárida e Outras Regiões – Exercício 2012

Valores em R\$ Mil

Região	Mesorregiões	Quantidade de Operações	Valor Contratado
Semiárido		96.120	1.079.727
	Chapada das Mangabeiras	3.939	144.137
	Chapada do Araripe	37.725	407.924
	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	5.187	57.383
	Xingó	36.678	347.092
	Seridó	12.591	123.191
Outras Regiões		20.122	945.674
	Chapada das Mangabeiras	3.735	525.501
	Chapada do Araripe	140	418
	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	10.257	208.990
	Bico do Papagaio	3.990	185.046
	Águas Emendadas	2.000	25.719
Total		116.242	2.025.401

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 15.A – FNE – Contratações por Mesorregiões – Setor Rural – Exercício de 2012

DISCRIMINAÇÃO	CHAPADA DAS MANGABEIRAS		CHAPADA DO ARARIPE		VALE DO JEQUITINHONHA /MUCURI		XINGÓ		SERIDÓ		BICO DO PAPA-GAIO		ÁGUAS EMENDADAS		TOTAL	
	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR
	Valores em R\$ Mil															
FNE RURAL (Exceto PRONAF)	498	616.233	931	35.134	428	124.860	1.520	94.165	589	19.052	252	85.503	57	16.682	4.275	991.629
PRONAF	6.842	28.632	35.405	182.941	14.449	49.206	34.000	169.055	11.206	47.880	3.554	16.503	1.919	7.504	107.375	501.721
Total	7.340	644.865	36.336	218.075	14.877	174.066	35.520	263.220	11.795	66.932	3.806	102.006	1.976	24.186	111.650	1.493.350

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 16A – FNE – Contratações em Mesorregiões – Setor Agroindustrial – Exercício de 2012

ATIVIDADE	CHAPADA DAS MANGABEIRAS		CHAPADA DO ARARIPE		VALE DO JEQUITINHONHA /MUCURI		XINGÓ		SERIDÓ		BICO DO PAPA-GAIO		ÁGUAS EMENDADAS		TOTAL	
	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR
	Valores em R\$ Mil															
Abate e Prepar. Prod. Carne, Aves e Pescado	-	-	1	85	1	360	-	-	-	-	-	-	-	-	2	445
Ind.Prod.Alimentos	-	-	2	226	-	-	4	175	2	23	-	-	-	-	8	424
Laticínios	-	-	3	159	4	6.727	7	983	4	231	-	-	-	-	18	8.100
Moagem e Benef.	3	115	1	55	1	2.453	2	178	1	100	-	-	-	-	8	2.901
Proces. Benef. Oleos e Gorduras Vegetais e Anim	-	-	5	555	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	555
Proces. Benef. Cana de Açúcar	-	-	-	-	-	-	-	-	3	270	-	-	-	-	3	270
Proces. Benef. Mel de Abelha	-	-	6	701	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	701
Proces. Benef. Frutas e Hortaliças	-	-	2	190	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	190
Total	3	115	20	1.971	6	9.540	13	1.336	10	624	-	-	-	-	52	13.586

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 17A – FNE – Contratações em Mesorregiões – Setor Industrial – Exercício de 2012

Valores em R\$ Mil

ATIVIDADE	Chapada das Mangabeiras		Chapada do Araripe		Vale do Jequitinhonha / Mucuri		Xingó		Seridó		Bico do Papagaio		Águas Emendadas		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Alimentação	-	-	-	198	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	198
Com. Varejista	-	-	1	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	9
Edifícios e Obras de Eng. Civil	-	-	-	-	2	258	-	-	1	173	-	-	-	-	3	431
Ind. Eletroeletrônica	-	-	3	151	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	151
IND. GRAFICA	-	-	10	671	4	186	5	292	5	281	1	30	-	-	25	1.460
IND. METAL-MECANICA	4	96	14	2.547	2	219	5	390	2	40	-	-	-	-	27	3.292
Ind. Calçados	-	-	16	6.544	1	12	1	5.000	5	386	-	-	-	-	23	11.942
Ind. Celulose, Papel e Prod. Papel	-	-	-	-	3	266	1	100	1	92	-	-	-	-	5	458
Ind. Mobiliário	2	25	11	698	3	84	1	90	6	383	1	29	-	-	24	1.309
Ind.Prod.Alimentícios	5	324	19	2.892	17	859	22	926	31	2.897	1	126	-	-	95	8.014
IND.PROD. LIMPEZA, PERFUMARIA, COSMETICOS	-	-	8	629	1	15	-	-	3	99	-	-	-	-	12	743
Ind.Prod. Minerais não Metálicos	12	3.928	65	9.105	3	264	4	215	22	4.432	3	13.058	-	-	109	31.002
Ind.Prod.Plastico	1	47	5	731	-	-	-	-	2	40	-	-	-	-	8	818
Ind. Têxtil	-	-	3	210	-	-	24	1.951	25	2.345	-	-	-	-	52	4.506
Ind. Vestuário e Acessórios	4	107	9	1.029	3	16	5	273	29	1.584	1	58	-	-	51	3.067
Laticínios	-	-	1	35	2	78	-	-	1	114	-	-	-	-	4	227
Moagem e Benef. Extração Vegetal	1	142	2	123	-	-	2	2.928	-	-	-	-	-	-	5	3.193
IND. GELO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	198	-	-	1	198
Ind.Prod. Borracha	1	35	4	344	-	-	1	45	1	9	-	-	-	7	433	
Ind.Tintas, Vernizes e Esmaltes	-	-	-	-	-	-	1	100	-	-	-	-	-	-	1	100
Ind.Bebidas, Exceto Agroindústria	1	694	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	694

continua

Tabela 17A – FNE – Contratações em Mesorregiões – Setor Industrial – Exercício de 2012

conclusão
Valores em R\$ Mil

ATIVIDADE	Chapada das Mangabeiras		Chapada do Araripe		Vale do Jequitinhonha/Mucuri		Xingó		Seridó		Bico do Papagaio		Águas Emendadas		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Serv. Aux. Adm. Empresas	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4	-	-	-	-	1	4
Alimentação Preparada	-	-	-	8	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	8
Ind. Madeira, Exceto Mobiliário	-	267	4	11	1	-	-	-	1	45	1	32	-	-	7	355
Ind. Couros e Peles	-	146	2	-	-	-	-	-	-	-	2	46	-	-	4	192
Proces. Benef. Frutas e Hortaliças	-	-	-	-	-	-	-	-	1	35	-	-	-	-	1	35
Ind. Transportes	-	38	1	-	-	-	-	-	1	22	-	-	-	-	2	60
EXTRACAO DE MINERAIS METALICOS	-	50	1	244	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	294
Ind. Prod. Farmaceuticos e Defensivos Agrícolas	2	320	-	-	-	-	-	-	1	70	-	-	-	-	3	390
IND. DE TRANSFORMACAO	1	100	2	38	1	83	-	-	-	-	1	27	-	-	5	248
Ind. Prod. Quimicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	24	-	-	1	24
Intermediação Financeira	-	-	-	-	-	60	1	-	-	-	-	-	-	-	1	60
EXTRACAO DE MINERAIS NAO-METALICOS	-	8.323	3	-	-	-	-	-	4	311	1	2.727	-	-	8	11.361
Ind. Adesivos, Selantes, Explosivos, Catalisad.	1	35	2	99	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	134
Total	35	5.853	188	34.857	44	2.543	75	12.628	143	13.362	14	16.355	-	-	499	85.598

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 18A – FNE – Contratações em Mesorregiões – Setor Turismo – Exercício de 2012

Valores em R\$ Mil

ATIVIDADE	Chapada das Mangabeiras		Chapada do Araripe		Vale do Jequitinhonha / Mucuri		Xingó		Seridó		Bico do Papagaio		Águas Emendadas		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Alimentação	-	-	-	-	-	-	-	-	1	50	-	-	-	-	1	50
Ativ. Aux. Transportes	1	122	2	92	-	-	1	27	2	78	-	-	-	-	6	319
Serviços Pessoais	-	-	1	11	-	-	-	-	-	-	2	677	-	-	3	688
Transporte Turismo	-	-	1	30	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	30
Hospedagem	1	1.231	5	10.865	4	41.143	8	1.248	2	59	2	3.042	-	-	22	57.588
Total	2	1.353	9	10.998	4	41.143	9	1.275	5	187	4	3.719	-	-	33	58.675

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 19A – FNE – Contratações em Mesorregiões – Setor Comercial/Serviços – Exercício de 2012

conclusão
Valores em R\$ Mil

ATIVIDADE	Chapada das Mangabeiras		Chapada do Araripe		Vale do Jequitinhonha / Mucuri		Xingó		Serviço		Bico do Papagaio		Águas Emendadas		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Serv. Aux. Agropecuária, Extrativismo e Silvícola	-	-	-	-	1	134	2	225	-	-	-	-	-	-	3	359
Serv. Pessoais	5	60	18	958	8	395	15	852	8	114	3	200	-	-	57	2.579
Transp. Rodoviário	5	1.168	19	2.614	8	689	6	638	8	1.383	1	56	-	-	47	6.548
Ecológico	-	-	2	400	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	400
Serv. Aux. Construção	-	-	2	250	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	250
Com. Varej. Turístico	-	-	-	-	1	103	-	-	1	36	-	-	-	-	2	139
Hospedagem	1	71	1	180	2	301	3	181	-	-	-	-	-	7	733	
Atv. Associativas	-	-	-	-	-	-	-	-	1	19	-	-	-	-	1	19
Serv. Aux. Adm. Empresas	-	-	5	2.415	2	98	6	199	3	156	-	-	-	-	16	2.868
Aluguel Maq. Eqpto.	-	-	7	1.613	4	364	4	701	6	1.348	1	302	-	-	22	4.328
Telecomunicações	1	3	1	45	-	-	1	16	4	307	1	200	-	-	8	571
Informática	-	-	3	93	1	135	1	5	-	-	-	-	-	-	5	233
Alimentação Preparada	2	9	4	298	4	190	2	51	2	31	1	1.028	-	-	15	1.607
Imobiliárias e Aluguéis	-	-	1	61.260	-	-	-	-	-	-	1	16.015	-	-	2	77.275
IND. DE TRANSFORMACAO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	48	-	-	1	48
PREPARACAO DO TERRENO	1	245	5	648	1	278	3	235	1	37	-	-	-	-	11	1.443
INFRAESTR. P/ENG. ELETRICA E TELECOMUNICACOES	-	-	1	40	-	-	-	-	3	394	-	-	-	-	4	434
Outras atividades relacionadas ao lazer	2	126	6	1.058	10	1.022	2	58	6	587	2	579	-	-	28	3.430
Intermediários do Comercio	-	-	1	10	1	22	-	-	3	250	-	-	-	-	5	282
Correios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	107	-	-	1	107
Técnicos	1	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	8
Outros Serviços	-	-	5	485	-	-	4	243	4	469	1	566	-	-	14	1.763
Total	294	17.452	1.312	142.441	513	39.081	1.061	68.633	638	42.086	166	62.966	24	1.533	4.008	374.192

Fonte: Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 20.A – FNE – Contratações com Clientes que Obtiveram Empréstimos do FNE pela Primeira Vez – Exercício de 2012

Valores em R\$ Mil

UF	Setor	Porte (1)										Total	
		Mini		Micro		Pequeno		Médio		Grande		Qtde.	Valor
		Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor		
AL	Agrícola	750	3.209	-	-	4	2.345	-	-	-	-	754	5.554
	Comércio	-	-	35	1.014	71	7.802	-	-	-	-	106	8.816
	Industrial	-	-	3	182	17	15.864	-	-	1	107.699	21	123.745
	Pecuária	1.526	11.266	-	-	1	582	-	-	-	-	1.527	11.848
	Serviços	-	-	14	812	13	9.812	1	71.890	-	-	28	82.514
BA	Agrícola	2.994	16.686	-	-	26	25.222	4	8.570	-	-	3.024	50.478
	Agroindústria	-	-	1	100	6	580	-	-	-	-	7	680
	Comércio	-	-	288	11.477	580	50.425	11	2.763	4	16.076	883	80.741
	Industrial	-	-	39	1.948	58	11.731	6	49.273	-	-	103	62.952
	Pecuária	11.596	86.086	-	-	31	9.029	-	-	-	-	11.627	95.115
Serviços	-	-	89	5.301	85	17.490	2	4.018	-	-	176	26.809	
CE	Agrícola	3.159	29.429	-	-	6	1.070	-	-	-	-	3.165	30.499
	Agroindústria	-	-	2	325	2	99	-	-	-	-	4	424
	Comércio	-	-	467	17.798	408	32.907	3	414	1	200	879	51.319
	Industrial	-	-	46	2.835	56	11.118	-	-	2	235.180	104	249.133
	Pecuária	5.707	51.606	-	-	22	1.723	-	-	-	-	5.729	53.329
Serviços	-	-	163	8.299	42	12.457	4	83.610	-	-	209	104.366	
ES	Agrícola	104	2.513	-	-	2	2.376	-	-	-	-	106	4.889
	Agroindústria	-	-	-	-	1	2.453	-	-	-	-	1	2.453
	Comércio	-	-	8	470	22	4.248	-	-	1	527	31	5.245
	Industrial	-	-	1	6	4	302	1	2.873	-	-	6	3.181
	Pecuária	13	439	-	-	1	5.967	-	-	-	-	14	6.406
Serviços	-	-	4	63	-	-	-	-	-	-	4	63	
MA	Agrícola	1.178	4.387	-	-	5	8.176	-	-	-	-	1.183	12.563
	Comércio	-	-	87	2.573	182	17.238	2	2.858	-	-	271	22.669
	Industrial	-	-	4	188	16	13.345	-	-	-	-	20	13.533
	Pecuária	5.947	59.168	-	-	31	11.951	-	-	-	-	5.978	71.119
	Serviços	-	-	19	1.044	28	7.574	-	-	1	41.320	48	49.938
MG	Agrícola	867	3.890	-	-	12	7.916	-	-	1	953	880	12.759
	Agroindústria	-	-	-	-	1	50	-	-	-	-	1	50
	Comércio	-	-	239	10.537	160	16.019	2	2.095	-	-	401	28.651
	-	-	-	22	1.077	9	618	-	-	-	-	31	1.695
	-	3.529	-	-	21	8.119	-	-	-	-	-	3.550	31.802
-	-	-	83	5.251	22	8.571	-	-	-	-	105	13.822	
PB	23.683	960	4.815	-	-	1	7	-	-	-	-	961	4.822
	Agroindústria	-	-	-	-	-	-	1	100	-	-	1	100
	Comércio	-	-	112	3.377	176	14.871	-	-	-	-	288	18.248
	Industrial	-	-	29	1.585	37	6.646	-	-	1	246.605	67	254.836
	Pecuária	3.521	17.661	-	-	5	456	-	-	-	-	3.526	18.117
Serviços	-	-	36	1.690	22	1.749	1	50	1	2.771	60	6.260	

continua

Tabela 20.A – FNE – Contratações com Clientes que Obtiveram Empréstimos do FNE pela Primeira Vez – Exercício de 2012

Valores em R\$ Mil

UF	Setor	Porte (1)										Total	
		Mini		Micro		Pequeno		Médio		Grande		Qtde.	Valor
		Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor		
PE	Agrícola	1.757	12.494	-	-	2	338	-	-	-	-	1.759	12.832
	Agroindústria	-	-	1	30	1	47	-	-	-	-	2	77
	Comércio	-	-	179	6.572	427	30.804	4	307	1	1.493	611	39.176
	Industrial	-	-	26	1.191	78	14.020	2	50.545	4	1.440.136	110	1.505.892
	Pecuária	6.782	57.953	-	-	10	769	-	-	-	-	6.792	58.722
	Serviços	-	-	147	10.585	61	15.523	2	399	4	287.890	214	314.397
PI	Agrícola	1.337	12.200	-	-	16	16.916	-	-	1	8.201	1.354	37.317
	Comércio	-	-	101	3.409	241	24.077	4	4.111	1	1.271	347	32.868
	Industrial	-	-	12	438	26	23.715	1	134	1	300	40	24.587
	Pecuária	5.964	36.702	-	-	18	1.501	-	-	-	-	5.982	38.203
	Serviços	-	-	28	1.252	21	9.269	-	-	-	-	49	10.521
RN	Agrícola	741	5.746	-	-	1	510	1	5.301	-	-	743	11.557
	Agroindústria	-	-	2	63	1	28	-	-	-	-	3	91
	Comércio	-	-	120	2.893	171	88.635	1	40	1	100	293	91.668
	Industrial	-	-	26	730	33	4.559	1	64.311	1	172	61	69.772
	Pecuária	2.616	19.230	-	-	14	2.762	-	-	-	-	2.630	21.992
	Serviços	-	-	61	2.283	43	16.262	-	-	1	23.445	105	41.990
SE	Agrícola	396	3.634	-	-	2	296	-	-	-	-	398	3.930
	Agroindústria	-	-	-	-	2	233	-	-	-	-	2	233
	Comércio	-	-	91	3.838	99	7.837	2	4.928	1	6.098	193	22.701
	Industrial	-	-	15	512	16	10.060	-	-	3	54.542	34	65.114
	Pecuária	1.703	10.362	-	-	3	306	-	-	-	-	1.706	10.668
	Serviços	-	-	48	3.325	22	3.950	-	-	-	-	70	7.275
Total geral		63.147	473.159	2.648	115.073	3.494	621.325	56	358.590	32	2.474.979	69.377	4.043.126

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Classificação de porte anterior à Resolução CONDEL/SUDENE no 43, de 10.11.2011.

Tabela 21A – FNE – Contratações de Valor Superior a R\$ 10 Milhões – Exercício 2012

UF	Tipologia	Localização	Programa	Valor do Financiamento
AL	BAIXA RENDA	ARAPIRACA	FNE-SERVICOS	71.890
AL	BAIXA RENDA	CORURIBE	AGRIN	40.000
AL	ALTA RENDA	MACEIO	FNE-COMERCIO	25.000
AL	BAIXA RENDA	SAO MIGUEL DOS CAMPOS	AGRIN	21.000
AL	BAIXA RENDA	TEOTONIO VILELA	FNE VERDE-INDUSTRIAL	107.699
BA	ESTAGNADA	BRUMADO	INDUSTRIAL	77.495
BA	DINÂMICA	CORRENTINA	RURAL	71.369
BA	ESTAGNADA	ITAPETINGA	INDUSTRIAL	15.000
BA	DINÂMICA	JABORANDI	RURAL	17.715
BA	ESTAGNADA	JAGUARARI	INDUSTRIAL	71.800
BA	ESTAGNADA	JUAZEIRO	RURAL	27.795
BA	ESTAGNADA	PORTO SEGURO	PROATUR	40.119
BA	DINÂMICA	RIACHAO DAS NEVES	RURAL	26.016
BA	ALTA RENDA	SALVADOR	INDUSTRIAL	240.458
BA	ALTA RENDA	SALVADOR	PROINFRA	188.435
BA	DINÂMICA	SAO DESIDERIO	RURAL	10.850
BA	ALTA RENDA	SIMOES FILHO	INDUSTRIAL	45.819
CE	ALTA RENDA	CAUCAIA	FNE-SERVICOS	20.380
CE	ALTA RENDA	CAUCAIA	INDUSTRIAL	332.780
CE	ESTAGNADA	JUAZEIRO DO NORTE	FNE-SERVICOS	61.260
CE	ESTAGNADA	JUAZEIRO DO NORTE	PROATUR	10.070
CE	ESTAGNADA	QUIXERE	INDUSTRIAL	316.368
CE	ESTAGNADA	SOBRAL	FNE-SERVICOS	11.182
MA	DINÂMICA	ALTO PARNAIBA	RURAL	23.179
MA	DINÂMICA	BALSAS	RURAL	21.416
MA	ESTAGNADA	IMPERATRIZ	FNE-SERVICOS	16.015
MA	DINÂMICA	SAMBAIBA	RURAL	36.626
MA	ESTAGNADA	SAO JOSE DE RIBAMAR	FNE-SERVICOS	41.320
MA	ESTAGNADA	SAO LUIS	FNE – COMERCIO	36.667
MA	ESTAGNADA	SAO LUIS	PROINFRA	114.558
MG	DINÂMICA	JEQUITINHONHA	RURAL	11.895
MG	DINÂMICA	MATIAS CARDOSO	RURAL	10.206
MG	ESTAGNADA	MONTE CLAROS	INDUSTRIAL	139.523
PB	ALTA RENDA	JOAO PESSOA	FNE-SERVICOS	14.616
PB	DINÂMICA	PITIMBU	INDUSTRIAL	246.605
PE	ESTAGNADA	BELO JARDIM	INDUSTRIAL	27.955
PE	ESTAGNADA	CABO DE SANTO AGOSTINHO	FNE-SERVICOS	175.780
PE	ESTAGNADA	GOIANA	INDUSTRIAL	521.000
PE	ESTAGNADA	IPOJUCA	FNE-SERVICOS	124.552

continua

Tabela 21A – FNE – Contratações de Valor Superior a R\$ 10 Milhões – Exercício 2012

UF	Tipologia	Localização	Programa	Valor do Financiamento
PE	ESTAGNADA	IPOJUCA	PROATUR	136.000
PE	ALTA RENDA	JABOATAO DOS GUARARAPES	FNE-SERVICOS	60.338
PE	ALTA RENDA	JABOATAO DOS GUARARAPES	INDUSTRIAL	888.351
PE	ALTA RENDA	PAULISTA	INDUSTRIAL	19.353
PE	ESTAGNADA	PETROLINA	RURAL	24.798
PE	ALTA RENDA	RECIFE	FNE-SERVICOS	20.217
PE	ESTAGNADA	SURUBIM	INDUSTRIAL	29.554
PE	ESTAGNADA	VITORIA DE SANTO ANTAO	PROATUR	49.612
PI	DINÂMICA	BAIXA GRANDE DO RIBEIRO	RURAL	15.230
PI	DINÂMICA	CAMPO MAIOR	FNE-COMERCIO	10.896
PI	DINÂMICA	CURRAIS	RURAL	14.005
PI	DINÂMICA	MONTE ALEGRE DO PIAUI	RURAL	43.912
PI	DINÂMICA	PALMEIRA DO PIAUI	RURAL	13.276
PI	DINÂMICA	RIBEIRO GONCALVES	RURAL	38.616
PI	DINÂMICA	SEBASTIAO LEAL	RURAL	34.967
PI	ESTAGNADA	UNIAO	INDUSTRIAL	12.590
PI	ESTAGNADA	UNIAO	RURAL	10.000
PI	DINÂMICA	URUCUI	RURAL	35.668
RN	ESTAGNADA	AREIA BRANCA	FNE-SERVICOS	23.445
RN	ESTAGNADA	BARAUNA	INDUSTRIAL	64.311
RN	DINÂMICA	MACAU	AQUIPECA	10.737
RN	ESTAGNADA	MOSSORO	FNE-SERVICOS	12.268
RN	ALTA RENDA	NATAL	FNE-COMERCIO	75.731
SE	ALTA RENDA	ARACAJU	INDUSTRIAL	40.132
SE	ALTA RENDA	ARACAJU	PROATUR	17.658
SE	ALTA RENDA	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	INDUSTRIAL	12.849
TOTAL				5.126.923

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 22A – FNE – Contratações em Apoio à Copa do Mundo de Futebol de 2014 – Valores em R\$ 1,00

	Financiamento
AL	3.537.638,47
BA	12.713.997,61
CE	11.718.103,21
MA	3.411.701,41
PB	7.211.111,68
PE	141.990.078,18
PI	1.236.229,95
RN	1.590.601,46
SE	5.891.726,24
Total	189.301.188,21

Fonte: BNB – Ambiente de Negócios com o Governo e Pessoa Física.

Tabela 23A – FNE – Contratações Destinadas a Custeio, Comercialização e Capital de Giro – Exercício 2012

Valores em R\$ Mil

UF	CUSTEIO AGRÍCOLA		CUSTEIO PECUÁRIO		COMERCIALIZAÇÃO		CAPITAL DE GIRO		CAP. DE GIRO P/ AQUIS. DE MAT. PRIMA/INSUMOS		TOTAL	
	Nr. Operações	Valor	Nr. Operações	Valor	Nr. Operações	Valor	Nr. Operações	Valor	Nr. Operações	Valor	Nr. Operações	Valor
AL	721	27.596	1.154	16.120	-	-	7	61.222	336	18.759	2.218	123.696
BA	1.435	616.940	2.045	51.054	40	59.666	88	8.646	1.393	60.830	5.001	797.136
CE	1.259	20.462	5.310	74.860	5	132	50	3.923	1.118	47.862	7.742	147.239
ES	152	13.380	27	1.669	-	-	4	4.299	68	2.097	251	21.445
MA	932	143.672	1.467	62.273	5	11.313	10	614	1.121	53.457	3.535	271.329
MG	153	60.078	1.046	26.132	4	5.934	22	1.203	439	15.716	1.664	109.063
PB	228	11.276	4.792	34.876	1	717	17	1.467	748	39.204	5.786	87.540
PE	366	45.960	5.126	68.177	-	-	62	14.445	1.033	49.100	6.587	177.682
PI	383	361.109	891	15.756	12	55.756	38	2.998	822	33.873	2.146	469.492
RN	267	10.065	3.437	61.444	-	-	59	6.110	1.023	55.041	4.786	132.661
SE	1.868	76.483	665	7.920	46	22.970	19	3.122	522	25.250	3.120	135.744
Total	7.764	1.387.019	25.960	420.281	113	156.489	376	108.049	8.623	401.189	42.836	2.473.027

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 24A – FNE – Contratações por Tipo de Município – Exercício 2012

VIDE CD-ROM ANEXO.

Tabela 25.A – FNE – Contratações por Município – Setor Rural – Exercício 2012

VIDE CD-ROM ANEXO.

Tabela 26.A – FNE – Contratações por Município – Setor Não Rural – Exercício 2012

VIDE CD-ROM ANEXO.

Tabela 27.A – FNE – Contratações por Município – Porte do Tomador – Exercício 2012

VIDE CD-ROM ANEXO.

Tabela 28A – FNE – Setor Rural – Contratações por Programa e Faixa de Valor – Exercício de 2012

Valores em R\$ Mil

Faixa de Valor	Pronaf A		Pronaf B		Pronaf – Demais Grupos		Aquicultura e Pesca		FNE Verde		Outros Programas Rurais		Total	
	Nr. Operações	Valor	Nr. Operações	Valor	Nr. Operações	Valor	Nr. Operações	Valor	Nr. Operações	Valor	Nr. Operações	Valor	Nr. Operações	Valor
Até R\$ 500,00	-	-	22	9	8	1	-	-	-	-	44	14	74	24
Acima de R\$ 500,00 até R\$ 1.000,00	7	4	778	755	73	59	-	-	-	-	40	26	898	844
Acima de R\$ 1.000,00 até R\$ 10.000,00	291	1.862	374.673	916.448	20.836	136.946	43	349	-	-	1.680	11.134	397.523	1.066.739
Acima de R\$ 10.000,00 até R\$ 35.000,00	2.796	56.870	-	-	67.387	840.756	47	973	3	71	7.124	169.373	77.357	1.068.043
Acima de R\$ 35.000,00 até R\$ 100.000,00	4	226	-	-	1.067	60.145	28	1.673	6	370	3.168	207.416	4.273	269.830
Acima de R\$ 100.000,00 até R\$ 1.000.000,00	3	369	-	-	227	27.601	25	9.071	14	3.380	2.732	737.910	3.001	778.331
Acima de R\$ 1.000.000,00 até R\$ 10.000.000,00	-	-	-	-	-	-	5	18.628	3	13.291	412	1.147.472	420	1.179.391
Acima de R\$ 10.000.000,00 até R\$ 20.000.000,00	-	-	-	-	-	-	1	10.736	-	-	13	169.012	14	179.748
Acima de R\$ 20.000.000,00 até R\$ 100.000.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	318.527	10	318.527
Acima de R\$ 100.000.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	3.101	59.331	375.473	917.212	89.598	1.065.508	149	41.430	26	17.112	15.223	2.760.884	483.570	4.861.477

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 29A FNE – Não Rural – Contratações por Programa e Faixa de Valor Exercício 2012

Valores em R\$ Mil

Faixa de Valor	Industrial/Agroindustrial		Infra-Estrutura		Turismo		Comércio/Serviços		Inovação		FNE Verde		Total	
	Nr. Operações	Valor	Nr. Operações	Valor	Nr. Operações	Valor	Nr. Operações	Valor	Nr. Operações	Valor	Nr. Operações	Valor	Nr. Operações	Valor
Até R\$ 500,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Acima de R\$ 500,00 até R\$ 1.000,00	-	-	-	-	-	-	4	3	-	-	-	-	4	3
Acima de R\$ 1.000,00 até R\$ 10.000,00	181	1.276	-	94	13	94	2.105	15.204	2	15	-	-	2.301	16.589
Acima de R\$ 10.000,00 até R\$ 35.000,00	854	20.624	-	1.195	50	1.195	8.400	195.970	1	20	-	-	9.305	217.809
Acima de R\$ 35.000,00 até R\$ 100.000,00	1.429	97.612	-	5.824	101	5.824	9.810	640.631	3	205	1	50	11.344	744.322
Acima de R\$ 100.000,00 até R\$ 1.000.000,00	610	150.105	-	32.455	100	32.455	2.852	619.387	1	544	1	1.674	3.564	804.165
Acima de R\$ 1.000.000,00 até R\$ 10.000.000,00	82	231.858	1	4.516	23	66.592	154	391.350	-	-	1	2.857	261	697.173
Acima de R\$ 10.000.000,00 até R\$ 20.000.000,00	4	59.792	-	27.727	2	27.727	7	101.645	-	-	-	-	13	189.164
Acima de R\$ 20.000.000,00 até R\$ 100.000.000,00	11	583.848	-	89.731	2	89.731	11	575.361	-	-	-	-	24	1.248.940
Acima de R\$ 100.000.000,00	7	2.519.302	2	302.992	1	136.000	1	124.552	-	-	1	107.699	12	3.190.545
Total	3.178	3.664.417	3	307.508	292	359.618	23.344	2.664.103	7	784	4	112.280	26.828	7.108.710

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 30A – FNE – Saldos das Aplicações e Inadimplência – Operações com Risco Compartilhado – Exercício de 2012

Valores em R\$ Mil

Situação/Faixa de Atraso	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho
Sem Atraso (A)	26.854.000	27.062.775	27.222.978	27.438.166	27.686.387	27.818.983
Atraso (B)	587.114	594.722	620.577	635.954	618.773	643.472
Até 180 dias	345.952	349.603	364.471	384.728	359.524	375.152
De 180 a 360 dias	240.789	245.023	255.721	250.462	259.097	268.283
Acima de 360 dias	373	96	385	764	152	37
Total Aplicações (C=A+B)	27.441.114	27.657.497	27.843.555	28.074.120	28.305.160	28.462.455
% (B/C)	2,14	2,15	2,23	2,27	2,19	2,26

Situação/Faixa de Atraso	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Sem Atraso (A)	28.004.293	28.233.765	28.456.552	28.398.706	28.573.789	28.730.971
Atraso (B)	685.427	699.813	708.699	748.089	756.353	780.810
Até 180 dias	384.716	405.606	415.130	442.748	444.382	449.809
De 180 a 360 dias	284.940	292.890	293.509	305.267	311.175	330.965
Acima de 360 dias	15.771	1.317	60	74	796	36
Total Aplicações (C=A+B)	28.689.720	28.933.578	29.165.251	29.146.795	29.330.142	29.511.781
% (B/C)	2,39	2,42	2,43	2,57	2,58	2,65

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 31A – FNE – Saldos das Aplicações e Inadimplência – Operações de Risco Integral do FNE – Exercício de 2012

Valores em R\$ Mil

Situação/Faixa de Atraso	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
Sem Atraso (A)	4.659.965	4.662.909	4.671.948	4.683.552	4.692.736	4.725.765
Atraso (B)	444.040	439.498	438.077	427.548	427.374	418.578
Até 180 dias	248.061	245.395	248.392	237.975	223.588	189.181
De 180 a 360 dias	195.744	193.860	189.362	189.285	203.548	228.661
Acima de 360 dias	235	243	323	288	238	736
Total Aplicações (C=A+B)	5.104.005	5.102.407	5.110.025	5.111.100	5.120.110	5.144.343
% (B/C)	8,7	8,6	8,6	8,4	8,3	8,1

Situação/Faixa de Atraso	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Sem Atraso (A)	4.798.193	4.911.302	4.982.641	5.099.815	5.203.276	5.302.382
Atraso (B)	413.291	413.869	407.818	403.578	395.479	391.620
Até 180 dias	198.219	203.308	193.560	193.298	197.009	222.205
De 180 a 360 dias	214.809	210.335	214.204	208.674	198.181	169.051
Acima de 360 dias	263	226	54	1.606	289	364
Total Aplicações (C=A+B)	5.211.484	5.325.171	5.390.459	5.503.393	5.598.755	5.694.002
% (B/C)	7,9	7,8	7,6	7,3	7,1	6,9

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 32A – FNE – Saldos das Aplicações e Inadimplência – Operações de Risco do PROCERA – Exercício de 2012

Valores em R\$ Mil

Situação/Faixa de Atraso	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho
Sem Atraso (A)	113.701	113.860	114.019	114.157	114.292	113.846
Atraso (B)	89.583	89.579	89.574	89.595	89.596	89.591
Até 180 dias	357	356	93	100	85	70
De 180 a 360 dias	7.058	7.056	7.295	7.306	7.308	378
Acima de 360 dias	82.168	82.167	82.186	82.189	82.203	89.143
Total Aplicações (C=A+B)	203.284	203.439	203.593	203.752	203.888	203.437
% (B/C)	44,1	44,0	44,0	44,0	43,9	44,0

Situação/Faixa de Atraso	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Sem Atraso (A)	104.772	104.914	105.033	105.166	105.239	105.435
Atraso (B)	98.632	98.611	98.629	98.637	98.630	98.634
Até 180 dias	6.761	6.769	6.785	6.788	6.780	134
De 180 a 360 dias	358	355	96	88	93	6.703
Acima de 360 dias	91.513	91.487	91.748	91.761	91.757	91.797
Total Aplicações (C=A+B)	203.404	203.525	203.662	203.803	203.869	204.069
% (B/C)	48,5	48,5	48,4	48,4	48,4	48,3

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 33A – Saldos das Aplicações e Inadimplência – Operações de Risco Integral do BNB – Exercício de 2012

Valores em R\$ Mil

Situação/Faixa de Atraso	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho
Sem Atraso (A)	1.105.598	1.124.335	1.118.569	1.132.121	1.156.116	1.147.736
Atraso (B)	7.858	7.619	7.817	7.648	7.835	8.159
Até 180 dias	5.701	5.480	4.602	4.177	3.681	2.848
De 180 a 360 dias	2.128	2.138	3.215	3.471	4.154	5.311
Acima de 360 dias	29	1	-	-	-	-
Total Aplicações (C=A+B)	1.113.456	1.131.954	1.126.386	1.139.769	1.163.951	1.155.895
% (B/C)	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7

Situação/Faixa de Atraso	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Sem Atraso (A)	226.451	229.228	230.500	227.060	227.577	225.748
Atraso (B)	8.389	8.181	7.341	8.672	7.928	10.000
Até 180 dias	3.180	3.146	3.244	4.874	4.251	7.324
De 180 a 360 dias	5.207	5.035	4.097	3.796	3.677	2.676
Acima de 360 dias	2	-	-	2	-	-
Total Aplicações (C=A+B)	234.840	237.409	237.841	235.732	235.505	235.748
% (B/C)	3,6	3,4	3,1	3,7	3,4	4,2

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 34A – FNE – Renegociações de Operações e Recuperação de Dívidas (1) – Período: 2003 a 2012

Valores em R\$ Mil

Exercício	Valor Renegociado/Recuperado			Total (A + B + C)
	Liquidação à Vista (2) (A)	Amortização com Op. RECIN (3) (B)	FNE (4) (C)	
2003	70.276	-	335.542	405.818
2004	78.144	-	697.743	775.887
2005	70.366	-	173.030	243.396
2006	63.439	-	135.715	199.154
2007	72.935	-	137.188	210.123
2008	101.450	-	118.040	219.490
2009	363.171	-	315.223	678.394
2010	274.659	-	176.438	451.097
2011	146.153	-	151.357	297.510
2012	3.471	-	96.943	100.414
Total	1.244.064	-	2.337.219	3.581.283

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Inclusive as renegociações decorrentes de determinações legais. (2) Montante em atraso ou em Prejuízo pago pelos mutuários no momento da renegociação, exclusive valores oriundos de operações com recursos internos do BNB e os valores concedidos a título de bônus e dispensas. (3) Total dos valores em atraso ou em Prejuízo pagos com recursos advindos de operações com RECIN do BNB. (4) Montante dos valores em atraso ou em Prejuízo renegociados com recursos do FNE exclusive os valores concedidos a título de bônus e dispensas.

Tabela 35A – FNE – Renegociações (1) de Operações por Risco – Exercício 2012

Valores em R\$ Mil

Mês	Valor da Operação de Renegociação				Total
	Risco Exclusivo FNE	Risco Comparti- lhado	Risco Exclusivo BNB	Risco PROCERA	
Janeiro	53.215	56.715	3.486	927	114.343
Fevereiro	52.199	54.814	2.771	237	110.021
Março	78.506	88.441	1.799	412	169.158
Abril	57.855	91.191	2.250	235	151.531
Mai	57.722	124.071	2.948	836	185.577
Junho	17.712	65.303	1.128	7.155	91.298
Julho	4.591	10.703	-	-	15.294
Agosto	5.337	16.641	18	-	21.996
Setembro	2.985	6.686	248	-	9.919
Outubro	4.180	10.587	140	-	14.907
Novembro	3.822	11.948	-	-	15.770
Dezembro	6.734	12.037	287	-	19.058
Total	344.858	549.137	15.075	9.802	918.872

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Montante dos valores em atraso ou em prejuízo renegociados, inclusive renegociações decorrentes de determinações legais e exclusive bônus e dispensas.

Tabela 36A – FNE – Cobranças Judiciais(1) Ajuizadas por Risco – Exercício 2012

Valores em R\$ Mil

Mês	Risco Exclusivo FNE	Risco Compartilhado	Risco Exclusivo do Banco	Risco Procera	Total
Janeiro	53.633	57.470	3.552	927	115.582
Fevereiro	52.582	55.776	2.806	237	111.401
Março	78.785	88.875	1.799	412	169.871
Abril	58.191	91.766	2.251	235	152.443
Mai	58.112	124.477	2.953	836	186.378
Junho	17.725	65.391	1.128	7.156	91.400
Julho	28.842	91.064	5.051	1.605	126.562
Agosto	67.958	48.597	2.191	647	119.393
Setembro	17.837	69.309	1.582	1.124	89.852
Outubro	24.170	82.068	5.830	652	112.720
Novembro	24.648	63.611	2.454	621	91.334
Dezembro	14.525	93.979	1.054	358	109.916
Total	497.008	932.383	32.651	14.810	1.476.852

Fonte: BNB – Ambiente Jurídico.

Nota: (1) Montante dos valores ajuizados nos processos de cobrança judicial.

Tabela 37A – FNE – Ressarcimento dos Valores de Risco do BNB – Exercício 2012

Valores em R\$ Mil

Mês de Referência	Data Prevista Devolução	Data da Devolução	Saldo no Mês de Referência (1)		Saldo na Data da Devolução (2)		Valores Ressarcidos		
			Risco Compartilhado	Risco Integral BNB	Risco Compartilhado	Risco Integral BNB	Valor Inicial	Ajustes (3)	Valor Líquido
Dez/2011	03/01/2012	03/01/2012	34.222	204	34.114	208	17.265	24	17.289
Jan/2012	02/02/2012	02/02/2012	32.132	387	31.862	387	16.317	(7)	16.310
Fev/2012	02/03/2012	02/03/2012	34.754	277	34.612	277	17.582	(42)	17.540
Mar/2012	03/04/2012	03/04/2012	45.106	306	45.022	306	22.817	(35)	22.782
Abr/2012	03/05/2012	03/05/2012	46.562	313	46.502	313	23.564	(134)	23.430
Mai/2012	04/06/2012	04/06/2012	47.452	516	47.030	516	24.031	153	24.184
Jun/2012	03/07/2012	03/07/2012	33.992	310	33.776	310	17.198	(47)	17.151
Jul/2012	02/08/2012	02/08/2012	51.167	354	51.140	352	25.923	(52)	25.871
Ago/2012	04/09/2012	04/09/2012	51.055	1.342	51.014	1.342	26.848	(51)	26.797
Set/2012	02/10/2012	02/10/2012	38.846	532	38.802	532	19.932	(126)	19.806
Out/2012	05/11/2012	05/11/2012	52.048	944	51.982	944	26.936	(277)	26.659
Nov/2012	04/12/2012	04/12/2012	53.936	1.683	53.826	1.683	28.596	(7)	28.589
			521.272	7.168	519.682	7.170	267.009	(601)	266.408

Fontes: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB e Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Total das parcelas de principal e encargos em atraso há mais de 360 dias (a partir de abril/2010, o Banco passou a considerar as parcelas com mais de 330 dias de atraso; a partir de abril/2011, as parcelas com mais de 329 dias de atraso), obtido na posição de final de mês. (2) Considerados os ajustes realizados pelas agências nos saldos das fichas financeiras, com valorização para o último dia do mês de referência. (3) Ajustes realizados pelas agências após a efetivação das baixas para PJ e/ou restituição pelo BNB.

Tabela 38A – FNE – Recursos Previstos X Realizados – Exercício 2012

Valores em R\$ Mil

DISCRIMINAÇÃO	PREVISTO	REALIZADO
ORIGEM DE RECURSOS (A)	17.216.681	17.046.093
Disponibilidades ao Final do Exercício Anterior	4.576.207	4.576.207
Transferências da STN/Ministério da Integração Nacional	5.409.431	5.186.981
Reembolsos Ops. Crédito/Repasses (Líquido Bônus Adimplência)	7.220.273	7.272.135
Recebimentos para Liquidação Operações FNE – Lei 12.716	10.770	10.770
APLICAÇÃO DE RECURSOS (B)	(6.069.732)	(6.010.123)
Resultado Operacional Monetizado	(1.408.377)	(1.346.027)
Remuneração das Disponibilidades	432.731	437.196
Ressarcimento Parcelas de Risco pelo BNB	235.295	266.411
Recebimentos de Créditos Baixados como PJ	72.913	62.164
Remissão/Rebate Ops FNE – Lei 12.249 – Ônus BNB	0	6.337
Cobertura Ops PROAGRO/Fundos de Aval/Prog Terra/Outros	9.244	11.728
Transferências da Parcela de Alienação de Bens Vinculados Ops FNE	0	394
Recebimentos/Amortizações TDA/Títulos PROAGRO	0	445
Taxa de Administração	(1.081.886)	(1.037.396)
Del credere BNB	(944.723)	(923.020)
Del credere Instituições Operadoras	(3.945)	(3.761)
Despesa c/Ops. Outras Fontes	(41)	(39)
Remuneração do BNB sobre operações PRONAF	(96.005)	(100.394)
Despesa Auditoria Externa	(77)	(97)
Bônus/Dispensas Op. Reneg. Lei nº 11.322/11.775	0	(44)
Devolução Valores ao BNB por Renegociação Ops. em Prejuízo	0	(23.735)
Rebate Principal Ops. FAT-BNDES – Estiagem-98	(14)	(13)
Bônus Operações Repasses BNB – Art. 9º A Lei nº 7.827	0	(14.244)
Remissão/Rebate Ops FNE – Lei nº 12.249 – Ônus FNE	(31.869)	(27.959)
Desembolsos para Liq. Ops Outras Fontes e Vrs. Honrados BNB – Lei nº 12.716	(2.030)	(2.030)
Conversão de Ops. Outras Fontes p/FNE – Leis 10.464/10.696	0	(2.180)
Aquisição de Ops. Outras Fontes p/FNE – Lei 11.322	0	(204)
Reclassificações de Ops. pela Lei nº 11.775 – BNB	(3.843)	(3.400)
Aquisições de Ops. pela Lei nº 11.322 – BB	(209)	0
Reclassificações de Ops. pela Lei nº 11.775 – BB e DESENBAHIA	0	0
Desembolsos para Liq. Operações FNE – Lei 12.716	(10.770)	(10.770)
Outros Itens	0	(1.009)
Desembolsos de Parcelas de Op. Contratadas em Exercícios Anteriores	(4.644.503)	(4.644.503)
TOTAL DE RECURSOS PARA APLICAÇÃO (A + B)	11.146.949	11.035.970

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria

Tabela 39A – FNE – Ressarcimentos Efetuados pelo BNB ao Fundo Decorrentes de Perdas em Operações com Risco Compartilhado – Exercício 2012

Valores em R\$ Mil

Mês de Referência	Principal + Encargos das Operações Vencidas e não Pagas (1)	Valores Ressarcidos pelo Banco Operador (2)	Correção de Valores por Atraso de Ressarcimento (3)
Janeiro	34.114	17.081	-
Fevereiro	31.862	15.924	-
Março	34.612	17.263	-
Abril	45.022	22.476	-
Maiο	46.502	23.117	-
Junho	47.030	23.669	-
Julho	33.776	16.846	-
Agosto	51.140	25.520	-
Setembro	51.014	25.471	-
Outubro	38.802	19.275	-
Novembro	51.982	25.825	-
Dezembro	53.826	26.906	-
Total	519.682	259.373	0

Fontes: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB – Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Valor das parcelas de principal e encargos em atraso há mais de 360 dias (a partir de abril/2010, o Banco passou a considerar as parcelas com mais de 330 dias de atraso; a partir de abril/2011, as parcelas com mais de 329 dias de atraso), obtidos na posição de final de mês. (2) Inclusive ajustes realizados pelas agências após a efetivação das baixas para PJ e/ou restituição pelo BNB. (3) Somatório da atualização, através da taxa SELIC, de valores tidos como PJ cujo ressarcimento pelo BNB foi feito com atraso.

Tabela 40A – FNE – Projetos Contratados (1) Destinados ao Financiamento dos Produtores Atingidos pela Estiagem/Seca – Exercício de 2012

Valores em R\$ Mil

Programas	Nº. Operações	%	Valor	%
FNE-SECA/2012-RURAL	5.597	2,4	164.924	9,3
PRONAF-S.ARID/SECA-2012-OUTROS	60.998	26,3	693.272	39,0
PRONAF-S.ARIDO/SECA-2012-GRP.B	139.243	60,1	345.533	19,4
FNE/MPE-SECA/2012-AGROINDUSTR.	59	0,0	3.730	0,2
FNE/MPE-SECA/2012-COMERCIO	6.762	2,9	365.353	20,5
FNE-SECA/2012-COMERCIO	406	0,2	34.493	1,9
FNE/MPE-SECA/2012-INDUSTRIA	797	0,3	48.695	2,7
FNE-SECA/2012-INDUSTRIA	65	0,0	5.835	0,3
FNE/MPE-SECA/2012-SERVICOS	354	0,2	17.765	1,0
FNE-SECA/2012-SERVICOS	16	0,0	1.193	0,1
FNE-SECA/2012-AGROINDUSTRIA	20	0,0	1.919	0,1
FNE/EI-SECA/2012-COMERCIO	64	0,0	666	0,0
FNE/EI-SECA/2012-INDUSTRIA	5	0,0	45	0,0
FNE/EI-SECA/2012-SERVICOS	34	0,0	359	0,0
PRONAF/SECA-2012/CUST./OUTROS	8.271	3,6	71.107	4,0
PRONAF/SECA-2012/CUST./GRP.B	9.123	3,9	22.080	1,2
FNE-IRRIGACAO/SECA-2012	38	0,0	1.478	0,1
Total	231.852	100,0	1.778.447	100,0

Fontes: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

